

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCSo)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**  
**(PPGPol)**

**CARLA CRISTINA WRBIETA FERZIN**

**A RECEPÇÃO DE CLAUSEWITZ NO EXÉRCITO BRASILEIRO: DA  
GUERRA FRIA AO PÓS-GUERRA FRIA**

**SÃO CARLOS/SP**

**DEZEMBRO/2012**

**CARLA CRISTINA WRBIETA FERREZIN**

**A RECEPÇÃO DE CLAUSEWITZ NO EXÉRCITO BRASILEIRO: DA  
GUERRA FRIA AO PÓS-GUERRA FRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

São Carlos

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F349rc

Ferezin, Carla Cristina Wrbieta.

A recepção de Clausewitz no exército brasileiro : da guerra fria ao pós-guerra fria / Carla Cristina Wrbieta Ferezin. -- São Carlos : UFSCar, 2013.

159 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Ciência política. 2. Política militar. 3. Teoria da guerra.  
I. Título.

CDD: 320 (20<sup>a</sup>)

**CARLA CRISTINA WRBIETA FERREZIN**

**A RECEPÇÃO DE CLAUSEWITZ NO EXÉRCITO BRASILEIRO: DA GUERRA  
FRIA AO PÓS-GUERRA FRIA**

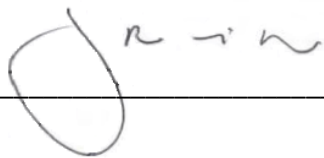


Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Teoria, Instituições e Comportamento Político.

Data da Defesa: 20 de dezembro de 2012.

Resultado: Aprovado.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	
Prof. Dr. Eduardo Mei	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	

## **Agradecimentos**

Ao Professor João Roberto Martins Filho, pela orientação e constante auxílio durante o longo período de desenvolvimento deste trabalho. Sem o seu o apoio incondicional a conclusão desta pesquisa não seria possível.

À família Ferezin – Zilma, Hugo, Priscila e Alexandre – pelo carinho e compreensão. Sem vocês nada até aqui seria possível.

Ao William Marcondes Facchinatto, pelo amor, amizade, felicidade, paciência, e dedicação.

Aos amigos de longa data – Edna Basílio, Thalita Paim, Vivian Veiga, Mariana Cilli, Cristiane Felipe e Renato Augusto – pelos inúmeros momentos de alegria.

Aos novos amigos – Fernando Conceição, Luís Gustavo D’Aloia, Rafael Cabral, Henrique Teixeira, Sadao Matsumoto, Fabrícia Viviani, Christiane Tragante, Josiane Torres, Gustavo Valente, Filipe Silva, Leandro Takao, Fábio Toshiro, Jose Nepomuceno, Paulo Gustavo Correa e Aline Leite – por incontáveis risadas e pelo amparo emocional.

À Ana Virgínia Moreira, pela conversa agradável e devotada assistência na realização da pesquisa junto ao Arquivo Ana Lagôa. Sem a sua ajuda tal tarefa teria sido muito mais árdua.

À equipe da ECEME, pela receptividade e acolhimento na pesquisa empreendida junto à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Ao Professor Eduardo Mei, pelos valiosos apontamentos na Banca de Qualificação e pela disponibilidade em participar da Banca de Defesa.

À Professora Vera Cepêda, pelo conhecimento adquirido em suas aulas admiráveis e pela participação na Banca de Defesa.

Ao professor David Victor-Emmanuel Tauro, pelo constante incentivo ao meu crescimento pessoal e profissional.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo auxílio financeiro que viabilizou o desenvolvimento deste trabalho.

*“Buscar a verdade e morrer no momento de alcançá-la,  
defender valores perecíveis, que discípulos infiéis  
perverterão um século mais tarde, tal foi o destino de  
Carl von Clausewitz”.*

*Raymond Aron*

## Resumo

Clausewitz é considerado o principal filósofo da guerra. Desde o século XIX suas obras foram frequentemente lidas e citadas, sobretudo no meio militar. No entanto, até o momento nenhuma pesquisa propôs investigar a recepção de sua obra no Brasil. Mais especificamente, o objetivo central desse trabalho é analisar a leitura desse autor entre os militares do Exército brasileiro. Têm-se como objetivos: a) investigar quais os conceitos clausewitzianos mais citados nessas leituras; b) considerar a possível influência nelas das leituras mais importantes publicadas no exterior; c) identificar variações de compreensão das concepções de Clausewitz durante dois períodos: a Guerra Fria e o pós-Guerra Fria; d) examinar a recepção de Clausewitz na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). O corpus escolhido foi a produção geopolítica, dominante no pensamento estratégico da Guerra Fria, bem como artigos publicados em *A Defesa Nacional*, *Revista do Exército Brasileiro* e *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos*, para o período do pós 1989. Foram examinados também os currículos dos cursos oferecidos pela ECEME. Por meio da revisão bibliográfica e análise documental constatamos que, em grande parte, as leituras brasileiras de Clausewitz são seletivas e marcadas pela conjuntura histórica em que foram elaboradas. Com relação à análise dos currículos da ECEME, percebemos que Clausewitz é literatura presente na Escola, lido nas principais disciplinas dos cursos, Estratégia e História Militar.

**Palavras-Chave: Clausewitz; Exército Brasileiro; Pensamento Militar.**

## Abstract

Clausewitz is considered the main philosopher of war. Since the 19<sup>th</sup> century, his work was frequently read and cited, especially in the military environment. However, until now, no research has proposed investigating the reception of his work in Brazil. The central objective of this study is, more specifically, to analyze the reading of this author among members of the Brazilian Army. The specific objectives are: a) to investigate which Clausewitzian concepts are more cited in these readings; b) to consider the possible influence of the most important readings published abroad over these readings; c) to identify variations of comprehension about Clausewitz's conceptions during two periods: the Cold War and the post-Cold War; d) to examine the reception of Clausewitz in the "Escola de Comando e Estado-Maior do Exército" (Brazilian Army Command and General Staff School) – ECEME. The corpus chosen was the geopolitics production that prevailed in the strategic thought of Cold War, as well as papers published in *A Defesa Nacional*, *Revista do Exército Brasileiro* e *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos*, in the period post 1989. Curricula of the courses offered by ECEME were also examined. Through a bibliographical review and a documental analysis, it was verified that the Brazilian readings of Clausewitz are largely selective and marked by the historical context in which they were elaborated. Concerning the analysis of the ECEME's curricula, it was noticed that Clausewitz is a literature present in the "Escola" and read in the main course disciplines, Strategy and Military History.

**Keywords: Clausewitz; Brazilian Army; Military thought.**



## **Lista de ilustrações**

Figura 1 - Estrutura educacional da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército .....	128
--	-----

## Lista de tabelas

Tabela 1 - Títulos da <i>Revista do Exército Brasileiro</i> .....	22
Tabela 2 - Periodicidade de publicação da revista <i>A Defesa Nacional</i> .....	29
Tabela 3 - Periodicidade de publicação da <i>Revista do Exército Brasileiro</i> .....	29
Tabela 4 - Quantidade de periódicos analisados.....	29
Tabela 5 - Quantidade de artigos localizados e utilizados nos periódicos analisados .....	30
Tabela 6 - Tópicos para a análise dos artigos encontrados .....	95
Tabela 7 - Número de artigos em cada tópico de análise na revista <i>A Defesa Nacional</i> .....	96
Tabela 8 - Número de artigos em cada tópico de análise na <i>Revista do Exército Brasileiro</i> .....	96
Tabela 9 - Unidades Didáticas na disciplina Estratégia nos cursos CCEM e CCEM Int. ....	129
Tabela 10 - Unidades Didáticas na disciplina História Militar nos cursos CCEM e CCEM Int.....	130
Tabela 11 - Unidades Didáticas na disciplina Estratégia nos cursos CCEM Med e CDEM .....	131
Tabela 12 - Unidades Didáticas na disciplina Estratégia no curso CCEM/ONA .....	131
Tabela 13 - Unidades Didáticas na disciplina História Militar nos cursos CCEM Med e CDEM .....	132
Tabela 14 - Unidades Didáticas na disciplina História Militar no curso CCEM/ONA .....	132
Tabela 15 - Unidades Didáticas na disciplina Estratégia no curso CPEAEx.....	133
Tabela 16 - Unidades Didáticas na disciplina Introdução à Geopolítica e à Estratégia no curso CP/ECEME....	134
Tabela 17 - Obras utilizadas nos cursos do CAEM na disciplina Estratégia .....	134
Tabela 18 - Obras utilizadas pelos cursos do CAEM na disciplina História Militar .....	135
Tabela 19 - Obras utilizadas pelo curso CPEAEx na disciplina Estratégia .....	135
Tabela 20 - Obras utilizadas no curso CP/ECEME na disciplina Introdução à Geopolítica e à Estratégia .....	136
Tabela 21 - Lista de livros de Clausewitz encontrados na Biblioteca da ECEME .....	137
Tabela 22 – Lista de livros sobre Clausewitz encontrados na Biblioteca da ECEME.....	138

## Lista de abreviaturas

ADMs: Armas de Destruição em Massa

ADN: A Defesa Nacional

Bibliex: Biblioteca do Exército

CAEM: Curso de Altos Estudos Militares

CCEM: Curso de Comando e Estado-Maior

CCEM Int: Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes

CCEM-Med: Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos

CCEM ONA: Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas

CDEM: Curso de Direção para Engenheiros Militares

CGAEM: Curso de Gestão e Assessoramento de Estado Maior

CPEAEx: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército

CP/ECEME: Curso de Preparação à ECEME

DECEX: Departamento de Educação e Cultura do Exército

DFA: Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento

DPHCEX: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

DSN: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EEM: Escola de Estado-Maior

EME: Estado-Maior do Exército

EMFA: Estado-Maior das Forças Armadas

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

FEB: Força Expedicionária Brasileira

ISAF: *International Security Assistance Force*

MMA: Missão Militar Americana

MMF: Missão Militar Francesa

NSS02: *National Security Strategy 02*

NSS06: *National Security Strategy 06*

ONA: Objetivos Nacionais Atuais

ONP: Objetivos Nacionais Permanentes

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PADECEME: Programa de Atualização dos Diplomados pela ECEME

PCN: Projeto Calha Norte

PDN: Política de Defesa Nacional

PF: Polícia Federal

RCM: Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos

REB: Revista do Exército Brasileiro

SIPLEx: Sistema de Planejamento do Exército

USCENTCOM: *United States Central Command*

## Sumário

Introdução.....	12
CAPÍTULO 1 – Clausewitz e seus leitores .....	32
1.1. As duas grandes guerras mundiais: Clausewitz, o apóstolo da guerra total .....	37
1.2. Guerra Fria: Clausewitz, o teórico da trindade da guerra .....	50
1.3. Fim da Guerra Fria: Clausewitz, obsoleto ou atual?.....	59
CAPÍTULO 2 – Geopolítica brasileira e Clausewitz: o período da Guerra Fria .....	63
2.1. Nascimento da geopolítica .....	65
2.1.1. Poder Marítimo, Terrestre e Aéreo .....	68
2.1.2. Crise da geopolítica clássica .....	72
2.2. A teoria geopolítica no Brasil .....	73
2.2.1. Travassos e o <i>heartland</i> sul-americano .....	73
2.2.2. Lysias Rodrigues e os <i>puncti dolentes</i> da América do Sul .....	75
2.2.3. Criação da Escola Superior de Guerra: a inquietação com a Segurança Nacional ..	76
2.2.4. Golbery do Couto e Silva: a geopolítica da aliança entre Brasil e Estados Unidos da América .....	79
2.2.5. Os militares no governo: a aspiração pelo desenvolvimento econômico .....	80
2.2.6. O peso da geopolítica no meio acadêmico .....	82
2.3. Meira Mattos, leitor de Clausewitz .....	82
2.3.1. Guerra e política em Clausewitz: a importância do poder político .....	83
2.3.2. Teoria estratégica e política: o elo entre Meira Mattos e Clausewitz .....	86
2.3.3. Os limites de uma leitura: O marechal Castello Branco .....	90
CAPÍTULO 3 – Leituras brasileiras sobre Clausewitz no pós-Guerra Fria.....	94
3.1. Clausewitz no pós-Guerra fria.....	96
3.1.1. Uma nova ordem mundial: o fim do confronto Leste-Oeste e a inserção de Clausewitz .....	97
3.1.2. Implicações dos Ataques de 11 de Setembro e a utilização de Clausewitz .....	111
3.2. Textos não conjunturais.....	115
3.3. As leituras históricas.....	119
CAPÍTULO 4 – A recepção de Clausewitz na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.....	125
4.1. Cursos e currículos da ECEME .....	127

4.1.1. Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) / Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes (CCEM Int.).....	129
4.1.2. Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos (CCEM Med.) / Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas (CCEM ONA) / Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM).....	131
4.1.3. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) .....	133
4.1.4. Curso de Preparação à ECEME (CP/ECEME) .....	134
4.1.5. Obras utilizadas nas disciplinas de Estratégia e História Militar: CAEM, CPEAEx e CP/ECEME .....	134
4.1.6. Biblioteca da ECEME .....	136
4.2. Os desdobramentos dos ataques de 11 de setembro: a Guerra do Iraque e Clausewitz	139
Considerações Finais .....	150
Referências .....	154

## Introdução

Este trabalho é uma análise sobre a recepção teórica de Clausewitz entre os militares pertencentes ao Exército brasileiro. Pretendemos investigar a profundidade dessas leituras, os conceitos mais utilizados e a influência nelas de estudiosos de Clausewitz. Ressaltamos, no entanto, que não é o escopo deste trabalho apontar a utilização prática dos conceitos de Clausewitz dentro do Exército, nossa intenção é compreender a interpretação, no campo teórico, das concepções de Clausewitz pelos militares brasileiros. Partimos da ideia de que as leituras feitas sobre Clausewitz são seletivas e marcadas pelo contexto no qual seus leitores estão inseridos, de acordo com estudos já realizados sobre o recebimento desse autor em países como a Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Em nosso estudo, adotamos dois recortes históricos significativos: 1) o período da Guerra Fria, quando a preocupação da Força Terrestre brasileira era a segurança interna, com o objetivo de deter a ameaça comunista; 2) o período pós-Guerra Fria, quando o Exército brasileiro focou o pensamento na defesa nacional, sobretudo na possibilidade de invasão da Amazônia. Pretendemos com esta pesquisa preencher uma lacuna importante: até aqui as análises sobre o pensamento militar brasileiro tem se restringido ao tema das relações entre militares e política e não ao pensamento sobre defesa.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa utilizamo-nos das seguintes metodologias: revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa empírica. Em um primeiro momento, empreendemos uma ampla leitura das obras clássicas dos comentadores de Clausewitz, a fim de entender a recepção desses autores em alguns países-chave do Ocidente<sup>1</sup>. Posteriormente, através da produção geopolítica brasileira buscamos a presença de Clausewitz no tempo da Guerra Fria, devido à ênfase que a geopolítica deu ao pensamento estratégico e a política<sup>2</sup>. Em seguida, focamos a investigação em três periódicos militares da Força Terrestre brasileira no período do pós-Guerra Fria: *A Defesa Nacional*, *Revista do Exército Brasileiro* e *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos*<sup>3</sup>, destaca-se a relevância da revista *A Defesa Nacional*. A centralidade da ADN é embasada na relação que os

---

<sup>1</sup> Podemos dizer que nos interessa principalmente entender a influência de Clausewitz nos países que participaram do processo de reorganização e profissionalização do Exército brasileiro através de Missões Militares de Instrução, citamos: Alemanha, França e Estados Unidos. Acreditamos que a chegada de Clausewitz no Brasil esteja relacionada a presença militar de tais países, principalmente, da Alemanha.

<sup>2</sup> A teoria geopolítica alcançou grande sucesso entre os militares no Brasil.

<sup>3</sup> Os periódicos científicos adquiriram uma importância significativa no Brasil após 1860 e foi considerado pelos militares brasileiros um importante meio de divulgação de suas ideias, além de um importante instrumento de propagação das técnicas militares.

fundadores do periódico tiveram com o Exército alemão entre os anos de 1905 e 1912. Talvez pela proximidade e afinidade com as doutrinas alemãs desde seu surgimento, a revista tenha apresentado os textos mais elaborados sobre a teoria clausewitziana, com argumentos sólidos e baseados na própria obra do autor, *Da Guerra*<sup>4</sup>. Tentando ampliar o nosso horizonte de compreensão sobre a influência de Clausewitz entre os militares do Exército brasileiro no pós-Guerra Fria, realizamos uma pesquisa de campo na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), e analisamos os currículos dos cursos oferecidos pela Escola para descobrir se os oficiais do alto escalão da Força Terrestre brasileira leem Clausewitz.

A fim de evidenciar a relevância dos periódicos para a compreensão do pensamento militar brasileiro e, conseqüentemente para esta pesquisa, abordaremos sucintamente o processo de criação da revista *A Defesa Nacional* e da *Revista do Exército Brasileiro*<sup>5</sup>. Quanto à revista publicada pela ECEME, *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos*, não há disponível nenhuma literatura que trate de sua criação; nem mesmo a ECEME disponibiliza o histórico da revista. Este caso talvez seja explicado pelo pouco tempo de publicação do periódico, que circula desde o ano de 2002. Ressaltamos também que há escassez de estudos sobre a história da *Revista do Exército Brasileiro*. Localizamos poucos artigos científicos que trataram da questão, ou que tenham utilizado esta revista como meio de pesquisa. *A Defesa Nacional*, no entanto, possui numerosos trabalhos sobre sua criação e papel na História Militar brasileira.

## **A Defesa Nacional**

Desde o nascimento da República o Exército brasileiro clamava por profissionalização e modernização, assim, uma missão militar de instrução foi pensada com o desígnio de tornar a Força Terrestre mais combativa e eficaz. Mas, qual é a função de uma missão de instrução militar? Como ela se configura?

A missão de instrução é organizada num país, por solicitação de outro para neste último e mediante um acordo ou contrato firmado entre os dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, através de organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado as finalidade

---

<sup>4</sup> Alguns textos também citaram a obra *Princípios da Guerra*, mas a grande parte fez uso de *Da Guerra*.

<sup>5</sup> Acreditamos que os periódicos sejam um valioso instrumento de expressão dos militares. Na primeira edição da revista *A Defesa Nacional*, os fundadores da ADN já esboçaram o papel de “propagadora de críticas” que a revista teria: Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que progresso é obra dos dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar das coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e darmos a nossa opinião a respeito (*A Defesa Nacional* nº1, 10.10.1913 apud LUNA, 2011, p.207).



conjunturais e aos recursos disponíveis, a tornar o mais objetivo possível, o organismo bélico do país assistido (MALAN, 1988, p. 10).

O Brasil passou por três influências militares ao longo da primeira metade do século XX, foram elas: alemã, francesa e norte-americana<sup>6</sup>. A alemã ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial, a francesa entre os dois grandes conflitos e a norte-americana durante e após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de periodizada da forma supracitada é possível que essa datação não seja tão distinta quanto relatada por alguns historiadores. As fases parecem mais se inter-relacionarem do que se alterarem nitidamente (McCANN, 1985).

O primeiro contato de oficiais brasileiros com alemães para tratar de uma possível instrução militar ocorreu entre os anos de 1905 e 1906, quando alguns jovens militares brasileiros viajaram para a Alemanha para observar e aprender com aquele Exército que, desde a vitória sobre a França em 1870, era reconhecido mundialmente por sua eficiência. Entre 1908 e 1909, um segundo grupo de oficiais embarcou para servir nos regimentos alemães e essa excursão estreitou ainda mais a relação entre os dois países, sendo que um contrato foi firmado entre a *Krupp* e o governo brasileiro para que aquela fosse a fornecedora de artilharia do país<sup>7</sup>. Em 1910, um terceiro grupo brasileiro, composto de vinte e quatro oficiais chegou à Alemanha, este último agrupamento – conhecido como os *Jovens Turcos*, como veremos – foi o responsável pela fundação da revista *A Defesa Nacional* no ano de 1913. Cada uma das três turmas enviadas à Alemanha permaneceu dois anos em treinamento. Naquele momento os alemães já haviam nomeado membros de seu Exército para iniciar os trabalhos da missão no Brasil. No entanto, estes oficiais nunca chegaram ao país, assim como, a missão nunca foi concretizada.

A não efetivação da missão alemã foi ocasionada pela relação que o governo francês mantinha com a elite paulista, o estado mais forte e influente na política dos governadores<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Outros países, quase ao mesmo período que o Brasil, buscaram o auxílio de missões de instrução militares estrangeiras. Japão e Turquia recorreram à Alemanha para organizarem exércitos modernos em fins do século XIX. Na América do Sul, na década de 1890, o Chile também recorreu ao famoso Exército alemão para remodelar suas fileiras. A Argentina também acolheu uma missão alemã, que estava interessada na venda de armamentos para aquele país. Após a Primeira Guerra Mundial, a França dirigiu os Exércitos polonês e tcheco, como também a Força Aérea japonesa. Outros países latino-americanos marcados por missões francesas foram o Peru e o Uruguai.

<sup>7</sup> A *Krupp* é, ainda hoje, uma das principais indústrias da Alemanha. Conhecida pela produção de aço, armas, munições e equipamentos.

<sup>8</sup> Sistema criado pelo governo Campos Sales (1898-1902) para afirmar suas políticas econômicas e garantir o pagamento das dívidas externas do país. Esse sistema permaneceu em outros governos com a intenção de manter a troca de apoios entre a Presidência da República e os poderes estaduais estabelecidos (partidos, oligarquias, famílias). Os executivos estaduais tinham a função de garantir a eleição de bancadas federais que apoiariam as iniciativas do Presidente da República, e, em troca, essas oligarquias teriam a oportunidade de manter-se nos poderes estaduais. Os eleitos indesejados poderiam ser suprimidos através das Comissões de

Os paulistas fecharam um acordo com os franceses para que estes enviassem uma missão militar para transformar a sua Força Pública em um sutil exército que fosse capaz de manter o estado protegido de qualquer intromissão federal. Os políticos paulistas eram favoráveis aos franceses e assumiram essa postura com toda imposição frente ao presidente eleito naquele momento, Hermes da Fonseca (1910-1914). Pouco tempo depois de sua nomeação, Hermes visitou a França para conhecer o Exército que já treinava as forças paulistas. Ficou impressionado e entusiasmado com os franceses, e tal como havia feito na Alemanha, assegurou que a missão de instrução para o Brasil seria francesa<sup>9</sup>.

Se mantivesse o apoio à Alemanha, Hermes provocaria um desgaste político com São Paulo, e também com os franceses, britânicos e norte-americanos, que não estavam felizes com o sucesso alemão<sup>10</sup>. Assim, o problema assumiria proporções demasiadamente insustentáveis para um recém-eleito presidente. Mas, ao fazer uma promessa para a França, mesmo comprometido com a Alemanha, o presidente brasileiro complicou ainda mais a já delicada situação. Como retirar-se desse caso sem abalar ainda mais a relação com os dois países e também com os influentes políticos de São Paulo? Hermes saiu pela tangente e anunciou que o Brasil não receberia nenhuma missão militar de instrução. Sua argumentação central foi que seus oficiais eram hábeis e capacitados o suficiente para prover um treinamento adequado e eficiente para o Exército. Desse momento em diante, a França começou a promover intensa campanha na imprensa brasileira contra o Exército alemão, tentando de qualquer forma obter o patrocínio da instrução militar no país. Em outubro de 1911 o Congresso votou sobre a vinda de uma missão estrangeira para o Brasil, mas a proposta acabou engavetada e nenhuma missão veio ao país. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a “entrada” do Brasil contra a Alemanha, em 1917, o “sonho” alemão foi devidamente silenciado<sup>11</sup>. O assunto só voltou a ser debatido com afinco ao final da guerra.

No entanto, tal fato não calou os oficiais brasileiros que tinham estagiado na Alemanha. A revista *A Defesa Nacional* foi fundada pelos *Jovens Turcos* em 20 de setembro

---

Verificação de Poderes. Essas comissões poderiam anular os votos de candidatos da oposição dos poderes estaduais em qualquer nível: municipal, estadual ou federal (tanto no Executivo quanto no Legislativo).

<sup>9</sup> No ano de 1908, marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra, fez um pré-acordo para que uma missão alemã instruisse o Exército brasileiro.

<sup>10</sup> Havia grande interesse econômico dos países industrializados (Alemanha, Estados Unidos da América, França e Inglaterra) em firmar contratos para fornecimento de armas e equipamento de fortificação para o Brasil.

<sup>11</sup> O governo “passou para as mãos” de um paulista no ano de 1918, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), o que facilitou o contrato com os franceses. No dia 3 de janeiro de 1919 foi aprovado em Congresso créditos para uma missão de oficiais estrangeiros para a instrução do Exército, sendo, então, finalizada a possibilidade da aclamada instrução alemã. No entanto, não se retirou a influência dos *Jovens Turcos* e sua publicação *A Defesa Nacional* do cenário militar brasileiro.

de 1913<sup>12</sup>. O nome da revista foi uma proposta do capitão Mário Clementino de Carvalho e seu formato, tal como o da revista alemã *Militär Wochenblatt*, foi sugerido por Bertoldo Klinger (LUNA, 2010). Os responsáveis pela criação da revista foram doze oficiais reformadores do Exército. Oito dos fundadores da ADN foram estagiários no Exército alemão: Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro. Os quatro outros militares eram entusiastas da causa (reforma do Exército) propagada pelos turcos: Brasília Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho. Além de *A Defesa Nacional* os Cavaleiros da Ideia<sup>13</sup>, publicaram artigos em outras revistas, entre elas: *Revista Militar* (1899), *Boletim do Estado-Maior do Exército* (1911) e no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) (McCANN, 2007)<sup>14</sup>.

As páginas da ADN traziam o conhecimento técnico adquirido pelos oficiais na Alemanha, além disso, traduziam os regulamentos do Exército alemão, propagavam o seu sistema de treinamento, seus métodos e suas tradições. No entanto, não só de técnicas e práticas militares foram constituídas as edições da ADN, mas também eram expostas concepções quanto à reorganização da instituição militar atrelada à reforma da nação. Eles solicitavam medidas para reestruturação da instituição militar, como: sorteio, educação militar, afastamento da política e a defesa nacional (CARVALHO, 1985). A proposta fundamental dos *Jovens Turcos* para alcançar o a reestruturação militar e, conseqüentemente, a reforma da nação, foi baseada na adoção do serviço militar obrigatório. Ao passar pelo

---

<sup>12</sup> “Turcos” seria por analogia à ação de um grupo militar nacionalista da Turquia que propunha reformas nas Forças Armadas e haviam remodelado o Império Otomano (LUNA, 2011; MORAES, 2004; McCANN, 2007). Os próprios fundadores da revista, Bertoldo Klinger e Leitão de Carvalho comentaram sobre o apelido recebido: Os nossos adversários nos apelidaram de jovens turcos em alusão aos patriotas turcos que igualmente haviam aprendido na Alemanha em todos os domínios da cultura e que haviam transformado radicalmente as instituições e até seculares usos e costumes de sua amada terra. Esse é o apelido mais antigo e fica cronologicamente o fato que o movimento em prol da atividade profissional eficiente em nosso Exército precedeu à atuação da minguada turma de oficiais que serviram no exército alemão e que dariam origem ao apelido mais novo, de “germanófilos” (KLINGER; CARVALHO apud LUNA, 2011, p.208).

<sup>13</sup> Cavaleiros da Ideia, assim se autodenominavam os Turcos. (CARVALHO, 1985). Eis a explicação da denominação, dada por um dos integrantes dos Jovens Turcos, Mario Clementino de Carvalho, no primeiro editorial de *A Defesa Nacional*: Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo – mas um bando de Cavaleiros da Ideia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para confundir, mas para convencer. Foi com estas ideias que resolvemos fundar essa revista. Nela exerceremos necessariamente o direito de crítica: às ideias, não aos indivíduos (*A Defesa Nacional* n°1, 10.10.1913 apud LUNA, 2011, p.207).

<sup>14</sup> Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger e Mário Clementino de Carvalho, podem ser considerados os três grandes mentores da ADN. Eles desejavam propagar os ideais reformistas além dos limites do Rio de Janeiro e concluíram que a melhor forma de alcançarem o intento seria através da fundação de uma revista, que não tivesse cunho oficial, que seria mantida por seus fundadores e, posteriormente, assinantes, o que proporcionaria aos seus escritores uma considerável liberdade de expressão (LUNA, 2011).

Exército os cidadãos (homens maiores de dezoito anos) seriam dotados dos princípios de civismo, patriotismo e nacionalismo. O soldado, após absorver tais qualidades, as transferiria para a sociedade ao simplesmente agir em seu interior. Dessa forma, a organização do Exército contígua à da Nação, ou ainda, a essencialidade de profissionalização do Exército vinculada à reforma nacional foi o eixo do discurso d'A *Defesa Nacional*, sobretudo, nos primeiros anos de sua existência (MORAES, 2004)<sup>15</sup>.

Os fundadores da ADN estavam interessados na profissionalização e modernização do Exército brasileiro para colocá-lo à altura dos imperativos da guerra moderna. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) mostrou não só ao Brasil, mas ao mundo, a relevância de se pensar em técnicas de batalha avançadas e também no aprimoramento de novas tecnologias bélicas. O conflito mundial “abriu os olhos” do Exército brasileiro que, assustado com o conflito, começou a por em prática os planos de reforma e reorganização preparados nos anos precedentes. Fato curioso é que o Brasil, em plena Grande Guerra, enfrentava seu maior desafio militar pós Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916). No entanto, esse evento não significou o estopim para as mudanças essenciais no Exército, mas sim o conflito que ocorria na Europa.

O Exército no tempo do Contestado ainda não tinha agregado as ideias de profissionalização e reorganização. O que ainda se via era um efetivo pequeno, precário e mal treinado. O Contestado era quase uma reprodução de Canudos, o mesmo deficiente Exército, e novamente o inimigo fraco e modesto, vítimas do sistema opressivo corrente na Primeira República, caracterizados como ameaças em potencial, devendo ser combatido com urgência e vigor. Os editoriais da ADN traziam a insatisfação dos oficiais com o que acontecia ao Sul do Brasil, os redatores declararam que esse conflito só acontecia porque aquele povo tinha sido jogado à margem da sociedade, e a miséria os fez serem inimigos. O que restava então ao Exército era lutar contra aqueles pobres conterrâneos para salvar a sua honra e moral, pois já que eles “recorreram às armas, só poderia existir o objetivo militar de destruir o inimigo” (McCANN, 2007, p. 188-89)<sup>16</sup>.

O maior expoente militar do Contestado foi o coronel Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947), que recebeu do ministro da Guerra, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (1852-1924) a incumbência de refrear aquela rebelião. Setembrino

---

<sup>15</sup> Luna (2011) observou que os *Jovens Turcos* prezavam pela participação militar na política nos assuntos concernentes aos interesses da Nação e clamavam pelo “desligamento” da política partidária que só prejudicaria o “funcionamento adequado” do Exército.

<sup>16</sup> Alguns ex-estagiários do Exército alemão participaram da Guerra do Contestado: o capitão Leopoldo Itacoatiara de Senna, tenente Armínio Borba de Moura, tenente Euclides de Oliveira Figueiredo e tenente Joaquim de Souza Reis Neto, os dois últimos eram membros fundadores da ADN.

conseguiu extrair do ministro da Guerra alguns benefícios que tornariam suas tropas mais eficazes no campo de batalha. Conseguiu a expansão do efetivo (seis mil homens era o pedido do coronel) novas armas, suprimentos e dinheiro. Assim, montou-se um aparato para desfazer a imagem de órgão problemático e ineficiente que o Exército carregava desde Canudos. O coronel Setembrino estava ansioso por cumprir a missão dada a ele: acabar com a Revolta do Contestado. Então, Setembrino elaborou um plano, que a seu ver, iria dismantelar de uma vez os fanáticos rebeldes<sup>17</sup>. Apresentou sua ideia de cerco ao inimigo ao novo ministro da Guerra, José Caetano de Faria (1855-1920) e “confessou ao mesmo que a estratégia empregada não era nova, só estava seguindo os conselhos de Carl von Clausewitz”. (McCANN, 2007, p. 203)<sup>18</sup>. Possivelmente, Setembrino de Carvalho foi um dos primeiros militares do Exército brasileiro a utilizar-se da teoria clausewitziana.

Um dado relevante é que o coronel brasileiro havia sido aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, no ano de 1892. Esta Escola foi núcleo de algumas revoltas militares (1895, 1897 e 1904), razão pela qual, após o último levante, o Exército decidiu encerrar as atividades deste estabelecimento educacional. O motivo apresentado para o fechamento: os militares eram excessivamente submersos na política (McCANN, 2007). A partir desta constatação algumas indagações podem ser feitas: como Setembrino tomou conhecimento da teoria do general prussiano? Que obra teria lido o coronel brasileiro? Outros militares teriam lido alguma obra de Clausewitz nesse ínterim? A Escola Militar da Praia Vermelha lecionava Clausewitz na década de 1890? Ainda neste trabalho veremos que um dos *Jovens Turcos* mencionou a leitura de Clausewitz, em francês, nas escolas militares brasileiras. Tal declaração nos faz supor que as ideias do general prussiano chegaram ao Brasil antes mesmo do estágio dos *Jovens Turcos* na Alemanha, no entanto, acreditamos que foi a partir da disseminação das teorias militares germânicas pelos oficiais *turcos* que Clausewitz recebeu maior destaque entre os militares brasileiros.

Os *Jovens Turcos* não abandonaram a ideia de renovar o Exército e, em meados de 1914, apresentaram ao ministro da Guerra, Caetano de Faria, um programa detalhado com propostas de reforma para a Força Terrestre. Grande parte das recomendações expostas pelos oficiais estava ancorada na prática militar; o interesse era aumentar a eficiência do Exército, focando-se a função maior da defesa externa<sup>19</sup>. Para que tal missão fosse cumprida com êxito

---

<sup>17</sup> Expressão utilizada pelos militares para denominar o povo do Contestado.

<sup>18</sup> Setembrino de Carvalho acreditava que a guerra do Contestado não abalara os regulamentos do Exército, que eram fundamentados na brilhante doutrina alemã. Mas, pensar a reorganização do Exército ainda era vital.

<sup>19</sup> Tal opinião não pronuncia que os militares deveriam alhear-se à política, ou que eles não precisariam se envolver com a sociedade, mas a prioridade consistia na reestruturação da instituição, mantendo-se distante da

necessitava-se de armamento moderno, munição para a prática de tiro e, sobretudo, uma missão militar estrangeira que ajudasse na recomposição e edificação do Exército. A primeira medida técnica alcançada pelos criadores da ADN foi o treinamento de subordinados (cabos e sargentos) pelos oficiais, para que estes pudessem treinar os recrutas. A primeira vista pode parecer algo não inovador ou relevante, mas essa alternativa dissolveu uma tradição dentro do Exército, onde cabos e soldados eram personagens inexpressivos.

Outros assuntos considerados essenciais pelos *Jovens Turcos* para a reforma do Exército brasileiro foram debatidos em *A Defesa Nacional*: serviço militar obrigatório, que seria vital para a expansão física da instituição<sup>20</sup>; necessidade da implantação da indústria siderúrgica, pois o país não estaria preparado para sua defesa externa se não tivesse meios de produzir seus armamentos, visto que em tempos de guerra não se pode contar com nenhuma política de boa vizinhança para fornecimento de armas e derivados; mudança das condições socioeconômicas e políticas do Brasil, porque o Exército “ideal” era inconciliável com o tipo de sociedade e sistema econômico vigente, assim sendo, transformações radicais deveriam acontecer e com urgência.

Os editores da ADN, inicialmente, resistiram contra a missão de instrução francesa e firmaram sua preferência por receber no país a missão alemã, eles consideravam a organização francesa mais teórica, de pouca praticidade, enquanto exaltavam a alemã como mais racional e de simples entendimento (McCANN, 2007). Através da figura do ministro Faria (claro defensor dos métodos alemães) havia uma perspectiva de que o Exército alemão enviasse sua missão para o Brasil, mas a decisão de Faria foi no investimento de uma educação militar à moda germânica. No ano de 1918, Faria designou oficiais para a Escola Militar do Realengo com o intuito de oferecer a instrução que promoveria a profissionalização e modernização das fileiras do Exército, este grupo de instrutores brasileiros com marcas do ensinamento alemão formaram um grupo denominado Missão Indígena. (CARVALHO, 1985; McCANN, 2007; MALAN, 1988).

Os *Jovens Turcos* nas páginas da ADN faziam propaganda pela vinda da Missão Militar Alemã para reformar o Exército brasileiro. Na revista era comum encontrar a publicação de matérias que exaltavam o Exército prussiano, as batalhas que tinham travado e

---

política partidária (CAPELLA, 1985 apud NASCIMENTO, 2011; McCANN, 2007). Defendiam ainda, que a intervenção militar na sociedade era um dos papéis do Exército, desejavam transmitir as virtudes que engendram uma boa instituição militar, “disciplina hierárquica e social, o abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso do dever e sacrifício pela pátria” (McCANN, 2007, p. 217).

<sup>20</sup> Mesmo com a aprovação da lei do serviço militar obrigatório em 1908, o corte feito pelo Congresso com despesas militares fez com que se engavetasse a questão, pois o pequeno efetivo deveria ser preenchido com voluntários.

o exemplo de desenvolvimento de seu Estado-Maior (LUNA, 2011). Outros artigos faziam comparações entre o Exército francês e o alemão, ressaltando a fase ruim enfrentada pelo primeiro, que veio perdendo eficiência desde o fim das batalhas napoleônicas. Ainda eram corriqueiras as menções a escritores e militares alemães influentes, tais como: Frederico, o Grande, Scharnhorst, Gneisenau, Clausewitz e Moltke (LUNA, 2011). Para voltar a este primeiro ciclo de influência de Clausewitz no Brasil, selecionamos um trecho de um artigo publicado em 10 de dezembro de 1913, na terceira edição da revista. Observa-se Clausewitz ser mencionado pelo capitão César Augusto Parga Rodrigues para criticar a ideia de que os brasileiros estavam mais próximos da “cultura” francesa e, por isso, uma missão militar de instrução oriunda da França seria mais eficaz em modernizar e profissionalizar as fileiras do Exército brasileiro do que uma missão procedente da Alemanha. Os *Jovens Turcos* defendiam que a escolha por uma missão deveria ser baseada especificamente em elementos militares e não em simpatias infundadas. Claramente, na opinião dos *turcos*, o Exército alemão era superior ao francês. O trecho que segue é uma resposta a um artigo publicado pelo major Liberato no jornal *O País*, que criticava os “germanófilos” por propagarem as ideias militares dos alemães.

Seja-nos permitido estranhar que tão apaixonado apologista das teorias francesas comece, num artigo pró França, por uma citação de Clausewitz, em inglês. E depois, em sua argumentação, diz: são franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos e as teorias que necessitamos.

Toda vez que ouvimos ou lemos afirmações da natureza desta, lembramo-nos logo da “*Nation armée*”, da “*Theorie de la grande guerre*” e de outras traduções em francês que nos eram familiares na escola; e nosso espírito leva-nos, sem malícia alguma, a perguntar ao Sr. Major Liberato se a doutrina e teoria franceses compreendem tudo o que está traduzido para essa língua, que pretendemos manejar tão bem. Tínhamos também, diante disso, desejo que nos dissessem quais os livros genuinamente franceses adotados no jogo da guerra da IX Região de Inspeção<sup>21</sup>.

(...)

Outra coisa que é preciso desaparecer do campo das discussões, quando se fala em França e Alemanha, é o ponto de vista duplamente falso em que nos colocamos, achando que na última dessas nações tudo nos é diverso, estranhável e incômodo, enquanto se pensa que na outra a questão muda inteiramente de figura. Não há tal; salvo se encararmos somente o lado militar, porque então não há coisa mais diversa da nossa do que a perfeita organização alemã, a prática da instrução que lá se observa e o honesto cumprimento de todos os regulamentos.

(...)

Dizer-se que a nossa educação é toda ela francesa é uma asserção com que também não podemos concordar. Pelo menos, quem vai a França vê logo que entre os hábitos de lá e os nossos existe a mesma grande diferença que entre os alemães e estes. Há, sim, aqui no Brasil, muitos costumes pedantes que são praticados como franceses, mas que levantariam protestos se fossem exibidos na França (*A Defesa Nacional* apud LUNA, 2011, pp.217-8).

<sup>21</sup> Os livros citados são de autoria de Colmar von der Goltz e Clausewitz, ambos generais do Exército prussiano.

## Revista do Exército Brasileiro

Antes mesmo da criação *A Defesa Nacional*, a *Revista Militar*, entre os anos de 1889 a 1908, já conclamava a vinda de uma missão militar estrangeira ao Brasil. Não cogitavam claramente alguma preferência, mas as edições dos anos supracitados trouxeram 107 tópicos que falavam sobre o Exército alemão e apenas 47 citavam algo sobre o Exército francês (McCANN, 2007). Seria essa uma predileção velada dos fundadores desta revista? No ano de 1882 três oficiais do Exército brasileiro (majores Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães e o capitão Francisco Agostinho de Mello Souza Menezes) fundaram a *Revista do Exército Brasileiro*, que recebeu o papel de ser o “transmissor oficial das ideias da corporação e o laço de união entre os seus membros” (OLIVEIRA, 2010, p. 105).

A revista foi criada em um período conturbado do regime monárquico brasileiro, no qual o relacionamento entre a elite política imperial e parte do oficialato do Exército estava desgastada, esse episódio foi designado por alguns historiadores como a Questão Militar<sup>22</sup>. Alguns líderes do Exército mostravam-se descontentes com o tratamento recebido pelo Império e reclamavam de assuntos pontuais: situação inadequada dos quartéis; da legislação, considerada imprópria; do recrutamento militar que fornecia para o Exército homens “desqualificados socialmente” e da recorrente influência civil na remoção, punição e promoção de oficiais (OLIVEIRA, 2010). A Questão Militar foi marcada por diversos episódios de “rusgas” entre oficiais do Exército e o Império, o que aumentava a cada dia a tensão entre militares e civis. Esses eventos foram pano de fundo para o escopo maior dos oficiais do Exército: alcançarem a posição merecida na estrutura institucional e política da monarquia.

A *Revista do Exército Brasileiro* não se isentou de emitir opiniões sobre a situação política na qual estavam inseridos, no entanto, os artigos “políticos” publicados pela REB representaram uma parcela muito pequena se comparados à quantidade de artigos “técnicos”, isso nos primeiros sete anos de publicação<sup>23</sup>. Ao que parece, a postura (um pouco contraditória) assumida pelos editores da revista foi de não pronunciamento sobre os rumos seguidos pela administração política do Império, mas ao mesmo tempo, não seriam indiferentes em relação aos rumos políticos do país (OLIVEIRA, 2010). A atualização técnica

---

<sup>22</sup> José Murilo de Carvalho (1985) dividiu o oficialato do Exército nessa fase em dois grupos: de um lado, os bacharéis, que faziam parte de uma geração mais jovem de oficiais, formados na Escola Militar e, eram marcados pelo positivismo; na ponta oposta, os tarimbeiros, militares que não frequentaram a Escola Militar e fizeram suas carreiras baseadas em feitos militares, tal como a Guerra do Paraguai.

<sup>23</sup> Ver Oliveira (2010).



militar dos oficiais da Força Terrestre, baseada nas transformações militares ocorridas no Brasil e nos principais Exércitos do mundo parece ter sido um tema mais atrativo para os criadores desta revista.

Esta revista recebeu distintos títulos ao passar dos anos:

**Tabela 1.** Títulos da *Revista do Exército Brasileiro*

<b>Anos</b>	<b>Títulos</b>
<b>1882-1889</b>	<i>Revista do Exército Brasileiro</i>
<b>1889-1908</b>	<i>Revista Militar</i>
<b>1911-1923</b>	<i>Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército</i>
<b>1924-1981</b>	<i>Revista Militar Brasileira</i>
<b>1982-</b>	<i>Revista do Exército Brasileiro</i>

Anteriormente citamos que os criadores da revista *A Defesa Nacional* utilizavam-se de outros periódicos para expressarem suas ideias. A *Revista do Exército Brasileiro* é considerada o primeiro periódico “científico” oficial do Exército Brasileiro<sup>24</sup>, que circulou entre os anos de 1882-1888. Em 1899, a revista reapareceu com o título de *Revista Militar* e permaneceu com esta denominação até o ano de 1908. Em 1911, a publicação foi retomada com o nome de *Boletim Mensal do Estado Maior do Exército*, circulando até 1923 (CANCELLA, 2012). No ano de 1924, a revista novamente recebeu outra nomeação, *Revista Militar Brasileira*, permanecendo com esta designação até o ano de 1981, pois em 1982 o título original, *Revista do Exército Brasileiro*, foi retomado. Tal fato nos permite deduzir que o periódico, com suas várias denominações, foi também um reduto das doutrinas alemãs trazidas pelos *Jovens Turcos*, fato que aumentou nossa expectativa em encontrar considerações relevantes sobre a teoria de Clausewitz.

Empreendemos uma breve busca por Clausewitz nas primeiras cinco edições da *Revista do Exército Brasileiro* através do acervo digital da Biblioteca Nacional. Não encontramos, no entanto, nenhuma menção ao prussiano nos anos pesquisados, de 1883 a 1886<sup>25</sup>. Contudo, não tivemos acesso às edições da revista como *Boletim Mensal do Estado-*

<sup>24</sup> Ressaltamos que a REB é apontada como o primeiro periódico científico oficial do Exército Brasileiro, no entanto, a *Revista Marítima Brasileira*, de responsabilidade da Marinha brasileira, iniciou suas publicações no ano de 1851.

<sup>25</sup> Acervo digital em: <http://hemerotecadigital.bn.br/revista-do-exercitobrasileiro/343234>

*Maior do Exército*, tempo em que alguns oficiais pertencentes aos *Jovens Turcos* publicaram artigos, sobretudo, relacionados aos aprendizados adquiridos no estágio junto ao Exército alemão<sup>26</sup>. Acreditamos então que as primeiras citações à Clausewitz sejam aquelas acima mencionadas, nas palavras do coronel Setembrino e nos editoriais d’*A Defesa Nacional*.

Mesmo com a possibilidade de influência das doutrinas alemãs, através dos *Jovens Turcos*, veremos mais adiante que a REB não apresentou textos tão elaborados sobre os conceitos de Clausewitz quanto à ADN<sup>27</sup>. Acreditamos que as características dos assuntos-escopo das revistas tenham muito a dizer neste caso, pois desde a sua criação, a revista possui um caráter mais técnico, voltado à instrução dos militares pertencentes aos quadros do Exército Brasileiro. O nosso intuito em apresentar este conciso delineamento histórico foi apresentar as primeiras apreciações brasileiras da teoria clausewitziana, além de enfatizar a relevância dos periódicos *A Defesa Nacional* e *Revista do Exército Brasileiro* como instrumentos de expressão das ideias e anseios dos militares brasileiros.

### **Distinções entre os periódicos militares do Exército brasileiro**

Antes de abordarmos as especificidades das revistas pesquisadas gostaríamos de apontar os objetivos do Exército para a publicação de revistas militares, a fim de compreender o papel dos periódicos para a instituição:

- (a) Contribuir para o aperfeiçoamento dos recursos humanos, fornecendo subsídios necessários ao aprimoramento da cultura geral e profissional dos oficiais e graduados.
- (b) Estimular a participação de oficiais e praças nas atividades culturais, permitindo a divulgação das ideias e das experiências adquiridas durante a vida militar.
- (c) Contribuir para o desenvolvimento e o estudo da Doutrina Militar Terrestre.
- (d) Divulgar as atividades e as realizações da Instituição e das Organizações Militares (OM).
- (e) Manter informado o público interno sobre assuntos de interesse comum ao Exército e aos seus integrantes.

---

<sup>26</sup> Lembramos que o *Boletim do Estado-Maior* foi lançado sob o controle do chefe do órgão, general José Caetano de Faria e que se constituiu em “uma publicação oficial de teor exclusivamente técnico-militar, que tinha como objetivo defender o aperfeiçoamento e a modernização do Exército de acordo com as inovações bélicas surgidas na Europa e Estados Unidos” (LUNA, 2011, p.198). Os oficiais *turcos* que publicaram no *Boletim* foram: Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger, José Antônio Coelho Ramalho, Manoel Bougard de Castro e Silva e Emílio Sarmiento.

<sup>27</sup> Um estudo mais aprofundado da recepção de Clausewitz no Exército brasileiro deveria esclarecer mais a fase dos *Jovens Turcos* e as décadas subsequentes para verificar se houve ou não continuidade da influência do grupo. Pretendemos realizar esta tarefa em um trabalho futuro.

(f) Divulgar junto ao público externo as atividades da Instituição e reforçar a sua imagem perante a sociedade brasileira.

(g) Estimular o espírito de corpo e o moral dos integrantes das OM.

(h) Proporcionar registro histórico e ilustrado da vida das OM em proveito de suas tradições.

As publicações das revistas *A Defesa Nacional* e *Revista do Exército Brasileiro* são de responsabilidade do Exército, sendo definidas pela Portaria 402 de 16 de agosto de 2001, e possuem as seguintes características e especificações<sup>28</sup>:

### **1) A Defesa Nacional**

Revista de estudo de problemas brasileiros e assuntos militares, destinada à publicação de artigos sobre Estratégia, Tática, Política Internacional, Geopolítica, Administração, Economia, Finanças, Geografia e História.

### **2) Revista do Exército Brasileiro**

Revista voltada ao estudo da tática de unidades e de frações, de processos de combate e de assuntos relacionados com a Força Terrestre, publicando artigos e trabalhos profissionais de interesse da tropa e da administração das Organizações Militares.

Claramente a *Revista do Exército Brasileiro* é um periódico de teor técnico, mais voltado para o público interno da instituição militar, compreendendo bem os objetivos de publicação do Exército, sobretudo, os intentos declarados nas linhas *c* e *d*. Os trabalhos de interesse da REB para publicação reafirmam o caráter interno da revista: “publicando artigos e trabalhos profissionais de interesse da tropa e da administração das Organizações Militares”. Já *A Defesa Nacional* tem amplitude maior, explicitada já no início do texto “revista de estudo de problemas brasileiros e assuntos militares”. Os temas de interesse do periódico também são mais abertos à participação civil, além disso, algumas temáticas (geopolítica e política, por exemplo) são relevantes para nossa pesquisa. Essas distinções ficaram claras a partir da análise das revistas, a REB abordou questões mais técnicas acerca de Clausewitz, enquanto que a ADN apresentou textos mais teóricos, baseados na História, Política e Filosofia.

---

<sup>28</sup> Em 2001, a Portaria 402 apresentou quatro periódicos sob a responsabilidade do Exército: *A Defesa Nacional*, *Revista Militar de Ciência e Tecnologia*, *Revista do Exército Brasileiro* e *Revista Verde Oliva*.

## Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos

A RCM é uma revista publicada pelo Estado-Maior do Exército desde 2002. A nossa intenção ao investigar este periódico é buscar a leitura oficial de Clausewitz, aquela realizada na Escola que forma os oficiais que assumirão os cargos do Estado-Maior do Exército. Este órgão é o responsável pela preparação da Política Militar Terrestre, pelo Planejamento Estratégico, e pela orientação do preparo e do emprego da Força Terrestre, com o intuito de cumprir a destinação constitucional do Exército brasileiro<sup>29</sup>. Para se entender a função e relevância do Estado-Maior do Exército e da Escola de Estado-Maior é necessário um sucinto histórico da sua criação e reestruturação, o que nos levará ao período da Missão Militar Francesa (MMF) no Brasil e também da Missão Militar Americana (MMA)<sup>30</sup>. A MMF chegou ao Brasil no ano de 1920, quando aproximadamente trinta oficiais franceses, encabeçados pelo general Maurice Gustave Gamelin (1872-1958), assumiram o controle da instrução militar brasileira. Antes de Gamelin partir da França em direção à chefia da MMF, o marechal Ferdinand Foch o lembrou de que ‘a guerra não se transpõe de uma parte do mundo para outra, mas é sempre guerra’ (CASTELLO BRANCO, 1957, apud SANTOS, 2004, p. 185). Foch foi um dos leitores franceses mais polêmicos sobre as concepções clausewitzianas e suas ideias foram responsáveis pelas críticas que Clausewitz receberia no futuro, como veremos neste trabalho, dando especial enfoque a aniquilação do exército inimigo através da batalha e da força (STRACHAN, 2008). Tal percepção de Foch teria influenciando Gamelin? É possível que o general francês tenha trazido esse modo de pensar Clausewitz ao Brasil?

Mais do que em qualquer outro setor a Missão Militar Francesa teve como desígnio central a reorganização do Estado-Maior, que fora criado em 1899 para ser o “cérebro” do Exército (McCANN, 2007). Mas, foi somente a partir da década de 1910, e mais ainda com os franceses, que o Estado-Maior ganhou os contornos que o tornaram o núcleo do Exército. Os franceses pensaram a reformulação do Estado-Maior, principalmente através do aprimoramento do ensino dado aos oficiais da Escola de Estado-Maior do Exército, afinal os altos oficiais formados nos cursos oferecidos pela Escola tinham a tarefa de impor a unidade de doutrina ao Exército<sup>31</sup>. A “nova” Escola de Estado-Maior brasileira foi inaugurada no dia 7 de abril de 1920 através de uma solenidade que contou com a presença do Presidente da

---

<sup>29</sup> Este texto está disponível no endereço eletrônico: <http://www.eme.eb.mil.br/>. Acesso em 20 de Agosto de 2012.

<sup>30</sup> Para maiores informações sobre a MMF, ver Malan (1988).

<sup>31</sup> A Escola de Comando e Estado-Maior já existia antes da vinda dos franceses, ela foi fundada no ano de 1905 e funcionou efetivamente a partir de 1907, e já era requisito para que oficiais servissem no Estado-Maior. Ela deixou de funcionar no ano de 1918.

República Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942), que discursou: ‘Pedimos à França a Missão, cujo primeiro fruto é a inauguração desta escola. Esta casa vai ser para tal fim um grande laboratório’ (PESSOA apud MALAN, 1988, p. 98).

Após o fim da MMF, em 1940, a Missão Militar Americana (MMA) assumiu o posto de instrutora militar brasileira<sup>32</sup>. Os Estados Unidos tiveram interesse em enviar uma missão de instrução militar ao Brasil por dois motivos centrais: proteção do território americano com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e fixar mercado de vendas de armamento. Os norte-americanos inquietavam-se com a evidente impossibilidade do Brasil defender-se adequadamente em frente à eclosão da Segunda Guerra Mundial, tal incapacidade criaria frestas pelas quais os Estados Unidos poderiam ser rendidos pela Alemanha. Além da defesa de territórios, a questão de armamento militar era central diante da guerra, ainda mais no caso dos países latino-americanos que não possuíam material bélico apropriado e, muito menos, indústrias que pudessem garantir a construção desse material. Os Estados Unidos era um dos países mais desenvolvidos na produção de armamentos, contudo, havia um entrave na distribuição destes produtos para o Brasil e outros países latinos: o elevado preço. O Brasil declarou guerra aos países do Eixo em agosto de 1942 e tal decisão intensificou a influência norte-americana no país. Em meados de 1943, o Brasil formou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o combate nos campos europeus junto aos Estados Unidos. Na visão dos oficiais norte-americanos, que treinaram os brasileiros, ainda havia uma forte “herança militar” francesa naqueles militares, sobretudo, o fato de que as concepções táticas de defesa e contra-ataque foram mais arraigadas do que a ideia de assumir iniciativa. O Exército brasileiro, segundo os norte-americanos, não estava preparado para o tipo de combate que encontraria na Itália.

Diante de tal quadro, a decisão dos Estados Unidos como aliado direto do Brasil foi promover um curso especial na Escola de Comando e Estado-Maior, em *Fort Leavenworth*, pelo qual passaram duzentos e cinquenta e nove oficiais brasileiros até o final da guerra. Nomes como o do marechal, e futuro presidente do Brasil, Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967) figuraram neste curso que tinha a intenção de mudar, principalmente, a falta de iniciativa de comando. Já a FEB foi desmembrada logo após o seu retorno da Itália,

---

<sup>32</sup> O Brasil e Estados Unidos mantinham uma ligação no campo militar desde o começo da década de 1930, no entanto, essa relação foi estabelecida quanto à venda de armamentos, e não possuía caráter doutrinário. Vargas, durante a Revolução de 32, adquiriu de produtores norte-americanos, cento e trinta e sete aeronaves militares e comerciais, realizando a maior compra de material bélico desde 1910.

mesmo com a desaprovação dos americanos. Igualmente se encerrou a aliança militar entre Brasil e Estados Unidos.

O Exército brasileiro conservou sua composição básica existente antes da guerra, sobretudo no tocante ao processo de ensino e instrução militar. Ao falar sobre educação militar no pós-Segunda Guerra duas instituições são centrais e devem ser analisadas, pois foram elas as responsáveis em propagar a mudança que os oficiais brasileiros trouxeram dos combates da Segunda Guerra Mundial. Os dois estabelecimentos são: a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG). A ECEME existia desde 1905, teve suas tarefas encerradas provisoriamente em 1918 e foi reativada pelos franceses no ano de 1920. Já a Escola Superior de Guerra – ESG – foi criada em 1949 sob a tutela de veteranos da FEB e de assessores americanos. A ECEME, como responsável pela mudança de paradigmas militares franceses para os norte-americanos, teve uma figura central: o marechal Castello Branco.

Castello Branco, “mentor” da ECEME foi também um leitor de Clausewitz, tanto que em suas palestras promovidas em dois estabelecimentos de ensino, citou algumas ideias clausewitzianas. Castello Branco utilizou-se de Clausewitz para falar sobre os perigos da guerra revolucionária que rondavam o Brasil na Guerra Fria. A apropriação da teoria de Clausewitz por Castello Branco possui uma distinção, a leitura e utilização de outro livro de Clausewitz que não *Da Guerra*, a obra máxima do prussiano, e sim o pequeno texto *Princípios da Guerra*, que também fora intitulado em alguns países de língua inglesa como *Instruções para o Príncipe Herdeiro*. O segundo título representa exatamente o teor deste escrito: um manual de educação militar para um príncipe prussiano da dinastia Hohenzollern, do qual Clausewitz foi tutor por algum tempo. Este não pode, no entanto, ser entendido como somente um livro para a educação de um príncipe, mas sim como um “documento valioso que fornece pistas sobre a evolução das ideias de Clausewitz” (BASSFORD, 1994, p. 59). O marechal Castello Branco foi um dos principais responsáveis pela transição da doutrina militar francesa que imperava no país logo após Primeira Guerra Mundial, para a doutrina militar norte-americana e talvez seja um dos poucos militares brasileiros que leu Clausewitz neste período. Supomos que a influência da visão anticlausewitziana de Liddell Hart nos Exércitos anglo-saxões pode ter alcançado o Brasil e, por tal fato, as leituras de Clausewitz foram mais escassas. Consideraremos a investigação desta hipótese em um trabalho futuro.

Mas, na geopolítica brasileira do tempo da Guerra Fria encontramos mais leitores de Clausewitz: Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos. As palavras de Golbery sobre Clausewitz estão presentes na obra *Planejamento Estratégico*, de 1955, no qual foram

agregadas algumas Conferências do autor na Escola Superior de Guerra (ESG). A geopolítica de Golbery, propagada neste livro, foi a da segurança nacional, baseada em uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos para a defesa do Ocidente cristão contra os comunistas. As menções à Clausewitz em Golbery vêm embasadas em *Da Guerra*, uma tradução em Inglês do ano de 1943, sendo que sua leitura focou as seguintes concepções clausewitzianas: guerra como continuação da política por outros meios e os conceitos de atrito e polaridade. Um pouco mais distante da geopolítica da “união” com os Estados Unidos, abrangemos a leitura de Clausewitz no pensamento do general Carlos de Meira Mattos.

O general defendeu a ideia de que Brasil podia conquistar o posto de potência mundial a partir de uma “ruptura” com as amarras econômicas impostas pelos países mais ricos, tal como, os Estados Unidos. É entre a década de 1970 e 1980 que localizamos os primeiros escritos de Meira Mattos sobre Clausewitz. A leitura de Meira Mattos sobre Clausewitz afastou-se da leitura mais rasa empreendida pelo marechal Castello Branco e da leitura mais “técnica”, voltada para a formulação de uma Política Nacional de Segurança contra a ameaça comunista, de Golbery do Couto e Silva. Mesmo marcado pelo conservadorismo típico aos militares e pela conjuntura da Guerra Fria, Meira Mattos teve uma visão mais ampla do pensamento clausewitziano, abordando, sobretudo, a importância central da subordinação militar à política. Talvez a compreensão mais “elevada” de Meira Mattos seja explicada pela leitura de competentes estudiosos de Clausewitz, como Aron e Rapoport.

Ressaltamos que estes três pensadores militares foram muito influentes na ECEME e suas concepções estão enraizadas no ensino militar desta Escola. Veremos que a *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos* apresentou diversos artigos publicados com menções à Clausewitz, talvez o interesse da ECEME pelo prussiano tenha marcas da relevância que o mesmo assumiu nas reflexões de Castello Branco, Golbery do Couto e Silva e, especialmente, Carlos de Meira Mattos.

### **Análise dos periódicos militares e currículos da ECEME**

Pesquisamos as revistas *A Defesa Nacional* e *Revista do Exército Brasileiro* entre os anos de 1989 a 2009, compreendendo o período pós-Guerra Fria<sup>33</sup>. O acesso a essas duas revistas foi possibilitado pelo Arquivo Ana Lagôa, localizado na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Os currículos dos cursos da ECEME foram cedidos pela própria Escola de

---

<sup>33</sup> Tínhamos a ideia de pesquisar os periódicos até o ano de 2010, mas neste ano nenhuma das revistas pesquisadas foi publicada pela BIBLIEx, editora do Exército brasileiro.

Comando e Estado-Maior do Exército, localizada no estado do Rio de Janeiro. Algumas edições da *Revista das Ciências Militares – Coleções Meira Mattos*, estão disponíveis no site da Escola, em versão PDF. Analisamos este periódico entre os anos de 2003 a 2009.

A periodicidade de publicação dos três periódicos é a mesma: quadrimestral. No entanto, *A Defesa Nacional* e a *Revista do Exército Brasileira* sofreram algumas modificações. As tabelas 2 e 3 ilustram as mudanças em cada uma das revistas desde sua fundação:

**Tabela 2.** Periodicidade de publicação da revista *A Defesa Nacional*

<b>Anos</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>1913-1963</b>	Mensal*
<b>1964-1989</b>	Bimestral
<b>1990-1999</b>	Trimestral
<b>2000-</b>	Quadrimestral

\*Casos de publicação bimestral

**Tabela 3.** Periodicidade de publicação da *Revista do Exército Brasileiro*

<b>Anos</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>1882-1889</b>	Annual
<b>1889-1980</b>	Irregular
<b>1981</b>	Quadrimestral
<b>1982</b>	Trimestral
<b>1982-</b>	Quadrimestral

O número de revistas analisadas segue na Tabela 4. Gostaríamos de observar que tivemos um número menor de edições da *Revista do Exército Brasileiro* e da *Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos*.

**Tabela 4.** Quantidade de periódicos analisados.

<b>ADN</b>	<b>REB</b>	<b>RCM</b>
74	27	34

Foi expressiva a quantidade de artigos que mencionaram Carl von Clausewitz nos periódicos. No entanto, excluímos vários textos que apenas o citaram, sem oferecer



possibilidade de analisar a profundidade da leitura feita no Brasil sobre a teoria clausewitziana. Na Tabela 5 apresentamos o total de artigos localizados e aqueles utilizados na pesquisa.

**Tabela 5.** Quantidade de artigos localizados e utilizados nos periódicos analisados.

	ADN	REB	RCM	Total
<b>Localizados</b>	61	20	30	111
<b>Utilizados</b>	12	4	5	21
<b>Aproveitamento (%)</b>	19,7	20,0	16,7	18,9

Organizamos os artigos em três tópicos: a) análises históricas: textos que utilizaram conceitos clausewitzianos para analisar conflitos do passado militar brasileiro; b) análise das conjunturas atuais: artigos que usaram Clausewitz para analisar contextos do presente, como o do pós-Guerra Fria e o posterior aos atentados de 11 de setembro; c) análises não conjunturais: escritos que enfocaram concepções teóricas do autor, sem relacioná-las com o contexto histórico. Após leitura atenta dos textos pudemos confirmar a nossa hipótese de que as conjunturas históricas influíram nas leituras feitas sobre Clausewitz.

Já os currículos da ECEME nos permitiram saber que Clausewitz é lido nos cursos da Escola em duas disciplinas centrais: “Estratégia” e “História Militar”. Além das obras de Clausewitz algumas obras de comentaristas são estudadas, principalmente Aron, Paret, Howard, Liddell Hart e o brasileiro Meira Mattos. Podemos concluir então que Clausewitz é um autor importante na ECEME. Para entender qual o tipo de leitura empreendida pelos altos oficiais do Exército presentes na ECEME utilizamo-nos de sua publicação, a *Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos*, e encontramos artigos que mencionaram Clausewitz em um contexto histórico específico, a Guerra do Iraque, iniciada em março de 2003. Aqui também podemos ratificar a nossa suposição de que as conjunturas históricas influíram nas leituras feitas sobre Clausewitz.

### **Estruturação do trabalho**

Como forma de organizar o material de pesquisa, dispomos este trabalho da seguinte forma:

- Clausewitz e seus leitores.

- Geopolítica brasileira e Clausewitz: o período da Guerra Fria.
- Leituras brasileiras sobre Clausewitz no pós-Guerra Fria.
- A recepção de Clausewitz na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

**Capítulo 1** – abordamos as leituras acerca da teoria clausewitziana já a partir do século XIX, focando-se na perspectiva de como as conjunturas históricas influenciaram nas diferentes interpretações sobre o pensamento de Clausewitz.

**Capítulo 2** – buscamos Clausewitz entre os autores da Escola Geopolítica brasileira, uma das mais influentes teorias entre os militares brasileiros no tempo da Guerra Fria. Concentramo-nos, sobretudo, na leitura do general Carlos de Meira Mattos, que fez uma análise minuciosa sobre as concepções de Clausewitz.

**Capítulo 3** – investigamos a leitura de Clausewitz no pós-Guerra Fria através de dois periódicos militares concernentes ao Exército brasileiro: *A Defesa Nacional*, *Revista do Exército Brasileiro*. Encontramos diversos artigos sobre Clausewitz, o que nos permitiu concluir que o general prussiano é um autor popular entre os militares brasileiros, mas ainda efetivamente pouco lido.

**Capítulo 4** – examinamos os currículos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e seu periódico, *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos*. Observamos a leitura de Clausewitz e alguns de seus comentadores nos cursos oferecidos pela ECEME e igualmente localizamos vários artigos que mencionaram Clausewitz. Neste capítulo fazemos a mesma ressalva empreendida no capítulo anterior: Clausewitz é muito conhecido, contudo, raramente lido.

## CAPÍTULO 1

### Clausewitz e seus leitores

O general Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) pode ser considerado um dos maiores teóricos do período de formação do pensamento militar moderno. Suas concepções nos proporcionaram as primeiras reflexões da guerra como um instrumento da política de Estado, a partir de suas experiências com as guerras da Revolução Francesa e com Napoleão Bonaparte (1769-1821) (BASSFORD, 1993; SHY, 2001). Desde o século XVIII ocorria um intenso desenvolvimento das doutrinas militares da Prússia e da França, a partir do desenvolvimento de novos armamentos bélicos (“conquista” da Revolução Industrial) e da transformação da postura tática desses países, que assumiram com mais clareza uma teoria de guerra com caracterização ofensiva, voltada para a batalha. Foi a partir dessas mudanças que Napoleão conseguiu empreender, com sucesso, as estratégias e táticas ideais para as circunstâncias particulares de cada combate das guerras revolucionárias francesas, recebendo, desta forma, a atenção de distintos teóricos estratégicos, entre eles, Clausewitz.

Clausewitz foi um soldado profissional a partir dos seus doze anos de idade e enfrentou a sua primeira batalha logo aos treze anos, quando presenciou a ruína do Exército prussiano (1794) frente ao Exército revolucionário de Napoleão. Logo no início de sua carreira, como oficial, serviu diretamente ao reformador do Exército prussiano, o general Gerhard Scharnhorst (1755-1813) e logo depois a outro reformador militar, o general August von Gneisenau (1760-1831). Scharnhorst, sobretudo, teve papel central na evolução intelectual de Clausewitz, iniciando-o na carreira literária. Scharnhorst indicou Clausewitz ao editor do mais importante jornal militar da Alemanha, e em 1805 ele escreveu seu primeiro artigo, no qual refutava as teorias estratégicas do alemão Heinrich Dietrich von Büllow (1757-1807), o mais famoso intérprete das guerras napoleônicas naquele ano.

Clausewitz o criticava a partir de três pontos: a definição de Büllow sobre estratégia e tática; a desconsideração dos efeitos psicológicos e físicos do combate armado; e o cerceamento da teoria estratégica a partir, somente, da análise de elementos matemáticos e geográficos (ARON, 1986). Clausewitz tinha a convicção de que a teoria de Büllow era limitada, pois não elencava todos os elementos possíveis para o entendimento da teoria da guerra (PARET, 2001). O general prussiano não tolerava a certeza que Büllow quis dar à guerra. Em sua visão, a guerra era mais do que cálculos e probabilidades, esta “colocava em jogo sorte e forças morais, criando assim suas próprias possibilidades”. (STRACHAN, 2008,

p, 56). Mais tarde Clausewitz também desferiu críticas a outro teórico estratégico que também pensou a guerra sob o prisma da certeza, da imutabilidade, o general franco-suíço Antoine-Henri Jomini (1779-1869). O general Jomini procurou simplificar o fenômeno da guerra através da criação de máximas científicas e matemáticas, fato que lhe rendeu a condenação de Clausewitz, por ter uma visão reducionista, superficial e limitada de um fenômeno humano e social que não pode ser previsto e nem calculado. Além disso, o prussiano realçou a necessidade de se ver a guerra como uma extensão da política e não como uma atividade autônoma.

Pode-se dizer que a teoria de guerra desenvolvida por Clausewitz representa as ideias da escola militar prussiana, desenvolvidas a partir do século XIX para combater as concepções da escola militar francesa em voga desde o século XVIII. Os pensadores militares franceses formularam sistemas baseados em fórmulas geométricas para enfrentar as suas guerras, buscando encontrar a receita infalível para a vitória. Os teóricos militares prussianos não aceitavam tal premissa e inseriram em suas teorias estratégicas a importância de considerarem-se os aspectos psicológicos, morais e políticos na guerra, fatores que impediam a previsibilidade e padronização dos conflitos. Destacou-se entre os franceses Jomini e, entre os prussianos Clausewitz. É relevante destacar que Scharnhorst foi o prenunciador dos novos ideais militares prussianos e Clausewitz pode ser considerado o maior representante deste tipo de pensamento militar estratégico que fascinou o Ocidente a partir do século XIX.

Em 1810, Clausewitz tornou-se professor da *Allgemeine Kriegsschule* e tutor militar do príncipe herdeiro da Prússia Friedrich Wilhelm (posteriormente, rei Frederico Guilherme, 1840-1858). Em 1812, Clausewitz decidiu abandonar o Exército de seu país em um protesto pela decisão dos governantes prussianos em participar conjuntamente com Napoleão na próxima guerra contra a Rússia. O general prussiano decidiu então juntar-se ao Exército do czar russo para combater Napoleão. Antes de deixar Berlim, ainda em 1812, escreveu o manuscrito militar *Os princípios mais importantes da arte da guerra para completar o meu curso de instrução para sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro*, mais tarde intitulado *Princípios da Guerra* ou *Instrução para o Príncipe Herdeiro*. Esse pequeno livro versou sobre os mais relevantes princípios para se conduzir as guerras (BASSFORD, 1994; STRACHAN, 2008), no entanto, traz somente as primeiras reflexões do prussiano sobre as experiências militares vividas, baseando-se quase inteiramente na experiência de Frederico, o Grande, e nas guerras da França revolucionária e Napoleão.

Outros dois escritos de Clausewitz são focados nas experiências com as campanhas napoleônicas das quais havia participado: *A Campanha de 1812 na Rússia* (iniciado em 1814

e concluído em 1824) e *A Campanha de 1815 na França* (finalizado em 1827). Pode-se dizer que *Princípios* e os dois últimos trabalhos históricos citados são passos intermediários no progresso das ideias de Clausewitz, trazem elementos importantes para a maturidade de suas teorias, mas não possuem a mesma sofisticação de *Da Guerra* (BASSFORD, 1994). O livro *Princípios* tem sido muito popular entre os militares, pois versa, em grande parte, sobre temas táticos, aqueles que tratam do emprego das forças armadas em batalha. O problema da apropriação desse livro é o seu tratamento como um resumo da teoria madura de Clausewitz, o que não é, sendo apenas um “precursor bastante primitivo para sua obra posterior *Da Guerra*”, como propõe Bassford (1994, p. 10).

Em 1819, Clausewitz começou a redigir sua mais importante obra, *Vom Kriege (Da Guerra)*, livro que eternizaria o autor como notável teórico da guerra e estrategista militar. Após oito anos de intenso trabalho, a obra contava com seis partes das oito planejadas por Clausewitz, além do rascunho dos Livros VII e VIII. Em 1827, Clausewitz sentiu a necessidade de revisar os textos, pois acreditava que não estava suficientemente clara a noção de dois elementos centrais de sua teoria: a natureza política da guerra e os dois principais tipos de guerra (PARET, 2001). Em uma nota datada de 1827, Clausewitz relatou o seu anseio em revisar a obra que iniciara alguns anos atrás:

Encaro os primeiros seis livros, que já chegaram à versão final, meramente como uma massa sem forma que tem que ser, uma vez mais, retrabalhada por completo. A revisão realçará os dois tipos de guerra com maior clareza em todos os seus pontos... A guerra pode ser de dois tipos, no sentido que, ou o objetivo é destruir o inimigo – para deixá-lo politicamente desamparado e impotente em termos militares, forçando-o a assinar qualquer tipo de paz que nos convenha; ou meramente para ocupar alguns de seus distritos na fronteira, de modo a se poder anexá-los ou utilizá-los como barganha nas negociações de paz. As transições de um tipo para outro ocorrerão periodicamente em meu tratamento; mas o fato de os objetivos dos dois tipos serem bastante diferentes deve estar claro a todo o momento, e o seus pontos irreconciliáveis frisados. Essa distinção entre os dois tipos de guerra é um fato real. Contudo, não menos prática é a importância de outro ponto que deve ser deixado absolutamente transparente, o que diz que a guerra é a continuação da política por outros meios. Se isso estiver firmemente gravado em nossas mentes, durante todo o tempo, muito facilitará o estudo do assunto, e o conjunto ficará mais fácil de analisar (CLAUSEWITZ, 1979, p.65).

Em novembro de 1831, Clausewitz faleceu de cólera aos 51 anos de idade. Portanto, *Da Guerra* é um livro inacabado, que veio a ser publicado em 1832 por iniciativa da esposa de Clausewitz, Marie von Brühl (1779-1836), que pode ser considerada sua primeira leitora. A teoria do prussiano em sua forma final foi alcançada somente nos anos finais de sua vida, entre 1827 e 1830, quando o prussiano definitivamente compreendeu o papel da política nas guerras. Clausewitz não conseguiu, no entanto, revisar todo seu livro após chegar a sua ideia

final, somente o capítulo 1 do Livro I (e talvez o Livro VIII) pode ser considerado definitivo quanto ao pensamento conclusivo do prussiano (ARON, 1986)<sup>34</sup>. Essa afirmação é constatada em uma nota, sem data, escrita por Clausewitz:

Tal como está, o manuscrito sobre a condução da grande guerra que se encontrará depois da minha morte só pode ser considerado como um agregado de fragmentos que deverá servir para a elaboração de uma teoria da grande guerra. No conjunto ainda não estou satisfeito com ele, e o sexto livro é apenas um simples esboço. Teria querido remodelá-lo e dar-lhe uma conclusão diferente. No entanto, nas suas grandes linhas, as ideias defendidas nestes materiais são a meu ver justas. São o fruto de meditações muito diversas, sempre relacionadas à vida prática, à experiência e a tudo aquilo que me ensinaram soldados eminentes. O sétimo livro deveria tratar do ataque; os problemas que ele levanta são esboçados de afogadilho; o oitavo, do plano de guerra, em que teria sublinhado particularmente o lado político e humano da guerra. O primeiro capítulo do Livro I é o único que considero como acabado. Terá pelo menos a vantagem de indicar a orientação que teria desejado imprimir ao conjunto. (CLAUSEWITZ, 1979, p. 67).

Muitos leitores de Clausewitz decidiram adotar *Da Guerra* como um manual de instruções para as operações de guerra e desvirtuaram o objetivo de seu autor. A proposta prática de Clausewitz não foi fornecer um guia de ação para militares em campo, mas sim oferecer um guia de estudos sobre a guerra, apresentando aos interessados um esquema conceitual para entender a guerra nas várias formas em que se manifesta através da história (BASSFORD, 1994)<sup>35</sup>. A profunda análise que Clausewitz pretendia empreender sobre a guerra aparece em uma nota publicada em uma coletânea de artigos do autor:

Será que uma guerra é da mesma natureza que outra? Será que o objetivo de uma empreitada guerreira se distingue do fim político desta última? Qual é a medida das forças que se deve mobilizar em uma guerra? Qual é a medida de energia que se deve desdobrar na conduta de uma guerra? De onde vêm as inúmeras pausas nas hostilidades, seriam elas partes importantes desta última, ou verdadeiras anomalias? Será que as guerras do século XVII e XVIII com força moderada, ou as migrações dos tártaros meio-civilizados, ou as guerras de destruição do século XIX estão conformes à coisa em si? Ou será que a natureza da guerra está condicionada pela natureza das relações e quais são estas relações e estas condições? Os objetos que aparecem em respeito a estas condições não aparecem em nenhum dos livros escritos sobre a guerra particularmente naqueles que foram escritos recentemente sobre a conduta da guerra em seu conjunto, isto é, a estratégia (CLAUSEWITZ apud ARON, 1986, p.100).

<sup>34</sup> No Livro VIII não há ainda indício da definição trinitária da guerra.

<sup>35</sup> Aqui parece ser clara a influência das ideias de Scharnhorst sobre Clausewitz. Scharnhorst era versado nos ideais do Iluminismo, e elucidava a importância da teoria nos assuntos militares, considerando que esta deveria ser deduzida de conceitos verdadeiros, instituída a partir da natureza das coisas e na experiência prática, ou seja, o papel da teoria era explicar os episódios, nesse caso, os fatos militares. Dessa forma, a História Militar necessitava ser introduzida na formação dos militares, para que esses pudessem compreender a natureza da guerra (STRACHAN, 2008).

Em *Da Guerra*, Clausewitz convictamente defendeu a impossibilidade de “princípios eternos da guerra”, visto que a guerra variaria em suas formas, dependendo das transformações naturais da política e da sociedade na qual ela é travada (BASSFORD, 1993). Clausewitz não viu a guerra sobre o prisma da imutabilidade, e sim da incerteza, que são os verdadeiros elementos da guerra (STRACHAN, 2008). A guerra, para Clausewitz, seria um fenômeno humano e social incerto, que não poderia e muito menos deveria ser tratada como uma ciência exata, por isso afastou-se do pensamento estratégico vigente em seu tempo que via a guerra a partir de um prisma mecânico, calculável matematicamente.

Em linhas gerais, as principais concepções contidas em *Da Guerra* e que consagraram Clausewitz como um dos principais pensadores estratégico:

- “A guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”, conceito que expressa o imperativo da subordinação militar à política.
- Distinção entre guerra absoluta e guerra real, ressaltando-se o caráter irreal e ideal do primeiro tipo de guerra e, a inserção da política como elemento central para a compreensão das guerras reais.
- A inserção das forças morais e valores subjetivos como essenciais na condução das guerras.
- Relativismo histórico, indicando que cada período tem o seu próprio tipo de guerra e as circunstâncias restritivas adequadas à conjuntura histórica.
- Trindade da guerra, conceito formado por três tendências predominantes, que agem como forças no interior da guerra e que estão presentes em todas as guerras já empreendidas: a violência que funciona como o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade que permeia os combates e faz da guerra um fenômeno imprevisível e incalculável e, o elemento de subordinação, afinal a guerra é apenas um mero instrumento da política, através do Estado, para alcançar determinados propósitos.
- Relação dinâmica entre defesa e ataque, destacando-se a primazia da defesa que repele o ataque ou resiste a ele, permitindo a conservação de uma situação ou posição<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> A relação entre e defesa e ataque de Clausewitz não pode ser tão bem entendida quanto sua concepção de trindade da guerra, conceito desenvolvido no Livro I. Os dois termos (defesa e ataque) foram amplamente trabalhados nos Livros VI e VII, os quais não foram revisados pelo prussiano.

Clausewitz é um dos pensadores estratégicos mais “lidos” e apropriados nas instituições militares ocidentais no século XIX e posteriores. Após apresentar fundamentalmente os principais conceitos desse autor e o contexto no qual formulou suas ideias, partiremos para o objetivo central deste capítulo, delinear a recepção de suas ideias em alguns países ocidentais entre os séculos XIX e XX. A descoberta de Clausewitz trouxe distintas apropriações de suas concepções, demonstrando que muitos de seus leitores distorceram o real significado de sua teoria. As preocupações inerentes às conjunturas históricas e as interpretações pessoais de cada leitor parecem ter tido impacto significativo sobre as distintas (positivas e negativas) imagens que Clausewitz recebeu a partir do século XIX. Há vasta literatura sobre o assunto, contudo, grande parte desta bibliografia é de difícil acesso ao pesquisador brasileiro. Sendo assim, limitamos essa revisão bibliográfica a alguns estudiosos de Clausewitz, dentre eles: Raymond Aron (1986), Christopher Bassford (1994; 1995), Michael Howard (1983) Hew Strachan (2008) e Peter Paret (2001).

Este capítulo está dividido em três tópicos: o primeiro abordará os leitores de Clausewitz, do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial, apontando as distintas interpretações sobre as concepções clausewitzianas, principalmente no período das guerras mundiais; em seguida serão analisadas as leituras do teórico prussiano no período da Guerra Fria, buscando evidenciar a ascensão de Clausewitz, sobretudo no meio militar norte-americano. No item final será focado o debate contemporâneo sobre a atualidade ou obsolescência da teoria clausewitziana ao final da Guerra Fria.

### **1.1 As duas grandes guerras mundiais: Clausewitz, o apóstolo da guerra total**

Como dito anteriormente, Clausewitz foi um crítico severo das teorias de guerra dominantes em sua época, entre as quais se destacavam as de Bülow e de Antoine-Henri Jomini – o autor de *Précis de l'Art de la Guerre (Princípios da Arte da Guerra)* –, que viveu até os 90 anos de idade, falecendo em 1869. As críticas empreendidas por Clausewitz a Jomini foram publicadas depois da morte do general alemão, em 1833. Em 1838, Jomini devolveu as críticas:

Clausewitz tinha uma pena ágil, mas essa pena, por vezes um pouco teimosa, é pretensiosa demais para uma discussão didática, em que simplicidade e clareza devem ser a primeira exigência. Mais que isso, o autor se revela um tanto cético em relação à ciência militar: seu primeiro volume não passa de uma explosão contra toda a teoria da guerra, ao passo que os dois seguintes, cheios de máximas teóricas, provam que o autor acredita na eficácia de suas próprias doutrinas, mesmo que não acredite na dos outros. Quanto a mim, afirmo que fui capaz de encontrar nesse intelecto labiríntico apenas alguns aspectos dignos de nota; e, longe de terem me levado a partilhar do



ceticismo do autor, nenhuma obra contribui mais que a sua para me convencer da necessidade e utilidade de boas teorias (JOMINI apud STRACHAN, 2008, p. 15; 16).

A crítica de Jomini parece carregar um forte elemento pessoal, uma vingança pelas palavras ríspidas de Clausewitz direcionadas a ele no Livro II, capítulo 2, em *Da Guerra*, ao discutir a teoria das linhas interiores:

Embora este princípio se apoie num terreno sólido – no fato de que o engajamento é o único meio eficaz na guerra – o seu caráter puramente geométrico ainda o torna outro princípio desprovido de equilíbrio, que nunca poderia prevalecer numa situação real. Só analiticamente estes atentados à teoria podem ser chamados de avanços no campo da verdade. Em síntese, nas regras e nos preceitos que oferecem, são totalmente inúteis.

Eles visam a valores inalteráveis, mas na guerra tudo é incerto e os cálculos têm que ser feitos com quantidades variáveis.

Eles orientam o estudo exclusivamente no sentido das quantidades físicas, enquanto que toda ação militar está entremeada de forças e efeitos psicológicos.

Eles só consideram a ação unilateral, enquanto que a guerra consiste numa contínua interação de opostos.

Qualquer coisa que não possa ser alcançada através da escassa sabedoria destes pontos de vista parciais é considerada como estando além do controle científico: reside na esfera do gênio, que se eleva acima de todas as regras.

Pobre do soldado que tem o dever de rastejar ao longo destes fragmentos de regras, que não são suficientemente boas para o gênio, que o gênio pode ignorar, ou rir delas. Não. O que o gênio faz é a melhor regra, e a teoria não pode fazer mais do que mostrar como e porque deve ser assim.

Pobre da teoria que se choca com a razão! Nenhuma dose de humildade pode atenuar esta contradição. Na realidade, quanto maior for a humildade, mais cedo será ela expulsa do campo da vida real pelo ridículo e pelo desprezo (CLAUSEWITZ, 1979, pp.148-149).

É interessante ressaltar que o autor de *Da Guerra* criticou a primeira obra de Jomini, publicada em 1803, *Traité de Grande Tactique (Tratado das Grandes Operações)*, a qual se baseou em três premissas centrais:

- A estratégia é elemento central da guerra.
- Toda estratégia é controlada por princípios científicos inabaláveis.
- Estes axiomas preceituam atacar o inimigo, com o máximo das forças disponíveis, sobre o ponto decisivo, para que a estratégia conduza à vitória.

As diretrizes de Jomini mantiveram-se no decorrer de sua vida intelectual, mas a leitura de *Da Guerra* parece o ter feito refletir sobre a sua teoria da guerra e, novas concepções apareceram em sua obra posterior *Princípios da Arte da Guerra*: considerou a importância do fator moral; analisou a incoerência de regras fixas; indicou a necessidade de atribuição de limites para o papel da teoria; demonstrou certo ceticismo na utilização de

cálculos matemáticos; descrença na guerra como uma “ciência positiva”; a distinção entre o conhecimento e a habilidade militar no campo de batalha real e o reconhecimento da ligação entre política e guerra (SHY, 2001; BASSFORD, 1993). Jomini, no entanto, não assumiu a influência das concepções clausewitzianas em seu trabalho e escolheu prosseguir com o ataque ao general prussiano:

As obras de Clausewitz foram incontestavelmente úteis, ainda que, muitas vezes, isso se deva menos às ideias do autor do que às ideias opostas que faz nascer. Teriam sido ainda mais úteis se não fosse o fato do seu estilo pretensioso as tornar, frequentemente, ininteligíveis. Mas se como autor didático levantou mais dúvidas do que desvendou verdades, como historiador crítico foi um imitador pouco escrupuloso. As pessoas que leram a minha *Campagne de 1789*, publicada dez anos antes da sua, não contestarão o que acabo de afirmar, pois não houve uma só das minhas reflexões que ele não tenha repetido (JOMINI apud MARTELO, 2009, p.27).

Entre os anos de 1834 a 1871, Clausewitz foi pouco lido fora da Prússia, talvez por ter sido publicado em sua língua, o alemão, que não era convencionalmente utilizado entre os intelectuais europeus, que se valiam do idioma francês (STRACHAN, 2008). Entre 1849 e 1851, um oficial de artilharia belga chamado Neuens traduziu *Da Guerra* para o francês e deu o pontapé para o maior interesse dos franceses na teoria clausewitziana. Já no ano de 1853, Charles Henry La Barre Duparcq (1817-1885), um instrutor da St. Cyr, a academia militar francesa, expressou suas concepções sobre o livro, que ele dizia ter muitos achados, mas não muita clareza (STRACHAN, 2008). Em 1857, Friedrich Wilhelm Rüstow (1821-1878), conhecido analista militar prussiano do período, saiu em defesa de Clausewitz e, declarou considerar a obra *Da Guerra* boa para todos os tempos. O mesmo autor foi o primeiro a destacar um problema que iria se tornar mais evidente no futuro: ‘Clausewitz se tornou muito conhecido, mas muito pouco lido’ (RÜSTOW apud STRACHAN, 2008, p. 15).

O amplo reconhecimento de Clausewitz veio após dois momentos históricos consecutivos – vitória da Prússia sobre a Áustria em 1866 e, o triunfo da Prússia sobre a França nos anos de 1870 e 1871 – e que culminariam em um evento maior, a unificação da Alemanha. Após tais sucessos o Exército alemão passou a ser visto como um exemplo a ser seguido pela Europa, e Carl von Clausewitz foi considerado o mentor intelectual desse exército bem-sucedido. Pela primeira vez, *Da Guerra* foi traduzido para o inglês, em 1873 pelo coronel James John Graham (1808-1883), e a partir desse momento houve maior acesso à teoria de Clausewitz nos países de língua inglesa, principalmente, no meio militar.

O oficial responsável pelas vitórias da Prússia sobre a Áustria e a França, Helmuth von Moltke (1800-1891), elencava *Da Guerra* entre os livros que o haviam inspirado, mas

nunca se comprovou que Moltke tivesse tido algum tipo de convivência pessoal com Clausewitz e que de algum modo tivesse seguido suas concepções<sup>37</sup>. Contudo, tornou-se uma máxima a ideia de que aquele tinha sido o instrutor intelectual de Moltke, considerado o primeiro divulgador de Clausewitz e um leitor interessado na ideia de aniquilação do inimigo. Gerhard Ritter (1888-1967), historiador do militarismo alemão, concluiu que Moltke havia se utilizado de algumas concepções de Clausewitz, porém as havia empregado de um modo desvirtuado<sup>38</sup>. Moltke lançou Clausewitz ao sucesso entre os militares alemães<sup>39</sup>. Em 1873, um periódico militar do país declarou a importância do general prussiano:

Clausewitz havia merecido o seu lugar de maior autoridade em estudos militares no Exército alemão. As guerras de 1866 e de 1870 revelaram como uma disciplina rigorosa, boas armas, táticas simples e adequadas, boas formaturas para marchas, ferrovias, dispositivos práticos de abastecimento e de comunicações, determinavam tudo na guerra. Este conceito tão puramente artesanal, que está tão difundido no Exército e que produziu tantas transformações, é a consequência da engenhosa atividade destruidora de Clausewitz (apud HOWARD, 1983, p. 53, tradução minha).

A Alemanha apostou na capacidade de seus generais para adaptar as doutrinas do pós-Guerra de 1870-1871 às novas condições de guerra, devido a evolução política e bélica pela qual passava a Europa. O novo tipo de guerra recomendada pelos pensadores alemães era o da guerra total, baseado no princípio da ofensiva e de grandes exércitos modernos que possam dismantelar com facilidade o inimigo (SCHNEIDER, 1975). O preconizador de tal modelo de guerra foi o sucessor de Moltke, o marechal de campo Alfred von Schlieffen (1833-1913). Schlieffen foi o responsável por fazer a transição para a nova doutrina do Exército alemão, baseada em um plano de organização dos estados-maiores e da estruturação militar para a ofensiva. O marechal alemão foi um leitor assíduo de Clausewitz e baseou seu plano de guerra em diversas concepções clausewitzianas, sobretudo, Schlieffen foi buscar em Clausewitz o conceito de aniquilação do inimigo<sup>40</sup>.

A destruição do inimigo através do combate parece ter sido a ideia clausewitziana mais apropriada pelos escritores estratégicos alemães no século XIX. Ao que parece muitos

<sup>37</sup> Moltke participava da Academia de Guerra na qual Clausewitz era o diretor. No entanto, no ano de 1820, Clausewitz não ministrava aulas na Academia (HOWARD, 1983; STRACHAN, 2008).

<sup>38</sup> Ritter e analistas posteriores concentram-se no estudo do primeiro e do oitavo livros de Clausewitz (*Da Guerra*) dando mais atenção ao fator político da guerra e a trindade clausewitziana (STRACHAN, 2008).

<sup>39</sup> O general von Clausewitz disse que, a estratégia é o uso da batalha para o objetivo de guerra. De fato, a estratégia oferece as táticas, os meios para combater e a probabilidade de vencer segundo a direção dos exércitos e seu encontro no lugar de combate. Por um lado, a estratégia se apropria do sucesso de cada batalha e o usa como base. As exigências da estratégia silenciam-se em face de uma vitória tática e adaptam-se à situação recém-criada (MOLTKE apud STRACHAN, 2008, p. 19).

<sup>40</sup> Para ressaltar a importância de Clausewitz para Schlieffen podemos citar que a edição alemã de *Da Guerra* de 1905 (umas das quatro edições publicadas em alemão antes da Primeira Guerra Mundial) trouxe um prefácio escrito por ele, então chefe de Estado-Maior alemão (STRACHAN, 2008).

citaram Clausewitz não por suas obras, mas através dos escritos de Moltke, o qual disseminou com vigor a importância do aniquilamento do adversário:

A vitória através do emprego da força armada é um fator decisivo na guerra. Somente a vitória acaba com a determinação do inimigo e o obriga a submeter-se à nossa vontade. Não é a ocupação de uma fatia do território ou a tomada de uma fortificação, mas a destruição das forças inimigas que irá decidir o resultado da guerra. Essa destruição constitui assim o principal propósito das operações (MOLTKE apud HOWARD, 1983, p. 54, tradução minha).

O fascínio dos alemães pela “aniquilação clausewitziana” parece ser produto da primazia que a ofensiva adquiriu na doutrina militar desde meados do século XVIII. Não havia espaço para a concepção clausewitziana da defensiva ou para os dois tipos de guerra. Assim sendo, a leitura utilitarista de Moltke era a “ideal” para a conjuntura histórica vivida pelos militares alemães no século XIX.

A França, após sua derrota para a Prússia, passou a se interessar pelo estudo de Clausewitz e sua obra *Da Guerra*. Em 1885, Lucien Cardot (1838-1920) promoveu um curso sobre o pensamento de Clausewitz no Colégio Militar, e dois anos depois, o tenente-coronel Valtry fez uma nova tradução de *Da Guerra*, destacando que essa nova tradução só abarcava os Livros III a VI<sup>41</sup>. Ferdinand Foch (1851-1929), o oficial que em 1918 iria conduzir as forças aliadas francesas, britânicas e norte-americanas no front ocidental da Primeira Guerra Mundial, foi ouvinte de Cardot e Valtry no Colégio Militar e sua leitura de *Da Guerra* ajudou a marcar a imagem de Clausewitz para o início do século XX: apóstolo da guerra total, idealizador de uma filosofia amoral da guerra ofensiva que conjeturou ou determinou os desastres da Primeira Guerra Mundial. Evidencia-se que a visão de Foch e de outros leitores franceses de Clausewitz não se afastou das ideias propagadas pelos alemães do século XIX.

A principal lição do general prussiano para as guerras modernas, na visão de Foch, era o aniquilamento do exército rival, através da batalha e da força. Em sua visão, era imprescindível que o conceito de guerra absoluta fosse retomado (SCHNEIDER, 1975; STRACHAN, 2008). Schneider (1975) assinalou que Foch citou Clausewitz quando escreveu em seu livro *Princípios de Guerra* (1903): ‘A vitória é o preço do sangue. É preciso adotar este processo, ou então não fazer a guerra’ (FOCH apud SCHNEIDER, 1975, p. 90). Percebe-se ainda que Foch, assim como Moltke, enfatizou a importância da destruição do adversário:

---

<sup>41</sup> *Da Guerra* foi dividido em oito livros: (1) Sobre a natureza da guerra; (2) Sobre a teoria da guerra; (3) sobre a estratégia em geral; (4) Engajamento; (5) Forças militares; (6) Defesa; (7) O ataque e, (8) Planos de guerra.

Daqui para frente, você tem que ir aos limites extremos para encontrar o propósito da guerra. Como o lado vencido nunca reconhece a derrota antes de ser privado de todos os meios de reação, o que você deve ter em mente é a destruição daqueles meios (FOCH apud HOWARD, 1983, p. 57, tradução minha).

Foch e Moltke, como inúmeros outros leitores da teoria clausewitziana, parecem não ter considerado a evolução do pensamento de Clausewitz quanto ao caráter irreal da guerra absoluta. Como voltar ao conceito da guerra absoluta se esta na verdade é uma abstração filosófica, uma consideração semelhante a um tipo ideal weberiano? A guerra absoluta é como uma forma pura de guerra, em que a violência atua em sua forma mais extrema e que não possui restrições por “forças inteligentes” (BASSFORD, 1994). É a guerra de derrubada do inimigo por meio da destruição de seus meios para resistir. Mas, em seus últimos três anos de vida (1827-1830), Clausewitz alcançou completamente a distinção entre o conceito e a realidade, o que lhe permitiu passar da definição inicial da guerra à definição trinitária, a concepção final de sua maturidade intelectual (ARON, 1986). Contudo, Moltke e Foch, assim como diversos outros, leram e interpretaram Clausewitz à luz de suas próprias apreensões e de acordo com as conjunturas históricas vividas por eles.

A partir das ideias expressas por Moltke e Foch (principalmente as de Foch) vieram as críticas ao prussiano, e a mais veemente delas partiu de Basil Henry Liddell Hart (1895-1970), que culpou Carl von Clausewitz pelo massacre da Primeira Guerra Mundial, declarando: ‘O princípio da força de Clausewitz, sem limite e sem cálculo de custo, convém unicamente a uma turba enlouquecida pelo ódio. É a negação da arte de governar – e da estratégia inteligente que procura servir aos fins da política’ (HART apud STRACHAN, 2008, p. 22). A mesma crítica de Hart foi proferida por John Frederick Charles Fuller (1878-1966), este, no entanto, posteriormente (principalmente após 1945) reconsiderou a “culpa” de Clausewitz na Primeira Guerra.

Liddell Hart que havia participado ativamente no front da Primeira Guerra Mundial foi o principal responsável pela disseminação de Clausewitz como “gênio do mal do pensamento militar”, o “apóstolo da guerra total”, e como um defensor incansável da massa e da ofensiva (BASSFORD, 1994). Liddell Hart defendeu veementemente que Clausewitz e seus discípulos foram os culpados pelos massacres ocorridos entre os anos de 1914 a 1918. Na visão de Liddell Hart, Clausewitz era um autor obscuro, de abordagem metafísica, de generalizações abstratas e de difícil entendimento. A imagem que Liddell Hart promoveu de Clausewitz foi uma das mais influentes no período entre guerras. Suas palavras hostis e, muitas vezes errôneas ecoaram profundamente nas ideias dos militares britânicos de sua

geração (BASSFORD, 1994)<sup>42</sup>. Certamente Liddell Hart não considerou a premissa de Clausewitz de que as guerras são determinadas pela estrutura social e política de cada época (HOWARD, 1983).

Fuller, que igualmente participou das batalhas da Primeira Guerra Mundial, ao contrário de Hart, não teve uma visão estática de Clausewitz e passou por uma evolução sobre a compreensão da teoria clausewitziana. Entre as décadas de 1920 e 1930, Fuller utilizou poucas ideias de Clausewitz, ignorando as principais concepções do prussiano, por exemplo, a relação entre a política e a guerra. Em 1926, assumiu uma postura declaradamente anticlausewitziana, afirmando que *Da Guerra* não passava de um pouco mais de que uma massa de notas envolvidas em uma nuvem de fumaça (BASSFORD, 1994). No ano de 1932 endureceu sua reprovação ao general prussiano, alegando que sua teoria não tinha mais utilidade e que seus escritos eram obsoletos. A partir de 1936 o discurso de Fuller sobre as concepções de Clausewitz começou a mudar e suas amargas palavras contra o prussiano foram cedendo espaço a um discurso mais positivo. Em um lento processo de reestruturação de seu pensamento, após 1945 Fuller tinha outro posicionamento sobre o general prussiano, completamente distinto do que apresentara nas décadas de 1920 e 1930: fora Clausewitz o responsável pela vasta expansão da guerra limitada para o século XX (BASSFORD, 1994).

Em seu livro de 1961, *A Conduta da Guerra*, Fuller dedicou um capítulo inteiro à discussão de algumas ideias de Clausewitz. O capítulo IV intitulado “As teorias de Clausewitz” tratou das seguintes concepções clausewitzianas: a guerra como instrumento da política; a grande estratégia e o centro de gravidade; os princípios da guerra; a defensiva como a forma de guerra mais forte; a batalha decisiva; a guerra do povo e o desprezo de Clausewitz pela guerra napoleônica. As temáticas apresentadas para o estudo de Clausewitz constituem aquelas, que na visão de Fuller, não são obsoletas e continuam exercendo influência nas guerras subsequentes à época do prussiano, dentre estas se destaca a primeira: “sua análise penetrante das relações da guerra com a política jamais foi superada e é mesmo mais importante hoje do que quando foi apresentada pela primeira vez” (FULLER, 2002, p. 63).

Em quase todos esses temas Fuller teve um posicionamento mais “amigável” sobre Clausewitz, mas não abandonou totalmente a percepção crítica que tinha sobre *Da Guerra*.

---

<sup>42</sup> Para citar um exemplo da influência de Liddell Hart, temos os escritos datados de 1946 do historiador do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América, Lynn Montross (1895-1961): ‘A longo prazo, um teórico militar deve ser julgado não só por seus escritos, mas também pela interpretação deles sobre o futuro nos campos de batalha... Se Clausewitz é considerado o pai da época mais sangrenta e do desperdício de guerra nos tempos modernos, é porque mentes menores aceitaram sua filosofia ao invés de suas táticas. Suas frases brilhantes, em vez de suas modificações sóbrias’ (MONTROSS apud BASSFORD, 1994, p. 75, tradução minha).

Ressaltou, no entanto, o caráter inacabado da obra, o que poderia gerar confusões entre seus leitores e que tornava a teoria clausewitziana passível de crítica:

Tal como está – incompleto e não revisto – o livro é, em grande parte, uma mexida de ensaios, memorandos e notas, reunidos de maneira não muito precisa. É prolixo, monótono, cheio de vulgaridades e truísmos e, em certos trechos, contraditório e muito maçudo (FULLER, 2002, p. 62).

A crítica mais contundente de Fuller à Clausewitz baseou-se na dita incompreensão que o general prussiano teve do real desígnio da guerra: a paz.

Mas, de todas as deficiências de visão de Clausewitz, a mais importante foi que ele jamais compreendeu que o verdadeiro objetivo da guerra é a paz e não a vitória. A paz, portanto, deve ser a ideia dominante na política e a vitória o meio para sua consecução. Em parte alguma considera a influência da violência na paz final. De fato, a palavra paz aparece apenas uma meia dúzia de vezes em seu tratado *Da Guerra* (FULLER, 2002, p. 77).

Christopher Bassford e Michael Howard reconhecerem a evolução da compreensão de Fuller sobre a teoria clausewitziana, contudo, discordaram sobre a crítica de que Clausewitz não tenha entendido corretamente que a paz era o objetivo das guerras. Nas palavras de Bassford:

Na realidade, a palavra paz aparece em *Da Guerra*, pelo menos, cem vezes. Ela mostra-se 27 vezes no Livro 1, sendo cinco vezes no Capítulo 1. Clausewitz ao falar sobre os meios e fins na guerra, disse: “o meio original da estratégia é a vitória – isto é, o sucesso tático. Suas extremidades, em última análise, são os objetos que levam diretamente para a paz” (BASSFORD, 1994, p. 62, tradução minha).

Howard alertou:

“É salutar reler Clausewitz para aprender de novo que, apesar de vitória ser o objeto de uma batalha, o objeto de uma guerra só pode ser a paz” (HOWARD apud BASSFORD, 1994, p. 63, tradução minha).

Fuller não pode ser denominado clausewitziano ou anticlausewitziano, suas ideias sobre Clausewitz, como visto, alteraram-se significativamente sem deixar evidente a sua aceitação ou não da importância e atualidade dos conceitos do prussiano. O que se pode afirmar com convicção é que sua análise sobre a teoria clausewitziana foi mais coerente e positiva do que aquela apresentada por Liddell Hart. Mas, igualmente pode-se afirmar com segurança que seu trabalho não foi tão influente entre os militares do que o do seu conterrâneo Liddell Hart.

Mesmo com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, houve uma redescoberta de Clausewitz entre os alemães (STRACHAN, 2008). Hans Delbrück (1848-1929), veterano da Guerra Franco-Prussiana e professor de História Contemporânea na Universidade de Berlim, fez frequentes comentários sobre a Primeira Guerra Mundial e também sobre Clausewitz. Para ele se o prussiano tivesse vivido por mais tempo teria formulado um sistema de estratégia que compreenderia duas formas distintas de fazer a guerra. Uma seria a estratégia de aniquilação, e a outra seria baseada no desgaste do inimigo, de maneira que ele aceitasse uma negociação (ARON, 1986). A derrota da Alemanha em 1918 mostrou a Delbrück que a teoria clausewitziana ainda era atual, o escopo da política ficou evidente na Grande Guerra.

Delbrück, que era um crítico da política militar alemã, não se intimidou em repreender o general Erich von Ludendorff (1865-1937), chefe do Exército alemão de 1916 a 1918, exatamente no tocante à estratégia utilizada pela Alemanha na Primeira Guerra. Por sua vez, Ludendorff assim como Liddell Hart, culpou Clausewitz pelo fracasso de seu país na Primeira Guerra, mas a causa da crítica era distinta entre os dois pensadores. Hart tinha o desejo de que a guerra fosse mais restrita através da adoção da estratégia indireta, já Ludendorff achava que *Da Guerra* fez com que a Alemanha permanecesse apegada à guerra limitada, enquanto deveria ter considerado o princípio da guerra total (SCHNEIDER, 1975; STRACHAN, 2008)<sup>43</sup>. Para este, a política deveria ser ampliada, assumir um caráter totalitário, assim como a guerra já demonstrara ser a partir da Primeira Guerra Mundial.

Após a Primeira Guerra Mundial, os militares do Exército alemão passaram a avaliar as causas de sua derrota e chegaram à conclusão de que o seu fracasso estava em ter desconsiderado as concepções clausewitzianas presentes no conflito. A partir de 1918 até a Segunda Guerra Mundial ver-se-ia uma Alemanha focada em “adaptar constantemente o ensino dos grandes clássicos do século XIX às circunstâncias particulares da guerra do momento” (SCHNEIDER, 1975, p.110). Manteve-se o conceito da ofensiva como central nas guerras que iriam enfrentar no futuro, mas as novas tecnologias bélicas – aviões, carros e novas armas – foram igualmente fundamentais na elaboração dos novos planos de guerra dos alemães. Já na França criou-se uma ojeriza da população quanto à guerra, devido aos altos custos advindos da Grande Guerra e, ao que parece, mesmo com a ameaça de Hitler a reação francesa foi muito mais uma atitude defensiva (SCHNEIDER, 1975). O Exército francês caiu

---

<sup>43</sup> O conceito de guerra total não é equivalente ao de guerra absoluta de Clausewitz. Ludendorff buscava a subordinação da política para o esforço de guerra, concepção que certamente não seria “bem vista” pelo general prussiano.



em certo imobilismo com a recusa da sociedade em custear as despesas para renovar o aparelho militar das Forças Armadas, fato que ocasionou sérios problemas para o país na Segunda Guerra Mundial.

Uma das maiores inovações tecnológicas e estratégicas do período entre guerras foi o progresso do poder aéreo. A possibilidade de uso de aviões nas batalhas mudou a visão de guerra de muitos teóricos militares, os quais passaram a defender que as guerras, a partir de então, eram essencialmente tecnológicas e que não havia mais espaço para as antigas teorias estratégicas. Diante de tal quadro, Clausewitz foi pouco mencionado pelos escritores do poder aéreo. Alguns deles utilizaram concepções clausewitzianas, mas não mencionaram o nome de Clausewitz (BASSFORD, 1994; HOWARD, 1983). Provavelmente um dos conceitos mais apropriados tenha sido o de “centro de gravidade”, o qual teria se transformado com a tecnologia aérea: o centro de gravidade do inimigo não era mais localizado em suas Forças Armadas, o alvo vital era atacar o moral da população civil (HOWARD, 1983). Na tese do bombardeio estratégico, defendida por um dos mais proeminentes estrategistas do ar, Giulio Douhet (1869-1930), as aeronaves deveriam atuar de forma maciça contra o poder decisivo, localizando os seus centros econômicos e administrativos, que eram demasiadamente vulneráveis aos ataques aéreos (SHY, 2001).

Entre os anos de 1914 a 1945 começaram a surgir trabalhos mais sofisticados sobre Clausewitz nos Estados Unidos da América, em detrimento do estudo extensivo de técnicas alemãs nas escolas militares do país. No entanto, as concepções de Clausewitz não foram bem assimiladas, em um primeiro momento, pelas escolas do Exército; o autor alemão foi mais bem compreendido e recepcionado na Marinha, através do trabalho do influente estrategista do poder naval e um clausewitziano assumido, o britânico Julian Stafford Corbett (1854-1922), o qual defendia convictamente a relação entre guerra e política proclamada por Clausewitz (BASSFORD, 1994). Pode-se dizer que Clausewitz na Marinha norte-americana foi lido através da interpretação de Corbett e não propriamente da leitura direta de Clausewitz (BASSFORD, 1994).

Os trabalhos de Corbett são amplamente e visivelmente influenciados pela teoria clausewitziana (BASSFORD, 1994; SHY, 2001). Em palestras realizadas na Escola de Guerra Naval nos primeiros anos do século XX, Corbett já demonstrava sua admiração pelas ideias do general prussiano, uma das conferências levava o título “O sistema de Clausewitz” e outra trazia um assunto claramente clausewitziano “Guerra limitada e ilimitada” (BASSFORD, 1994). Seus trabalhos escritos, tais como, *Green Pamphlet* (1906), *England in the Seven Years' War* (1907) e *Some Principles of Maritime Strategy* (1911) apresentam diversas

menções à Clausewitz, principalmente, sobre os conceitos de guerra limitada e a importância da estratégia defensiva em detrimento da ofensiva. A relevância da guerra limitada era um diferencial em Corbett em relação aos outros teóricos navais britânicos de seu tempo que defendiam convictamente a impossibilidade de uma guerra naval que não seguisse as premissas de uma guerra ilimitada, “absoluta”. A leitura clausewitziana de guerra limitada de Corbett influenciou posteriormente a visão do estrategista naval e teórico militar norte-americano Bernard Brodie (1910-1978) um dos responsáveis pelo renascimento dos estudos clausewitzianos no pós-Guerra da Coréia (1950-1953).

Somente duas obras escritas por militares norte-americanos no período entre guerras trabalharam com mais ênfase algumas concepções clausewitzianas. A primeira delas é *Principles of Strategy*, publicada em 1921, de autoria do coronel William Naylor, diretor da Escola de Estado-Maior em *Fort Leavenworth*. O coronel Naylor citou várias vezes Clausewitz em seu livro, mas as referências eram indiretas, vinda de outros estudiosos do prussiano. A principal menção a Clausewitz estava em torno da questão entre ataque e defesa. Contrariando Clausewitz, em seu entendimento do prussiano como propagador da defensiva, Naylor declarou: ‘Apesar de Clausewitz, devemos afirmar que dos dois, ofensiva ou defensiva, a primeira é a preferida’ (NAYLOR apud BASSFORD, 1994, p. 78). Em 1928, o tenente-coronel Oliver Prescott Robinson (1911-1945) publicou o livro *Fundamentals of Military Strategy*. O tenente-coronel Robinson, ao contrário de Naylor, leu *Da Guerra* e não hesitou em expressar a sua admiração pelo prussiano e sua obra, dando enfoque à concepção de estratégia formulada por Clausewitz:

Um pouco de pesquisa, de estudo e reflexão, evidencia o fato de que o livro de Clausewitz, *Da Guerra*, tem a mesma relação com o estudo da profissão militar que a Bíblia tem para os estudos religiosos. A maioria dos livros sobre estratégia nos últimos cem anos, são em grande parte, uma compilação ou uma tentativa de reduzir a uma forma mais simples a explicação de Clausewitz... Tanto quanto se sabe, não há uma única proposição relativa à estratégia que Clausewitz não cobriu de forma ampla e geral. Este homem notável tratou o assunto de tal forma a tornar suas proposições tão aplicáveis hoje como era há cem anos (ROBINSON apud BASSFORD, 1994, p. 80, tradução minha).

O interesse de Robinson por Clausewitz estava em sua concepção de estratégia, mas também argumentou, provavelmente baseando-se nas palavras de Clausewitz, sobre a impossibilidade da criação de “livros de receitas” para as doutrinas militares, alegando que toda decisão exige uma análise militar de fatores únicos e específicos (BASSFORD, 1994). Assim como Naylor, Robinson considerou o tema entre defesa e ataque e, divergindo de seu compatriota, apostou na superioridade da defesa. Mesmo não abordando ideias mais

complexas da teoria de Clausewitz, a leitura de Robinson foi superior a de Naylor, provavelmente porque Robinson leu diretamente *Da Guerra*, enquanto Naylor embasou suas reflexões em outros escritos que não o de Clausewitz (BASSFORD, 1994).

Dwight David Eisenhower (1890-1969) militar e o trigésimo quarto Presidente dos Estados Unidos da América, entre os anos de 1953 a 1961, também foi um leitor de *Da Guerra*<sup>44</sup>. Eisenhower conheceu Clausewitz em seu tempo como general e Comandante Supremo da Força Aliada na Europa e chegou a declarar que o livro *Da Guerra* marcou a sua vida como militar (BASSFORD, 1994). Como seus conterrâneos Naylor e Robinson, Eisenhower discutiu a relação entre defesa e ataque, deu primazia à defesa e realçou a necessidade de diminuir o poder da ofensiva. Observa-se que nenhum dos três militares citados pertencentes ao Exército dos Estados Unidos – Naylor, Robinson e Eisenhower – arriscaram debater em seus textos a relação entre guerra e política, focando questões mais pertinentes ao campo de batalha. Conclui-se, dessa forma, que as primeiras leituras de Clausewitz na Força Terrestre norte-americana deixaram de lado o aspecto mais relevante da teoria clausewitziana: o político.

Em meados dos anos 1940, mais especificamente em 1943, Clausewitz alcançou um papel proeminente na corrente intelectual norte-americana com a publicação de uma marcante obra da teoria estratégica, *Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to the Nuclear Age* (*Construtores da Estratégia Moderna*), compilado por Edward Mead Earle (1894-1954). Earle não foi um estudioso de Clausewitz, mas a sua contribuição para a ampliação do estudo do general prussiano veio através da organização de um seminário de estratégia militar realizado no Instituto de Estudos Avançados de Princeton, no ano de 1940. O seminário promovido pelo Professor Earle tinha o objetivo de “clarear” o pensamento militar norte-americano, o qual ele acreditava estar imerso em uma profunda ignorância teórica (BASSFORD, 1994). A partir deste encontro, lançou-se a coletânea mencionada acima, obra central para a divulgação posterior do pensamento de Clausewitz entre intelectuais militares norte-americanos.

Clausewitz também despertou o interesse dos nazistas, até mesmo Adolf Hitler (1889-1945) o citou: ‘Nem todos vocês terão lido Clausewitz, e, se o leram, não o compreenderam ou perceberam como aplicá-lo no futuro’ (HITLER apud STRACHAN, 2008, p. 26). Outro militar do regime nazista debruçou-se sobre a obra de Clausewitz, o

---

<sup>44</sup> Bassford (1994) apontou que Eisenhower leu, ao menos, três vezes a obra *Da Guerra*, no entanto, não se tem conhecimento sobre a versão que ele teria lido.

general Ludwig Beck (1880-1944)<sup>45</sup>. Beck leu Clausewitz para criticar os planos de guerra de Hitler, pois para este general era clara a centralidade da política na guerra. O general Beck, por meio de uma leitura mais refinada de *Da Guerra*, negou o conceito de guerra total atribuído a Clausewitz, ao contrário de outros influentes oficiais alemães, tal como Schlieffen e Ludendorff. Ainda no período da Segunda Guerra Mundial, a Rússia descobriu Clausewitz, sendo que *Da Guerra* teve sua segunda tradução para o russo entre os anos de 1932-33, e no ano de 1941 já chegava à quinta edição. Na era de Stálin, Clausewitz foi abolido na União Soviética, pois aquele considerava Clausewitz um autor ultrapassado, sem valor para as guerras vividas naquele momento.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir de 1956, Clausewitz passou a ser novamente empregado pelo pensamento militar soviético. Mas, os soviéticos utilizaram-se dos pensamentos de Lênin sobre Clausewitz e não da própria teoria clausewitziana (STRACHAN, 2008). O interesse dos soviéticos em Clausewitz era a sua concepção da guerra como um instrumento da política<sup>46</sup>. Era a política, como um produto dos fatores sociais de cada tempo, que deveria ser entendida para que se formulasse a melhor estratégia para as guerras (HOWARD, 1983). Estabeleceu-se entre os soldados soviéticos a concepção clausewitziana da política na guerra, mas por meio da leitura e interpretação de Lênin<sup>47</sup>. Havia, no entanto, uma divergência entre o pensamento estratégico que incorporava armas nucleares à teoria militar vigente, e a política soviética, que reconhecia que seus efeitos devastadores podiam sobrepujar qualquer proveito político (STRACHAN, 2008).

Com efeito, a criação de novas tecnologias bélicas, sobretudo o advento das armas nucleares, provocou uma discussão ainda mais forte sobre a validade da teoria clausewitziana. A partir de 1945 apareceram diversos intelectuais militares interessados em debater como Clausewitz poderia ajustar-se aos novos tempos, as novas guerras e as novas estratégias. Pode-se dizer que a partir deste momento novamente o conceito de Clausewitz mudou entre alguns de seus leitores: de apóstolo da guerra total para o glorioso estrategista político e

---

<sup>45</sup> Para maiores informações sobre a leitura do general Beck, ver Gat (1989).

<sup>46</sup> Na visão de Rapoport, Lênin deturpou as palavras de Clausewitz; a interpretação de Lênin da teoria de Clausewitz teria desprezado um dos pilares fundamentais da filosofia clausewitziana: o interesse nacional: “Aquilo que fora proclamado como “interesse nacional” aparece no paradigma de Lenine somente como o interesse da classe governante e de modo algum como o interesse da classe explorada. Assim, a filosofia de Lenine descreve a “verdadeira natureza da guerra” em termos de conceitos que não existem no esquema de pensamento de Clausewitz” (RAPOPORT, 1979, p. 23; 24).

<sup>47</sup> Lênin sentiu-se atraído pelo caráter da política na guerra e utilizou *Da Guerra* para escrever sobre revolução, socialismo e a guerra. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) também leram *Da Guerra* e, em troca de correspondências falaram sobre a validade da teoria do prussiano. Mao Tsé-Tung (1893-1976) e Leon Trótski (1879-1940) igualmente tiveram contato com *Da Guerra* e utilizaram algumas concepções clausewitzianas (STRACHAN, 2008).

militar da guerra limitada (BASSFORD, 1994). Com o início da Guerra Fria (1945-1989) Clausewitz ganhou críticos fervorosos, mas também defensores entusiasmados. Mais uma vez o prussiano seria apropriado segundo o contexto histórico de seus leitores.

## 1.2 Guerra Fria: Clausewitz, o teórico da trindade da guerra

Após 1945, houve uma expressiva renovação do estudo do pensamento do general prussiano. Contudo, os ataques ofensivos à sua teoria persistiram. Em 1957, o artigo “Clausewitz, o flautista do pensamento militar moderno” publicado no periódico *Military Review*, demonstra que a ideia de “apóstolo da guerra total” ainda permanecia no imaginário de alguns militares norte-americanos. O autor do texto, sargento do Exército dos EUA Forrest K. Kleinman foi mais um daqueles que declarou Clausewitz um autor imoral que fabricou o conceito de guerra total (BASSFORD, 1994). A leitura de *Da Guerra* por Kleinman parece carregar uma forte influência da visão de Liddell Hart, visto que apresenta, em linhas gerais, a mesma crítica formulada pelo britânico.

Análises mais consistentes também surgiram no pós-Segunda Guerra, como, por exemplo, a realizada por Anatol Rapoport (1911-2007). O texto de Rapoport sobre Clausewitz apareceu na tradução norte-americana de Graham, editada pelo mesmo no ano de 1968<sup>48</sup>. O prefácio produzido por Rapoport fez um breve apanhado da vida de Clausewitz, além de apontar as principais concepções que formam a teoria clausewitziana, tais como: os dois tipos de guerra (real e abstrata), fricção e a relação entre guerra e política. Rapoport definiu a filosofia da guerra de Clausewitz em três conceitos-chave: racional, instrumento e nacional, que fazem da guerra “um instrumento racional da política nacional” (RAPOPORT, 1979, p. 8). Cada elemento tem o seguinte significado:

1. Racional: a guerra deve ser fundamentada numa ponderação de custos e lucros.
2. Instrumental: a guerra deve ser empreendida para alcançar um objetivo, é apenas um instrumento para chegar-se a um determinado fim, a vitória.
3. Nacional: a guerra deve atender aos interesses do Estado-nação, apresentando justificativas para que a Nação se mobilize ao emprego do objetivo militar.

---

<sup>48</sup> Tal edição chegou ao Brasil no ano de 1979. A versão em português foi publicada pela editora Martins Fontes.

Rapoport destacou que o pensamento de Clausewitz era totalmente realístico da passagem histórica que viveu: as guerras revolucionárias francesas guiadas por Napoleão. O prussiano teria assimilado com precisão às lições do francês, sobretudo a ideia de que “o crédito da política e do poder reside na habilidade em conseguir a destruição física do inimigo” (RAPOPORT, 1979, p. 15). Clausewitz não fez apologias às guerras, mas com um espírito militar, as guerras foram para este “uma condição fundamental da existência humana, um dos requisitos para a sua felicidade pessoal” (RAPOPORT, 1979, p. 16). Isso não quer dizer que Clausewitz tenha defendido a “guerra pela guerra”, a sua definição de guerra como um instrumento da política, colocada de outra forma, afirma que o prussiano rejeitou tal concepção:

A sua célebre frase posta ao contrário exprimiria a sua filosofia com a mesma precisão: “A paz é a continuação da luta, mas por meios diferentes”. Assim, a rejeição da “guerra pela guerra” não é mais do que o reconhecimento de que a guerra tem dois componentes igualmente importantes, o militar e o político. Do mesmo modo um cientista põe de parte a “teoria pela teoria” ou a “experiência pela experiência”. Cada uma tem de justificar a outra. (RAPOPORT, 1979, p. 16).

A teoria de Clausewitz, ao ver de Rapoport, sofreu um abalo decisivo após a Primeira Guerra Mundial, pois o elemento-chave da teoria clausewitziana – a guerra como instrumento da política de Estado – “nunca mais voltou a dominar o pensamento político tão completamente como sucedeu na Europa no período de 1648-1914 que gerou Clausewitz e com ele aprendeu” (RAPOPORT, 1979, p.21). O pós-1945 ofuscou a guerra como um relevante objeto na agenda política europeia, devido ao arrefecimento das tensões no bloco europeu. Já no resto do mundo que ainda possui tensões (como no Oriente Médio), os conflitos não são mais resolvidos por guerras, mas por acordos políticos (RAPOPORT, 1979). Clausewitz perdeu espaço e atualidade.

Dentro destes contextos, não é provável, pois, que a guerra seja usada, de forma deliberada e rendosa, como instrumento de política nacional, e os fazedores de política interessados sabem-no bem. Por outras palavras, a concepção clausewitziana da guerra foi tornada nula dentro destes contextos (RAPOPORT, 1979, p. 39).

Mas, a finalidade de Rapoport não parece ter sido atacar Clausewitz e, sim os designados neoclausewitzianos, a escola dos estrategistas modernos. Estrategistas nucleares como Herman Kahn (1922-1983) e Henry Kissinger (1923-) consideraram a guerra nuclear como uma ferramenta racional da política de Estado e acabaram por levar a filosofia política

da guerra muito além do imaginado por Clausewitz (RAPOPORT, 1979)<sup>49</sup>. Rapoport defendeu Clausewitz por sua contribuição histórica, contudo, descartou a validade de suas teorias para as guerras de seu tempo, por isso criticou a tentativa dos estrategistas nucleares de apropriarem-se da teoria clausewitziana no século XX.

O ano de 1976 marcou um novo olhar acadêmico sobre Clausewitz com a publicação do livro de Raymond Aron, *Pensar a guerra, Clausewitz* (dois volumes) (1976), uma das mais profundas e completas obras sobre o general prussiano. Aron desenvolveu uma tese chave para o entendimento da teoria clausewitziana: a não linearidade de seu pensamento<sup>50</sup>. O teórico francês enfatizou que somente nos últimos três anos de sua vida, entre 1827 a 1830, é que Clausewitz chegou ao estado final de seu pensamento, quando finalmente compreendeu o caráter irreal da guerra absoluta e elaborou a concepção da trindade da guerra<sup>51</sup>.

[...] Clausewitz só assentou as fundações de sua catedral conceitual – a irrealidade da guerra absoluta – nos dois últimos anos de sua vida, entre 1827 e 1830. Nem em 1804, nem em 1812, hesita em formular preceitos ou máximas de ação... Resta dizer que os livros, III, IV e V sobre a estratégia, o combate e as forças armadas não têm vestígio de nenhuma das ideias diretrizes da síntese final, das duas espécies de guerra, dualidade resultante da primazia política, primazia esta que reduz a ascensão aos extremos a um jogo lógico [...] (ARON, 1986, p. 111).

Ainda no início do capítulo 1 de *Da Guerra*, Clausewitz definiu a guerra como “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 73). No entanto, ao final do mesmo capítulo, ele nos oferece uma conceituação distinta para o fenômeno:

<sup>49</sup>Michael Howard também direcionou críticas aos teóricos da estratégia nuclear: ‘Kahn e seus colegas ignoraram todos os três elementos da trindade de Clausewitz: paixão popular, os riscos e incertezas do ambiente militar, e o propósito político pelo a guerra é combatida. Seus cálculos não tinham relação com a guerra como a humanidade tem sabido ao longo da história’ (BASSFORD apud HOWARD, 1994, p. 97, tradução minha).

<sup>50</sup>Ao contrário, Paret, Howard e Strachan argumentam que o pensamento de Clausewitz percorreu uma estrada reta desde o início, que suas ideias não sofreram grandes alterações ao decorrer de sua carreira.

<sup>51</sup>Clausewitz percebera que a guerra napoleônica, de derrubada, não era um padrão na História. Através de vasto estudo sobre as campanhas militares europeias, Clausewitz observou que as guerras eram, em sua maior parte, limitadas, que parecem corresponder mais a realidade do que aquela empreendida pelo Exército revolucionário francês. Distintamente da guerra ideal – a absoluta – a guerra real sendo um fenômeno humano está condicionado às circunstâncias históricas que a produziram e, dessa forma, não se pode formular uma teoria prescritiva a seu respeito, ao que Clausewitz apontou “Temos, pois de nos preparar para construir a guerra, tal como ela se apresenta, não segundo o seu conceito, mas admitindo nela todos os elementos da natureza estranha que com ela estarão envolvidos e dela dependerão – toda a inércia e as fricções naturais das suas partes, a inconseqüência do conjunto, o indefinido e a timidez do espírito humano. Teremos de admitir que a guerra, e a forma que lhe damos, procede das ideias, sentimentos e circunstâncias dominantes do momento; e, se quisermos ser totalmente sinceros, teremos de admitir que foi esse o caso mesmo quando ela ganhou o seu caráter absoluto, ou seja com Bonaparte” (CLAUSEWITZ, 1979, pp.708-09). Isso não quer dizer que as guerras reais não possam tender a sua forma absoluta, por isso, Clausewitz recomendou que a teoria da guerra levasse em consideração a possibilidade da guerra alcançar os seus limites extremos (CLAUSEWITZ, 1979).

A guerra, portanto, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. O primeiro destes três aspectos interessa particularmente ao povo, o segundo, ao comandante e ao seu exército, e o terceiro releva sobretudo do governo (CLAUSEWITZ, 1979, p. 89)

A definição trinitária é a evolução final da teoria clausewitziana, quando Clausewitz compreendeu a irrealidade da guerra de derrubada e destruição do inimigo e alcançou a compreensão da guerra real, que possui fatores moderadores que impedem que as guerras atinjam a tendência aos extremos (ARON, 1986)<sup>52</sup>. Raymond Aron observou que Clausewitz passou por três conceituações de guerra: definição monista, dualista e trinitária. A primeira é encontrada em suas primeiras obras, tal como *Princípios da Guerra*, e pressupõe que a guerra é a derrubada política e a destruição militar. A definição dualista baseia-se na compreensão resultante de seus estudos históricos de que as guerras são muito diferentes em sua intensidade e em seu desenvolvimento para que o princípio do aniquilamento possa explicá-las. Clausewitz compreendeu que uma teoria da guerra deveria abranger todos os tipos de guerra, até mesmo aquelas que não correspondiam ao que parecia ser a essência da guerra, que tinham “objetivos militarmente limitados, sem a intenção de destruir ou abater o Estado inimigo” (ARON, 1986, p. 136). A definição trinitária sucedeu a dualista, mas não a suprimiu, a trindade de Clausewitz se opõe à definição monista, mas não à dualista, “que se situa no nível da experiência histórica” (ARON, 1986, p.137). A trindade da guerra então representa um progresso na elaboração conceitual de Clausewitz

Ela incorpora a distinção, abstratamente necessária, frequente na realidade, entre o chefe militar e o chefe de Estado, o primeiro submisso ao segundo; aquele acedendo à grandeza graças à livre atividade da alma (as virtudes da sensibilidade em meio aos perigos físicos), o segundo encarregado, na origem, da suprema responsabilidade, a de ter um julgamento sobre a natureza da guerra que ele vai conduzir ou fazer conduzir por seu chefe de exército, encarregado em seguida de manter o controle da inteligência sobre as paixões desencadeadas ou as decisões, inevitavelmente aventureiras, do comando militar. Ela integra ao mesmo tempo a dualidade do povo e do Estado, um simbolizando a paixão e o ódio de onde nasce a guerra ou que nascem da guerra, o outro a inteligência que canaliza as paixões, as suscita às vezes, as controla sempre (ARON, 1986, pp.137-38).

---

<sup>52</sup> Foi a partir de 1976 que o conceito da trindade tornou-se popular entre os leitores de Clausewitz, pontapé dado por Aron.



Em *Da Guerra*, lembra-nos Aron, Clausewitz assimilou concretamente o fato de que a guerra não é uma coisa autônoma, mas apenas um fragmento do conjunto político (ARON, 1986). Isso não quer dizer que considerações sobre a relação entre a política e a guerra não tenham aparecido nas obras anteriores do prussiano, contudo, é no *Vom Kriege*, particularmente no capítulo 1 do Livro I, que a política apareceu como decisiva na conduta da guerra.

Se Clausewitz volta tão frequentemente a esta ideia mas *exclusivamente nas partes do livro redigidas ou revisadas após 1827* (grifo do autor), é porque no dia em que ele compreendeu completamente a ideia – a guerra é uma política que trava batalhas em vez de enviar notas – ele resolveu, de uma só vez, simultaneamente, os dois problemas colocados por sua experiência histórica e sua inquietude filosófica: como pensar dentro de um mesmo conceito fenômenos tão diferentes quanto as guerras das cidades antigas, as dos *condotieri*, as do gabinete, as da Revolução e do Império? ... Clausewitz encontra a unidade não mais no desencadear extremo da violência, mas em um ponto de vista superior: a guerra sai da política e é esta última, a política, que determina a intensidade, que cria um motivo, que traça as grandes linhas, que fixa os fins e, ao mesmo tempo, os objetivos militares (ARON, 1986, p. 163).

A concepção da guerra como um meio da política ainda proporcionou a Clausewitz a compreensão de que o fim da guerra não seria a vitória, mas a paz<sup>53</sup>. Tal raciocínio poderia constituir uma resposta aos leitores que alcunharam Clausewitz de teórico inescrupuloso da guerra total.

[...] Ele não condena nem aprova a guerra, mas a considera como um dado fundamental. Certamente, admite implicitamente o caráter normal da determinação através do sangue e esta visão não é mais inocente do que a do teórico do equilíbrio econômico... Resta dizer, no ponto de partida, que, reduzindo o ato de violência, a guerra, a um meio da política, Clausewitz lhe atribuiu como fim não a vitória, mas o retorno à paz [...] (ARON, 1986, pp.159-60).

Ainda em 1976, *Da Guerra* ganhou uma nova tradução para o inglês, feita por dois importantes historiadores, Michael Howard (1922-) e Peter Paret (1924-) pela Princeton University Press. Essa tradução marcou um novo olhar sobre Clausewitz. No contexto do pós-Guerra do Vietnã (1955-1975), a missão da tradução de Howard e Paret era a de atrair os soldados para a leitura de *On War*, talvez por isso Howard tenha escrito que Clausewitz era “acima de tudo um soldado profissional escrevendo para seus colegas de profissão, não um acadêmico proferindo uma palestra numa faculdade de Ciências Políticas” (HOWARD, 1983,

<sup>53</sup> Strachan (2008) criticou Aron por ter extrapolado a teoria clausewitziana para embasar seus próprios argumentos, ao dizer que se Clausewitz tivesse concluído *Da Guerra* teria desenvolvido uma teoria da resolução do conflito.

p.1, tradução minha)<sup>54</sup>. A tradução foi eficaz em conquistar novos leitores, no início da década de 1990 o livro com a nova tradução já havia vendido em torno de quarenta mil cópias (BASSFORD, 1994)<sup>55</sup>. Algumas críticas foram lançadas a essa tradução, sobretudo por terem interpretado Clausewitz segundo as aspirações de sua época.

Paret é um dos principais responsáveis pelo crescimento do estudo acadêmico de Clausewitz nos Estados Unidos a partir da década de 1960, quando deu início a um ambicioso plano de reconhecimento do prussiano, o denominado “Projeto Clausewitz”. Tal projeto envolveu um circuito de conferências entre reconhecidos acadêmicos que dedicavam algum tipo de pesquisa ao general prussiano. Os participantes (norte-americanos, britânicos e alemães) foram: Paret, Howard, Bernad Brodie, Gordon Craig (1913-2005), Klaus Knorr (1912-1990), John Shy (1931-), Werner Hahlweg (1912-1989), Dietrich Erdmann Karl (1910-1990) e até mesmo Liddell Hart, que teve algumas conexões nominais com o projeto, auxiliando Paret na tentativa de conseguir financiamento junto ao *Social Science Research Council* (BASSFORD, 1994). O projeto tinha como objetivo o lançamento de uma coleção de obras sobre Clausewitz, em inglês. No entanto, somente a nova tradução de *Vom Kriege* (*On War*) por Howard e Paret e o livro de Paret, *Clausewitz e o Estado* (1976), foram publicados através do “Projeto Clausewitz”.

Um dos primeiros militares a corresponder aos anseios de Howard e Paret – empenhando-se na leitura de *Da Guerra* no período da Guerra Fria – foi o então coronel Colin Powell (1937-), que escreveu sobre a obra: ‘é um raio de luz vindo do passado e que ainda ilumina as perplexidades militares do presente’ (POWELL apud STRACHAN, 2008, p.8). Powell procurou em *Da Guerra* o motivo para o fracasso dos Estados Unidos da América em sua guerra contra o Vietnã, e para ele a resposta estava na trindade da guerra, que em sua visão se resumia nos elementos soldado, forças armadas e povo. Para o general americano, o

---

<sup>54</sup> Possivelmente, Clausewitz tenha se tornado um autor mais expressivo na vida de Howard quando este lutou na Segunda Guerra Mundial: ‘Eu estava inicialmente muito impressionado com seu conceito de "fricção", e a importância das forças morais como um meio de superá-la. Esta (força moral) relacionada muito diretamente com as minhas próprias experiências de guerra, que me fez perceber que o que eu tinha passado era um fenômeno universal em assuntos militares. Só muito mais tarde me tornei interessado em seu ensinamento sobre a conexão entre a guerra e a política. Fundamentalmente, ele apelou para mim, e ainda o faz, por causa de seu sucesso em explicar as limitações de intelectualizar a guerra. É um aspecto de seu ensinamento que eu acho que ainda cai muito bem para dar palestras para os soldados, e muitas vezes os leva realmente a lê-lo’ (HOWARD apud BASSFORD, 1994, p. 115, tradução minha).

<sup>55</sup> Strachan criticou a tradução de Paret e Howard por interpretar as palavras de Clausewitz para o contexto vivido por eles, em sua opinião, essa alternativa lhes proporcionou clareza sobre *Da Guerra*, mas “ocasionalmente gerou imprecisão e mesmo erros de interpretação” (STRACHAN, 2008, p.131). Bassford também fez críticas à tradução de Howard e Paret e indicou como a melhor versão de *Vom Kriege* para a língua inglesa a tradução realizada por Jolles no ano de 1943.

país que não apresentasse a consonância desses três componentes não encontraria sucesso na guerra.

A mais profunda lição de Clausewitz para minha profissão foi a de que o soldado, apesar de todo o seu patriotismo, coragem e habilidade, representa apenas uma perna da tríade. Se as três pernas não estiverem empenhadas – as forças armadas, o governo e o povo –, o empreendimento não pode se sustentar (POWELL apud STRACHAN, 2008, p. 8).

Outro oficial norte-americano de alta patente, o coronel Harry G. Summers Jr. (1932-1999), usou também a “trindade clausewitziana” para tentar explicar o fracasso dos Estados Unidos no Vietnã. Em um estudo preparado para *US Army War College* intitulado *On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War*, publicado em 1982, Summers utilizou-se amplamente da teoria clausewitziana para enfatizar que os Estados Unidos da América falharam em tratar da questão de como utilizar meios militares para alcançar um fim político no Vietnã (STRACHAN, 2008). O livro de Summers teve intensa repercussão entre os militares norte-americanos e até 1983 já havia sido reimpresso três vezes. O coronel Summers continuou seu estudo sobre Clausewitz e a relação com a Guerra do Vietnã (1955-1975) e em 1983 publicou no periódico militar, *Naval War College Review*, o texto “Clausewitz and Strategy Today”.

Seguindo a mesma linha de seu texto anterior, Summers focou Clausewitz como um autor adequado e atual para se entender os problemas estratégicos que os Estados Unidos enfrentaram com o conflito no Vietnã. Mesmo passados mais de cento e cinquenta anos da publicação do clássico livro *Da Guerra*, não havia outro livro que trouxesse tantos ensinamentos para aquele momento (Vietnã) em que erros sobre as concepções da guerra se tornavam tão evidentes, tal como no século de Clausewitz.

A razão para o retorno ao trabalho clássico *Da Guerra* é que as percepções da natureza da guerra na era do Vietnã sofreram as mesmas deficiências descritas por Clausewitz no início dos anos século XIX... Clausewitz observou que no século XVIII a guerra “tornara-se unicamente a preocupação do governo, na medida em que os governos se separaram da empresa com seus povos e se comportaram como se fossem próprios do Estado”. Em contraste, a guerra moderna consistia de uma “trindade notável” – o povo, o exército e o governo. Uma teoria que ignora qualquer um destes elementos, Clausewitz escreveu, “... entraria em conflito com realidade, de tal forma que, por esta razão, seria totalmente inútil” (SUMMERS, 1983, p. 1, tradução minha).

A desconsideração de um dos elementos da trindade, o povo, na visão de Summers, foi o principal motivo da derrota norte-americana no Vietnã.

Como os Estados Unidos assumiram responsabilidades globais após a Segunda Guerra Mundial, o aviso de Clausewitz foi ignorado, e em nome de mais uma resposta rápida as ameaças à nossa segurança nacional, o país começou a se mover involuntariamente em direção a uma abordagem de uma nova guerra do século XVIII. Evidentemente sem perceber as implicações do que eles estavam fazendo, os teóricos acadêmicos da guerra limitada do Pós-II Guerra deliberadamente excluíram o povo americano de suas equações estratégicas. Pressagiando o nosso envolvimento no Vietnã, o exército se comprometeu a combater na Coreia, sem uma declaração de guerra, um movimento que enfraqueceu a ligação entre o povo americano e seu Exército. Quando o mesmo erro fundamental foi repetido no Vietnã, o link já enfraquecido estalou completamente e em vez de guerra dos Estados Unidos, a guerra no Vietnã tornou-se a “guerra de Johnson”, “guerra de Nixon” e “guerra do Exército” (SUMMERS, 1983, p.1, tradução minha).

A lição de Clausewitz para os Estados Unidos a partir da experiência no Vietnã, segundo Summers, é a percepção de que as guerras não podem ser ancoradas unicamente no campo militar, elas devem ser pautadas na trindade clausewitziana, que a seu ver, resume-se nos três subsídios: soldado, forças armadas e povo. São estes os subsídios que tem a corresponsabilidade pelo sucesso ou fracasso na condução de qualquer guerra moderna (SUMMERS, 1983).

Em 1983, Caspar Weinberger (1917-2006), secretário de Defesa na administração de Ronald Reagan (1911-2004) entre os anos de 1981 a 1987, fez de Colin Powell seu assistente militar sênior<sup>56</sup>. A partir de 1984 decidiram estabelecer regras para o emprego de soldados norte-americanos no exterior, e esses critérios foram estabelecidos na “Doutrina Weiberger”, segundo eles, dentro da teoria clausewitziana do papel da política na guerra. Na doutrina constava:

Como Clausewitz escreveu: ninguém inicia uma guerra – ou melhor, ninguém em sua consciência deveria fazê-lo – sem primeiro ter claro o que pretende conseguir com essa guerra e como pretende conduzi-la. Deixar de fazer isso no Vietnã foi o erro número um. Isso remete a regra número dois de Clausewitz: líderes políticos devem estabelecer os objetivos de uma guerra, ao passo que os exércitos atingem esses objetivos (POWELL apud STRACHAN, 2008, p.9).

A adoção de um novo modelo operacional para conduzir as guerras, essa foi mais uma das preocupações do Exército norte-americano após sua derrota para o Vietnã. A partir de então, o Exército dos Estados Unidos passou a seguir o Exército alemão como um exemplo. Entre os anos de 1871 a 1945, o Estado-Maior alemão seguia a concepção da “estratégia da aniquilação”, na qual a vitória rápida e decisiva no campo de batalha determinaria o resultado político. Eis aí o conceito, dito clausewitziano, que o Exército norte-

---

<sup>56</sup> Caspar Weinberger também foi um leitor de Clausewitz, no entanto, sua leitura esteve mais embasada nas influentes palavras de Summers do que do próprio Clausewitz.

americano importou dos alemães<sup>57</sup>. Um fator contribuiu significativamente para a inserção da “nova” conduta operacional das Forças Armadas norte-americanas: a evolução das armas termonucleares e o seu poder de destruição maciça do inimigo. A guerra absoluta de Clausewitz parecia tornar-se cada vez mais uma realidade próxima, e não uma abstração teórica. Dessa forma, novos horizontes deveriam ser planejados, levando-se em consideração o emprego de uma complexa gama de recursos tecnológicos. A política, como um elemento de restrição à guerra absoluta, como preconizado por Clausewitz, assumiu igualmente posição central naquele momento, visto que “nenhum propósito político é suficientemente desejável para compensar a devastação nuclear de sua própria nação” (HOWARD, 1983, p.63, tradução minha). Este é o princípio da deterrence nuclear ou estratégia de dissuasão, que deu limites aos propósitos políticos que os participantes da Guerra Fria procuravam alcançar através de seus meios militares.

Em 1989, com o fim da Guerra Fria, Powell tornou-se chefe do Estado-Maior Conjunto norte americano e passou a reger “os caminhos” das Forças Armadas em seus novos conflitos. A sua doutrina baseava-se em duas tendências – ambas assumidas como clausewitzianas –, uma que defendia a finalidade política da guerra e a outra que versava sobre o modo como a guerra deveria ser feita, enfocando-se o princípio da “aniquilação” (STRACHAN, 2008). Powell assumiu enfaticamente que os Estados Unidos rejeitariam o uso da “força limitada” em seus combates futuros, para que os objetivos políticos fossem alcançados de forma rápida e decisiva. Esse lema manteve-se central no Exército norte-americano no pós-Guerra Fria através de Colin Powell como Secretário de Estado e de Tommy Ray Franks (1945-) comandante-chefe do Comando Central dos Estados Unidos da América (USCENTCOM)<sup>58</sup>.

O general Franks participou da famosa Operação Tempestade no Deserto na Guerra do Iraque entre os anos de 1990 e 1991<sup>59</sup>. Nessa época, as Forças Armadas norte-americanas colocaram em prática as mudanças operacionais desenvolvidas após o desastre no Vietnã, nas

---

<sup>57</sup> Mas, em 1951 Clausewitz foi condenado por ser o teórico da guerra absoluta que moveu a violenta máquina de guerra alemã. No panfleto de treinamento intitulado “Jomini, Clausewitz e Schlieffen” da Escola Militar de West Point, Clausewitz assim foi lembrado: ‘A Filosofia de Clausewitz não está morta. A filosofia de *On War* é a filosofia de sangue de Bismark e a Filosofia de ferro de *Mein Kampf*’ (apud BASSFORD, 1994, p. 100, tradução minha).

<sup>58</sup> O USCENTCOM é um órgão criado em 1983 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América que tem a função de lidar com os interesses de segurança nacional em diversas áreas, tais como: Sudeste da Ásia, Ásia Central e o Golfo Pérsico.

<sup>59</sup> Harry Summers declarou: “A teoria clausewitziana vai definir e determinar o conflito no Iraque” (SUMMERS apud BASSFORD, 1994, p. 120, tradução minha).

palavras de Franks, a nova doutrina operacional militar do país baseava-se em princípios clausewitzianos:

As máximas do estrategista prussiano Carl von Clausewitz ditaram que a massa – formações concentradas de tropas e armas de fogo – era a chave da vitória. Para alcançar a vitória, Clausewitz aconselha, uma potência militar deve concentrar suas forças no ‘centro de gravidade’ do inimigo (FRANKS apud STRACHAN, 2008, p. 10).

Clausewitz exerceu uma impressionante fascinação entre os norte-americanos no pós-Vietnã. Sua teoria tornou-se tão popular e citada entre os militares dos Estados Unidos da América que seria impraticável discutir as inúmeras menções ao prussiano nesse período. Através das palavras de Summers, Powell, Weinberg e Franks observa-se a influência que as concepções clausewitzianas tiveram para explicar os fracassos na Guerra do Vietnã. Destacou-se a concepção da trindade, concebida como povo, exército e governo, propagada nesse estilo por Harry Summers Jr. Como vimos anteriormente, a trindade é dada por três tendências dominantes que agem no interior de qualquer guerra: (1) violência primordial, ódio e inimizade; (2) jogo do acaso e da probabilidade; (3) guerra subordinada à política racional. Cada uma dessas três categorias afeta, principalmente, um determinado conjunto de atores: (1) povo; (2) exército; (3) governo<sup>60</sup>. Nota-se que a versão da trindade lançada por alguns militares norte-americanos é distinta da concepção central de Clausewitz: deriva da ilustração do conceito e não do próprio conceito (BASSFORD; VILLACRES, 1995). Tal interpretação não permite a investigação de todas as alusões relevantes da ideia trinitária, pois, baseia-se em somente uma das formas possíveis das tendências discutidas por Clausewitz. Por isso, a trindade deve ser assumida como pensada pelo teórico prussiano: forças dominantes (violência, o jogo do acaso e da probabilidade e seu elemento de subordinação) que atuam sobre todos os elementos (povo, exército e governo).

Enquanto no meio militar norte-americano do pós-guerra Fria Clausewitz ainda mantém sua atualidade e expressividade, no meio acadêmico sua permanência é controversa e polêmica. Para alguns autores, no novo cenário de guerras tecnológicas, a natureza da guerra mudou e dessa forma *Da Guerra* perdeu sua relevância. De outro lado, há pensadores que defendem a importância e a contemporaneidade de Clausewitz e de sua obra. Destacamos da

---

<sup>60</sup> Ressalta-se que cada uma das três tendências que formam a trindade clausewitziana afetam de forma variável todos os grupos de atores humanos, Clausewitz tentou demonstrar como cada tendência age como força principal em cada conjunto humano, mas não delimitou a interação das tendências entre os grupos (BASSFORD; VILLACRES, 1995).

onda anticlausewitziana: Mary Kaldor e Van Creveld. E da onda pró-clausewitziana: Hew Strachan e Christopher Bassford.

### 1.3 Fim da Guerra Fria: Clausewitz, obsoleto ou atual?

Com o fim da Guerra Fria surgiram muitos conflitos que ocorriam entre atores não estatais, que em alguns casos lutam por objetivos políticos, mas não à maneira típica das guerras descritas por Clausewitz, com exércitos tradicionais, empregam instrumentos de guerrilha e terrorismo (STRACHAN, 2008). Outros conflitos não se desenrolam por desígnios políticos, mas decorre do tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e do crime organizado. Nestes tipos de guerra a finalidade não é a paz (como descrito por Clausewitz), e sim outras guerras que assegurem a permanência e lucratividade de tais atividades. Nesse quadro de “crise” do Estado e da ascensão da violência novas leituras (positivas e negativas) de Clausewitz surgiram. De um lado, temos críticas baseadas na negação da atualidade de Clausewitz, devido ao arrefecimento do Estado nos conflitos entre o século XX e XXI. De outro lado, temos análises positivas do general prussiano, que defendem a contemporaneidade da teoria clausewitziana, partindo do pressuposto de que Clausewitz foi mal interpretado ao longo do tempo.

Após a Guerra do Iraque (1990-1991), em inícios da década de 1990, alguns autores especializados em assuntos militares dedicaram estudos para debater o aparecimento de um novo tipo de guerra, que não podem mais ser designadas como guerras clausewitzianas, visto que a guerra moderna estaria passando por uma intensa transformação que mudaria a configuração das guerras associadas ao Estado. Representantes desse pensamento são: Mary Kaldor com a obra *New and Old Wars* (1999) e Martin van Creveld, *The Transformation of War* (1991). A ideia fundamental, de Kaldor e Creveld, é que a teoria de Clausewitz foi superada, pelo menos em dois pontos: (1) guerra não seria mais um fenômeno da política interestatal e, cada vez mais há a possibilidade de que aconteça sem o controle do Estado; (2) as guerras do século XXI não mais conjecturariam, em sua dinâmica interna, a trindade clausewitziana, seja pela inserção de novas tecnologias bélicas, ou, em virtude das novas guerras não serem mais empreendidas por um Povo, um Exército e um Governo, que estes pensadores também designaram como a trindade de Clausewitz (STRACHAN, 2008; SILVA, 2003).

Mary Kaldor distinguiu as “guerras antigas” – aquelas estudadas por Clausewitz e que se baseavam no princípio de que a guerra é um ato de força destinado a realizar os

objetivos da política – das “novas guerras”, cujos interesses (não exatamente políticos) exigem a continuidade do conflito e não sua resolução. São guerras que procuram outras guerras e não a paz (KALDOR, 1999). As novas guerras acontecem através da erosão do Estado, fenômeno impensado por Clausewitz, o que tornaria a sua teoria obsoleta e inadequada para a compreensão das guerras mais atuais (KALDOR, 1999). Crevelde, por sua vez, se opôs ao que ele designou de “universo clausewitziano”: as guerras do pós-1945 não se centram mais nas guerras feitas por Estados (ou governos) e a visão clausewitziana da guerra como uma trindade (Povo, Exército e Governo) era simplesmente inaplicável para o mundo emergente da era da Guerra Fria, sendo assim, Clausewitz estava definitivamente superado (CREVELD, 1991). Novamente observamos a transformada definição trinitária clausewitziana, agora utilizada para decretar a obsolescência do prussiano para as guerras dos séculos XX e XXI.

Defendendo a atualidade do pensamento de Clausewitz para o século XX e XXI temos: Christopher Bassford, *Clausewitz in English: The Reception of Clausewitz in Britain and American* (1994) e Hew Strachan, *Sobre a Guerra de Clausewitz [uma biografia]* (2008). O argumento central, de Bassford e Strachan, é que Clausewitz foi lido, muitas vezes, de forma seletiva, o que impediu que vários leitores alcançassem a compreensão exata da teoria clausewitziana. Cada geração se predispôs a ler Clausewitz segundo as apreensões de seu contexto, desconsiderando a conjuntura histórica na qual viveu o general prussiano, o que certamente implica em uma leitura enviesada de Clausewitz. Outros ainda leram Clausewitz a partir de outros escritores, sem contato algum com as obras do próprio autor, o que leva, muitas vezes, a confusão e “mistura” das ideias de terceiros com a de Clausewitz. A advertência de Bassford e Strachan é simples: temos que retornar a leitura do próprio Clausewitz, inserindo-o em seu próprio contexto histórico e não no nosso.

Bassford percorreu um vasto material bibliográfico do pensamento militar britânico e norte-americano a procura da influência de Clausewitz entre os anos de 1815 a 1945. Sua pesquisa lhe permitiu chegar à conclusão de que Clausewitz já era conhecido e muito influente entre os militares britânicos antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. Em meados de 1830 havia vários trabalhos históricos e teóricos sobre Clausewitz entre os leitores britânicos. Já nos Estados Unidos da América, Clausewitz teve clara influência depois de 1910, no entanto, foram as inseguranças da Guerra Fria, com tendências a uma guerra nuclear, que tornaram Clausewitz um autor fundamental para os militares norte-americanos. Bassford constatou que muitos militares britânicos e norte-americanos entenderam Clausewitz de uma forma sensata, mas não “correta” (BASSFORD, 1994). As constantes citações acerca de



Clausewitz advêm, em sua grande totalidade, de autores alemães e franceses que dedicaram estudo à teoria clausewitziana, poucos se aventuraram na leitura da obra magna de Clausewitz, *Da Guerra*. Já Strachan montou uma biografia sobre Clausewitz para compreender as origens e a evolução de seu pensamento, demonstrando que muitas das leituras empreendidas sobre as concepções clausewitzianas não levam em consideração a conjuntura histórica vivida por Clausewitz, o que claramente leva a uma leitura e interpretação simplista e seletiva de *Da Guerra* (STRACHAN, 2008).

Aderimos à visão de Bassford e Strachan, de que a teoria de Clausewitz é válida para a contemporaneidade. A trindade clausewitziana, ao contrário do que argumentaram Kaldor e Creveld, abre a possibilidade de reflexão sobre as “novas guerras”, pois Clausewitz observou que a trindade pode mudar radicalmente de caráter, adaptando-se ao contexto histórico, político e social de cada tempo, já que a natureza da guerra é determinada por um conjunto de forças sociais e pelo espírito de sua época. Ressaltamos ainda que Clausewitz não deve ser retirado de sua conjuntura histórica e deslocado para o nosso tempo, a leitura de sua obra principal, *Da Guerra*, deve sempre ser guiada pelo pensamento de que Clausewitz era um homem de seu tempo e que sua escrita é notadamente marcada por sua experiência nas guerras que vivenciou.

No decorrer deste capítulo tentamos evidenciar como as percepções sobre Clausewitz alteraram-se significativamente de acordo com as conjunturas históricas, marcadas por eventos-chave: duas grandes Guerras Mundiais e a ascensão da era nuclear, no período da Guerra Fria. Nos próximos capítulos investigaremos a recepção de Clausewitz entre os militares brasileiros entre o período da Guerra Fria e pós-Guerra Fria. Observaremos quais conceitos clausewitzianos foram mais apropriados, tentando compreender a influência nessas leituras das principais interpretações estrangeiras aqui mencionadas. Analisaremos também se entre os militares brasileiros o contexto histórico (interno e externo) provocaram mudanças na maneira que Clausewitz foi interpretado.

## CAPÍTULO 2

### Geopolítica brasileira e Clausewitz: o período da Guerra Fria

Em terras brasileiras, a geopolítica obteve sucesso precoce, com os estudos desenvolvidos por Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951), Elyseo de Carvalho (1880-1925), Carlos Delgado de Carvalho (1884-1990), Mario Travassos (1891-1973) e Francisco de Paula Cidade (1883-1968). A nova teoria provocou fervor, principalmente nas Forças Armadas, visto que os mais proeminentes geopolíticos brasileiros pertenceram aos quadros do Exército. Nos anos iniciais da geopolítica no Brasil, destacamos a relevância de Mario Travassos e Everardo Backheuser.

*Projeção Continental do Brasil* (1931), da autoria de Travassos, foi o primeiro livro sobre geopolítica editado no país<sup>61</sup>. Esta obra é de relevância ímpar para a geopolítica sul-americana, obteve várias edições nacionais, além de ser traduzida para o espanhol no ano de 1941<sup>62</sup>. As reflexões contidas em suas páginas lançaram os fundamentos da geopolítica brasileira para a primeira metade do século XX. As ideias geopolíticas de Backheuser foram desenvolvidas, especialmente, em artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*. Sua obra de maior destaque foi *Geopolítica Geral do Brasil* (1952), que influenciou a instituição de uma nova política de fronteiras no país. Backheuser é considerado o sistematizador do ideário geopolítico no Brasil, enquanto que, Travassos é considerado o aplicador desse sistema.

Desde os anos iniciais a escola geopolítica brasileira influenciou decisões e projetos governamentais. O autor geopolítico mais próximo da política governamental (pois, foi um dos personagens que participou ativamente dos governos militares a partir do Golpe de 64) foi Golbery do Couto e Silva (1911-1987), que nos anos 1950 apontou no horizonte geopolítico brasileiro. Golbery proferiu inúmeras conferências sobre geopolítica na Escola de Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. Escreveu inúmeros artigos para revistas especializadas como *A Defesa Nacional* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No ano de 1976 sintetizou todos os seus escritos no livro que conseguiu grande evidência na área geopolítica, *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. As teorias geopolíticas de Golbery tiveram foco na temática da segurança nacional, coadunado com os ideais norte-americanos de defesa do Ocidente cristão contra os comunistas soviéticos.

---

<sup>61</sup> Inicialmente o livro de Travassos foi denominado *Aspectos geográficos sul-americanos*, quando reeditado, alguns anos depois, recebeu o título que hoje conhecemos *Projeção Continental do Brasil* (MIYAMOTO, 1981).

<sup>62</sup> *Projeção Continental do Brasil* foi obra constantemente citada por estudiosos geopolíticos dos países vizinhos, que a referenciavam como prova da tentativa do Brasil assumir a hegemonia na América do Sul (MIYAMOTO, 1981).

A geopolítica manteve sua relevância mesmo com as transformações ocorridas no cenário social, político, econômico e militar. No início da década de 30, Mario Travassos analisou a geografia do território brasileiro e assegurou que o país tinha os requisitos necessários para garantir a proeminência política, econômica e social na América do Sul. Em meados da década de 50, Golbery do Couto e Silva alicerçou o seu estudo geopolítico na defesa de uma aliança brasileira com os Estados Unidos da América a fim de tornar o país hegemônico no continente sul americano. A partir da década de 70, o general Carlos de Meira Mattos (1913-2007), confiou na possibilidade do Brasil tornar-se uma grande potência mundial, livre de qualquer amarra com os países centrais na economia mundial. Meira Mattos foi um dos mais reconhecidos geopolíticos do Brasil. Ele não só considerou a estratégia espacial da nação para o seu desenvolvimento e progresso, mas igualmente privilegiou a análise das potencialidades econômicas que poderiam levar o país a ascender ao status de potência. Na geopolítica brasileira do período da Guerra Fria é importante destacar a ruptura do pensamento do general Golbery do Couto e Silva para o do general Carlos de Meira Mattos, pois a ideia de “Brasil-Potência” de Meira Mattos distanciava o Brasil da tão sonhada aliança com os norte-americanos, como queria Couto e Silva. Isso não quer dizer que Meira Mattos descartou a geopolítica de Golbery, afinal este foi um dos autores que mais recebeu atenção e elogios nas análises de Meira Mattos.

Dada à importância que a teoria geopolítica obteve no Brasil, sobretudo no campo militar, consideramos importante incluí-la em nosso estudo sobre a recepção brasileira de Carl von Clausewitz. Escolhemos para a análise o período da Guerra Fria, pois neste momento ocorria nos países ocidentais (Alemanha, França e Estados Unidos) o renascimento clausewitziano, mas pouco se sabe sobre as repercussões desse processo em nosso país. Já de início, podemos afirmar que Clausewitz teve lugar na teoria geopolítica brasileira, especialmente, nos estudos do general Meira Mattos. Mais ainda, tudo indica que esse autor foi um dos maiores conhecedores de Clausewitz entre os autores oriundos do Exército, com ênfase em um de seus temas preferidos: a teoria estratégica.

Na construção desse capítulo utilizamo-nos de estudiosos geopolíticos civis e militares. Entre o primeiro grupo destaco: Miyamoto (1981; 1995), Mello (1997; 1999), Vesentini (2000) e Freitas (2004). Já entre os militares: Meira Mattos (1975; 1977; 1986; 2002), Golbery do Couto e Silva (1957) e Octávio Tosta (1984). Tais pensadores deram o suporte teórico para a construção da história da geopolítica – criação, auge e declínio – como também proporcionaram o conhecimento das doutrinas dos pais fundadores da área, tais como: Ratzel, Kjellén, Mahan, Mackinder, Sevsky e Douhet. A dificuldade de

disponibilidade das obras destes últimos autores em português foi suprida pela pesquisa dos geopolíticos (acadêmicos ou militares) brasileiros.

Este capítulo está subdividido em três tópicos. No primeiro tópico abordaremos o surgimento da geopolítica no mundo, apontando os seus principais autores e teorias, destacando que alguns dos *founding fathers* da geopolítica foram leitores de Clausewitz. Posteriormente, nos aproximaremos da geopolítica no Brasil, delineando seu aparecimento e os assuntos mais debatidos entre os pensadores da área. No terceiro subcapítulo, apresentaremos a leitura de Meira Mattos sobre Clausewitz, comparando-a com a leitura mais restrita do marechal Castello Branco, para evidenciar que Meira Mattos foi um “ponto diferencial” na leitura e compreensão da teoria de Clausewitz no tempo da Guerra Fria.

## 2.1 Nascimento da geopolítica

Em seus tempos iniciais, a geopolítica preocupou-se mais especificamente com a questão da posição ocupada pelo Estado, mas com o decorrer do tempo outros assuntos foram pensados e debatidos, o que proporcionou a ampliação e valorização desta área de estudo. Com a expansão da geopolítica diversos conceitos foram estabelecidos para defini-la, optamos por adotar neste trabalho a seguinte ideia: a geopolítica é a ciência que se preocupa com a aplicação dos fatores físicos da natureza na formulação de uma política visando, principalmente, fins estratégicos. Pode-se dizer que, a geopolítica é uma teoria do poder e visa, sobretudo, o preparo para a guerra (MIYAMOTO, 1981).

O conceito de geopolítica foi empregado pela primeira vez no final do século XIX, no ano de 1899, pelo professor sueco Juan Rudolf Kjellén (1864-1922), em uma publicação da revista *Ymer*, com o artigo intitulado “As Grandes Potências”. Mais tarde, em 1916, em sua obra *O Estado como Forma de Vida*, Kjellén assim definiu a geopolítica: ‘Ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço de Terra’ (KJELLÉN apud TOSTA, 1984, p. 24). Apesar do uso do termo ter sido feito por Kjellén, o precursor da Geopolítica foi Friedrich Ratzel (1844-1904), o qual, no entanto, nunca fez menção à expressão geopolítica, mas utilizou-se de noções desta em seu livro *Leis do Crescimento Espacial dos Estados*, publicado no ano de 1895.

A importância de Ratzel para a geopolítica resultou, sobretudo, do destaque que o autor conferiu aos conceitos de espaço (*raum*) e posição (*lage*). O espaço foi relacionado ao estudo da extensão, forma, relevo e clima da área ocupada pelo Estado. A posição abordou as relações entre o espaço do Estado e o meio que o circunda. Ratzel valorizou, sobremaneira, o

papel dos grandes espaços em sua teoria geográfica. Uma viagem feita aos Estados Unidos da América, em 1868, impressionou o autor a ponto de tê-lo feito acreditar na relevância da dimensão do espaço para o desenvolvimento de um Estado (MELLO, 1997). O culto ao Estado é um ponto vital na doutrina ratzeliana. A idolatria do Estado ou, megalostatismo, foi característica marcante em alguns pensadores da cultura germânica do século dezanove, não sendo um traço encontrado unicamente neste autor (MELLO, 1997)<sup>63</sup>. O Estado foi igualmente fundamental na formulação da teoria de guerra clausewitziana, Rapoport (1979) relacionou em quatro pontos os princípios do Estado para Clausewitz, o que corrobora a ideia da relevância do elemento Estado para pensadores germânicos do século XIX.

1. O Estado é uma entidade viva, dotado de inteligência.
2. O Estado é soberano, não reconhece qualquer autoridade acima de si.
3. Os interesses dos Estados estão constantemente em conflito.
4. O choque de interesses entre estados são caracteristicamente resolvidos pela imposição da vontade de um sobre o outro. Logo, a guerra é uma fase normal nas relações entre estados.

Ratzel tornou-se prenunciador da geopolítica quando, em meados da Primeira Guerra Mundial, Rudolf Kjellén adotou e ampliou seus conceitos principais. A intenção de Kjellén com a criação do termo geopolítica foi a de dar uma marca política e não mais essencialmente geográfica às pesquisas sobre as relações entre os territórios e os habitantes no âmbito do Estado (MATTOS, 1975; MELLO, 1997). Kjellén distinguiu a sua geopolítica da geografia política de Ratzel:

Como ciência política, ela tem sempre em vista o Estado como unidade e contribui para o entendimento de sua natureza; enquanto a geografia política estuda a terra como sede de comunidades humanas, em relação a seus atributos (KJELLÉN apud MELLO, 1997, p. 33).

Há certa confusão entre os termos geopolítica e geografia política, no entanto, ambas as disciplinas têm objetos de investigação e ramos diferenciados. A geografia política é vinculada à Geografia e a geopolítica é relacionada à Ciência Política. A geografia política ficou no campo das Ciências Geográficas, enquanto que a geopolítica adquiriu o sentido

---

<sup>63</sup> Da importância do Estado para os alemães, o geopolítico brasileiro Golbery do Couto e Silva indagou-se: “Não estará nesse endeuamento do Estado, à custa da subjugação do Indivíduo, toda a tragédia do povo alemão?” (SILVA, 1957, p. 22).

dinâmico da Ciência Política (MATTOS, 1975; MELLO, 1997). Sendo assim, a geopolítica não se preocupa somente com os limites físicos dos espaços, mas sim com a utilização desses espaços para a criação de políticas que visam a fins estratégicos.

Kjellén, assim como Ratzel, ocupou-se com as questões de Estado, almejando compreender o seu desenvolvimento. Como representante da escola determinista da geopolítica, Kjellén pensou o Estado como um organismo biológico, um ente com vida própria que passaria pelas fases de nascimento, crescimento, morte e, inclusive, ressurreição. A guerra, a seu ver, era condição de normalidade para um Estado, visto que a disposição natural desse “super-ser” era pelear invariavelmente pela sua sobrevivência, além de ter predisposição intrínseca à expansão com intenção de obter espaço. Assim, a paz era uma situação anormal, temporária e disfuncional (MELLO, 1997). Observa-se a semelhança com o pensamento de Clausewitz sobre o Estado. Kjellén concluiu através de sua análise geopolítica que o Estado só seria designado como detentor de um amplo poder real quando atendessem a três quesitos centrais: grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna.

Afinal, seria a geografia um elemento determinante para a evolução do Estado, ou apenas um fator que colaboraria para o seu desenvolvimento? Tal indagação gerou uma dissidência na geopolítica e produziu duas escolas de pensamentos opostos: de um lado os autores alemães, deterministas, que defendiam a proeminência da geografia para a ampliação do Estado e seu povo. De outro lado, os articulistas franceses, possibilistas, que sustentavam a importância da geografia para o desenvolvimento de um Estado, mas questionavam a centralidade deste elemento. Ratzel, Kjellén, Mackinder, Ellen Churchill Semple e o polêmico Haushoffer (autores alemães), foram considerados os principais representantes da escola de pensamento conhecida como determinista, a qual considerou a geografia o elemento essencial, determinante, que estabeleceria ou não a grandeza de um determinado povo e Estado. A visão determinista foi calcada nas teorias orgânico-espaciais de Darwin, onde os fatores geográficos exerciam incisivo influxo nas relações entre o homem e o meio (MELLO, 1997). Em contraposição aos pensadores deterministas surgiu, na França, a escola possibilista, que acreditou na relevância da geografia, mas não em sua essencialidade para o desenvolvimento dos homens. Para esses autores, a geografia poderia facilitar a ação dos homens, mas não poderia determiná-la. O principal representante dessa escola foi o francês Vidal de La Blache (1845-1918), o qual pensou o homem como um fator geográfico que manteria os recursos existentes.

Há, no entanto, um componente fundamental que unifica o pensamento geopolítico entre as duas escolas: o poder. Os geopolíticos utilizaram-se dos elementos físicos (ar, mar e

solo) para apontar vantagens e desvantagens que poderiam influenciar, positivamente ou não, o fortalecimento do poder do Estado. Dessa forma, consideramos necessária uma breve análise dos principais autores geopolíticos e suas teorias do poder, a fim de comprovar a importância que os meios físicos tiveram para a geopolítica.

### **2.1.1 Poder Marítimo, Terrestre e Aéreo**

Alfred Thayer Mahan (1840-1914) foi um oficial da Marinha norte-americana e o mais popular defensor do poder marítimo. Sua principal obra *The Influence of Sea Power upon History (1660-1793)*, é considerada o alicerce para as teorias do poder marítimo. Neste livro, Mahan descreveu a influência prática que a História teve na construção de sua teoria. Sua preocupação central foi entender como e por que a Grã-Bretanha havia se tornado uma grande potência dos mares. Ele buscou sua resposta na história da disputa do controle dos mares a partir de 1665, com a Segunda Guerra Anglo-Holandesa, até o ano de 1783, com o término da Guerra da Independência Norte-Americana. Através de sua análise, Mahan enumerou seis elementos que julgou afetarem o poder marítimo das nações: a posição geográfica, a conformação física, a extensão territorial, o tamanho da população, o caráter nacional e o tipo de política governamental. Ao decorrer do supracitado livro o autor explanou como esses pontos poderiam favorecer ou prejudicar o poder marítimo. É relevante considerar que o mesmo julgava que o controle do mar era a chave para o domínio do mundo (MELLO, 1997; MIYAMOTO, 1995). Suas teorias foram amplamente aceitas, não só nos Estados Unidos da América, mas também na Grã-Bretanha e na Alemanha. Convém aqui salientar que há um profícuo debate sobre a influência de Clausewitz sobre Mahan. Alguns autores como Bassford (1994) e Shy (2001) acreditam que Mahan tenha lido Clausewitz, mas assinalam que Jomini teve importância decisiva na formulação da teoria do poder marítimo de Mahan.

A finalidade geopolítica de Mahan foi “afirmar a hegemonia norte-americana no continente ocidental e no Extremo Oriente, visando, no futuro, a suceder à Inglaterra na liderança do mundo” (SILVA, 1957, p. 25). A conquista desse desígnio dar-se-ia através da construção de um canal transoceânico que permitisse aos Estados Unidos paralisar a Inglaterra no oceano Atlântico e se contrapor ao expansionismo japonês no Pacífico. As ideias de Mahan tornaram-se realidade e influenciaram diretamente a política exterior dos Estados Unidos da América. Tal fato pode ser notado através da construção do Canal do Panamá (unindo os oceanos Atlântico e Pacífico), obra concluída em 1914, e também pela conquista dos arquipélagos do Havaí e das Filipinas. Tais ocorrências asseguraram ao poder marítimo

norte-americano uma situação confortável e preponderante no oceano Pacífico (MELLO, 1997; VESENTINI, 2000; TOSTA, 1984).

Halford Mackinder (1861-1947) foi um dos principais defensores do poder terrestre através da teoria do *heartland*, literalmente, coração da terra. Mackinder apostou na falência da teoria do poder marítimo, sugerindo que a transformação provocada por novas tecnologias (desenvolvimento do motor a combustão e das ferrovias transcontinentais) havia provocado mobilidade terrestre dentro de grandes massas continentais. A seu ver, a inserção da tecnologia abalou a relevância da força marítima e modificou a dimensão dos conflitos armados. No ano de 1904, Mackinder, professor da Universidade de Londres, expôs na Real Sociedade Geográfica uma palestra denominada “O Pivô Geográfico da História”, onde defendeu a tese de que a história do século que começava seria marcada pela ascensão do poder terrestre e subsequente declínio do poder marítimo. A possível união militar entre a Rússia e Alemanha foi uma das apreensões fundamentais de Mackinder. Segundo o mesmo, este elo promoveria a alteração nas relações de poder mundial, visto que a Rússia situada no *heartland*, com extensa área terrestre contínua, possuía vastas regiões ricas em minerais e em fontes de energia, já a Alemanha – com alto poder industrial – tornaria possível a exploração desses recursos em benefício de um poder militar conjunto entre os dois estados.

A aliança entre a Rússia e a Alemanha significaria o comando do território euroasiático e, conseqüentemente, o domínio do mundo. Ao mesmo tempo, tal fato, decretava a falência da teoria do poder marítimo, já que o *heartland*, a massa terrestre representada pela Rússia, era, geograficamente, um território invulnerável ao alcance das potências marítimas. Seria primordial que o poder marítimo anglo-americano garantisse o total isolamento entre a Alemanha e a Rússia (MELLO, 1997). Mackinder propôs inserir entre os dois países uma barreira composta por um cinturão de Estados-tampões – o conhecido “cordão sanitário” – que envolveria a Europa Oriental e se desdobraria em cadeia desde o mar Báltico até o mar Negro. O objetivo da geopolítica de Mackinder foi manter a supremacia britânica, impossibilitando a manifestação, no continente europeu, de um poder que pudesse dominar o “Coração do Mundo” (SILVA, 1957).

A tese do *heartland* de Mackinder teve grande repercussão e aceitação no meio político e intelectual. Na arena política, o governo da Grã-Bretanha procurou manter durante anos uma estratégia política fundamentada no isolamento entre a Alemanha e a Rússia. No campo das ideias, a teoria de Mackinder também foi amplamente debatida e influenciou alguns importantes estudiosos, dentre eles, Karl Haushofer (1869-1946) e Nicholas Spykman (1893-1943). O primeiro fundamentou-se em Mackinder para formar sua doutrina do poder



terrestre alemão através da construção de um bloco transcontinental euroasiático, composto pela Alemanha, União Soviética e Japão. Já Spykman absorveu as teses do *heartland* e desenvolveu a teoria de solidificação do poder marítimo norte-americano mediante o cerco do “*heartland*” pelo “*rimland*” (MELLO, 1997). Haushofer e Spykman promoveram intenso debate sobre a possível aplicabilidade da geopolítica em assuntos governamentais. Na Alemanha nazista, Haushofer e seus seguidores pensaram a geopolítica visando à expansão de seu território. Nos Estados Unidos da América, geógrafos e estudiosos de política internacional passaram ao estudo da geopolítica com a intenção de desenvolver uma política de segurança nacional que tivesse embasamento nas condições geográficas do Ocidente. O Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Yale foi o expoente desse novo modo de pensar e fazer geopolítica, denominada de geoestratégia. A geoestratégia pode ser entendida como a área (ou subárea da geopolítica) que estabelece diretrizes para uma Política de Segurança Nacional fundamentada nos fatores geográficos do país. Os autores que a consagraram foram: Spykman, Weigert e Strausz Hupé.

Ao formular as condições para que o Estado germânico se fortalecesse Haushofer adaptou, antagonicamente, as ideias de Mackinder para o contexto alemão. O alemão fundamentou suas percepções nas teses de Ratzel e Kjellén, no entanto, a teoria de Mackinder influenciou de maneira decisiva a sua doutrina geopolítica. A ideia central de Haushofer foi estabelecer um bloco transcontinental euroasiático (União Soviética, China, Índia e Japão) comandado pela Alemanha que anulasse a hegemonia mundial da Inglaterra. O acesso do bloco euroasiático à condição de supremacia mundial seria a realização do prenúncio de Mackinder, pode-se dizer que o comando do *heartland* mackinderiano pela Alemanha foi a principal motivação de Haushofer. O geopolítico alemão viu o desmoronamento do bloco euroasiático, em 1941, quando a invasão da União Soviética mudou os rumos da Segunda Guerra Mundial e fez com que os nazistas sofressem dura derrota. Não podemos deixar de mencionar que Haushofer também foi um leitor de Clausewitz, mais do que isso, foi um incentivador da leitura do general prussiano. Karl Haushofer certa vez entregou um exemplar de *Da Guerra* a alguns prisioneiros políticos nazistas, e escreveu para um deles, Rudolf Hess (1894-1987): ‘Lembre-se da palavra de Clausewitz, de modo que você mesmo possa despertar a nação alemã de novo para a vida’ (HAUSHOFER apud STRACHAN, 2008, p.26).

A ruína prática da teoria geopolítica de Haushofer não fez com que ela caísse no esquecimento, pois Nicholas J. Spykman fez uso das ideias do alemão para formular a sua tese do “*rimland*”. Nicholas John Spykman foi um renomado professor da Universidade de Yale, responsável pelo desenvolvimento da conhecida teoria do *rimland* (“região das

fimbrias”), também conhecida como estratégia de contenção, tese essa que serviu de base para a fabricação da Doutrina de Segurança dos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial. Spykman foi defensor de uma política intervencionista norte-americana tanto na Europa quanto na Ásia, contrariando a ideia de alguns estrategistas que defendiam a hegemonia dos Estados Unidos apenas no âmbito do Continente Americano em relação ao equilíbrio de poder na Europa e na Ásia. A América do Norte estaria vulnerável às invasões provenientes tanto do Hemisfério Ocidental (Europa) quanto do Hemisfério Oriental (Ásia). Apesar de uma posição geográfica privilegiada e uma posição estratégica favorável no Continente Americano, a tridimensionalidade dos conflitos armados (devido ao desenvolvimento dos poderes terrestre, naval e aéreo) ameaçaria, inevitavelmente, a segurança da Nação. Dessa forma, a macroestratégia norte-americana deveria estar baseada na teoria do *rimland*, ou poder periférico, tendo como resultado o desenvolvimento do poder aéreo e naval, garantindo a supremacia nos mares e oceanos.

A estratégia de segurança dos Estados Unidos deveria prever a criação de bases navais situadas no Hemisfério Norte (região do globo terrestre que concentraria os principais centros do poder mundial). A primeira base deveria situar-se na orla euroasiática, ou seja, em países fronteiriços com o *heartland*, a fim de conter a expansão soviética para a periferia do continente euroasiático. O controle político e militar do *heartland*, por parte da União Soviética, representaria o domínio dos recursos demográficos e naturais da eurásia e, por conseguinte, a chance de controlar o mundo. A política externa intervencionista a ser posta em prática pelos Estados Unidos da América seria concebida como uma defesa de sua soberania e de sua segurança estratégica. A partir dos conceitos expostos por Spykman três fundamentos podem ser considerados essenciais na Política de Segurança dos Estados Unidos da América: (1) Garantir o equilíbrio de poderes na eurásia para não permitir o estabelecimento de um centro de poder demasiadamente importante no extremo Oriente e na Europa; (2) Conservar uma posição de irrefutável supremacia no Ocidente; (3) Impossibilitar o domínio do *rimland* pelos comunistas (MELLO, 1997; TOSTA, 1984).

Com a crescente evolução da tecnologia a conquista dos ares tornou-se essencial no cenário bélico mundial. Um dos maiores entusiastas do desenvolvimento tecnológico e da ascensão do poder aéreo foi Giulio Douhet (1869-1930)<sup>64</sup>. Suas ideias influenciaram a concepção e desenvolvimento do poder aéreo de diversos países, especialmente, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial levaram Douhet a refletir

---

<sup>64</sup> Alguns teóricos do poder aéreo leram e mencionaram Clausewitz, por exemplo, Robin Higham e Alexander de Seversky, mas Douhet nunca citou Clausewitz (BASSFORD, 1994).

sobre a força que o combate aéreo havia adquirido a partir daquele momento. Com o uso do avião militar o combate não permaneceria mais restrito ao campo de batalha, pois a ação poderia ser realizada além da abrangência das armas de fogo terrestre e navais. Douhet apresentou duas causas pelas quais a luta poderia ser benéfica para uma nação que dominasse os ares: primeira – ela ofuscará o Exército e a Marinha do oponente e estará em condições de prover uma boa atuação de seu poder terrestre e marítimo; segunda – ela poderá desencadear ataques que, apesar de não invalidar totalmente as resistências do inimigo, poderiam ocasionar intensos prejuízos. Mesmo que só o primeiro quesito fosse atendido, o serviço de uma Força Aérea seria fundamental em uma guerra. Mas, caso a Força Aérea de uma dada Nação conseguisse, concomitantemente, atender às duas condições, ela determinaria, exclusivamente, o fado da guerra.

### **2.1.2 Crise da geopolítica clássica**

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a geopolítica entrou em crise, passando a ser vista, pelo menos até meados de 1970, como um recurso intelectual obsoleto utilizado pelos países derrotados (Alemanha, Itália e Japão) no conflito mundial para justificarem a sua política de domínio e expansão territorial. Viveu-se uma interrupção dos estudos geopolíticos em alguns países ocidentais (Alemanha, França e Estados Unidos), falar ou escrever sobre geopolítica era algo condenável, especialmente, nos meios acadêmicos e científicos. No entanto, em alguns países da América do Sul (Brasil, Chile e Argentina), a geopolítica manteve sua continuidade e importância, embasando, inclusive, políticas territoriais. Em finais da década de 70 e início da década de 80, a geopolítica voltou à ordem do dia, contudo, os assuntos debatidos pela área não eram mais aqueles que preocuparam Kjellén, Ratzel, Mahan, Mackinder, Haushofer, Spykman e Douhet (poder terrestre *versus* poder marítimo; *heartland*; as resoluções necessárias para que um Estado venha a ser uma potência mundial). A nova conjuntura internacional ocasionou outros tipos de preocupação, tais como: o embate entre capitalismo e socialismo, Guerra Fria – causas e consequências –, possibilidades de uma terceira Guerra Mundial e a corrida armamentista.

## **2.2 A teoria geopolítica no Brasil**

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 marcaram o surgimento dos primeiros estudos sobre a geopolítica, sendo o país um dos pioneiros na área. A teoria geopolítica no Brasil pode ser dividida em cinco períodos distintos: 1º: décadas de 1920 e 1930 – anos iniciais da geopolítica no país; 2º: período da Segunda Guerra Mundial – amadurecimento e afirmação da geopolítica brasileira; 3º: surgimento da ESG – quando os estudos foram essencialmente doutrinários e marcados pela atmosfera da Guerra Fria, tal período se prolongou até o ano de 1964; 4º: caracterizou-se pelo acesso dos militares ao governo do Estado – nesse tempo os estudos não eram voltados exclusivamente para a ideia de segurança e desenvolvimento, mas também era forte a preocupação com o fato de o Brasil tornar-se uma grande potência mundial; 5º: refere-se às décadas de 1980 e 1990 – mediante as crises e dificuldades (políticas, econômicas e sociais) enfrentadas, os geopolíticos passaram a ver com um olhar distante a ideia ambiciosa da ascensão brasileira ao posto de país de “primeiro mundo” (MIYAMOTO, 1995).

### **2.2.1 Travassos e o *heartland* sul-americano**

O primeiro período da geopolítica brasileira foi marcado por um reduzido número de estudiosos, contudo, produziram-se trabalhos de relevância para a área. Os mais influentes pensadores foram: Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mario Travassos e Francisco de Paula Cidade. Entre eles ficou evidente a distinção entre a escola determinista e possibilista: os três primeiros defendiam a tradição determinista e, os dois últimos a possibilista. Cabe destacar que o pensamento de Ratzel (geopolítico determinista) foi influente em todos os autores supracitados, sendo, no entanto, distintas as interpretações a cerca do pensamento do alemão. Os primeiros impulsos de estudos geopolíticos no Brasil emanaram da valorização, no sentido ratzeliano, do espaço geográfico, além disso, houve a preocupação com as problemáticas inerentes à divisão administrativa, localização ideal da capital e fortalecimento das regiões limítrofes (FREITAS, 2004). Enfatizaremos, deste período, a importância da obra de Mario Travassos para o desenvolvimento da geopolítica no Brasil. Nos primeiros geopolíticos brasileiros não encontramos menção à Clausewitz, contudo, julgamos que seja relevante delinear os primeiros passos e as preocupações desta teoria no Brasil.

Mario Travassos foi um divisor de águas na geopolítica brasileira, pois estruturou uma análise consistente sobre o papel a ser exercido pelo Brasil em termos internacionais, principalmente, na América do Sul (FREITAS, 2004; MELLO, 1997). O foco de seu trabalho

foi pensar a função que o país poderia desempenhar no continente latino-americano, analisando, excepcionalmente, os potenciais geográficos que o território oferecia. Travassos assinalou a presença de dois antagonismos geográficos na América do Sul: Atlântico *versus* Pacífico e Amazonas *versus* Prata. A primeira incompatibilidade sul-americana, expressa pelo conflito entre os oceanos Atlântico e Pacífico, distinguiu o predomínio do primeiro, com o “papel de polo dominante como eixo da civilização ocidental e via de comunicação por excelência entre o Novo e o Velho Mundo” (MELLO, 1997, p. 58). Já o Pacífico foi considerado um litoral inóspito, sem grandes vias de comunicações marítimas. A segunda problemática expôs a oposição entre dois sistemas fluviais, o Amazonas e o Prata. Neste antagonismo ficou manifesto a rivalidade entre o Brasil e a Argentina pelo domínio do continente sul-americano (MELLO, 1997). Travassos destacou a ameaça contida em uma possível ligação entre Buenos Aires – La Paz, o que constituiria a ascensão da Argentina. A “união” entre essas duas capitais era preocupante devido ao papel central do planalto boliviano na teoria desenvolvida por Mario Travassos. A pedra de toque para a decisão das incompatibilidades sul-americanas encontrava-se no planalto boliviano que, por sua localização estratégica, no centro do continente, era visto como o *heartland* da América do Sul. Travassos foi visivelmente influenciado pela teoria de Mackinder, adaptando-a para o contexto sul-americano, no qual o planalto boliviano recebeu importância equivalente à do *heartland* euroasiático (MIYAMOTO, 1981)<sup>65</sup>.

O intuito de Travassos era formular uma política de comunicações, apoiada em um aparelho plural de transportes – ferroviário, hidroviário, marítimo, aéreo e rodoviário – que pudesse garantir, ao mesmo tempo, a unidade territorial do Brasil e a articulação de suas distintas regiões. Na visão de Travassos, o sucesso desta política permitiria ao Brasil alcançar a proeminência política, econômica e social dentro da América do Sul. Resumindo, as linhas gerais da geopolítica de Travassos foram: soberania da encosta atlântica e da bacia amazônica; comando do triângulo estratégico boliviano e do “*heartland*” continental; neutralização da bacia do Prata e influência sobre os países mediterrâneos; fortalecimento do Brasil longitudinal e, certamente, a projeção continental do país (MELLO, 1997).

---

<sup>65</sup> No altiplano boliviano estava centrado o triângulo estratégico formado pelas seguintes localidades: Cochabamba – Santa Cruz – Sucre. O controle dessa região era essencial para a decisão do conflito Amazonas – Prata. E como o Brasil poderia sair vitorioso na conquista do *heartland* sul-americano? O centro de gravidade, Cochabamba, deveria ser deslocado para Santa Cruz, cidade localizada na fronteira oeste do Brasil. Após tal mudança estratégica seria necessária a construção de uma ferrovia que ligasse Santa Cruz aos rios Madeira – Mamoré, a qual faria a vinculação fluvial entre o triângulo boliviano e a bacia amazônica.

### 2.2.2 Lysias Rodrigues e os *puncti dolentes* da América do Sul

A geopolítica se afirmou no país entre as décadas de 1940 e 1950, com os estudos de: Fernando Antônio Raja Gabaglia, Moisés Gikovate, Lysias Rodrigues, Canabarro Reichardt e Leopoldo Nery da Fonseca. Os temas mais debatidos foram: divisão territorial, fronteiras e a mudança da capital federal. Este período pode ser considerado como um dos mais férteis da geopolítica brasileira (MIYAMOTO, 1981). Entre os pensadores supracitados destacou-se Lysias Rodrigues (1896-1957), autor da obra *Geopolítica do Brasil* (1947). Dois nomes da geopolítica brasileira foram influentes na construção da teoria de Rodrigues: Backheuser (ao pronunciar-se sobre a remarcação territorial do Brasil e a mudança da capital federal para o interior do Brasil) e Travassos (no concernente às fronteiras terrestres nacionais e a função do Brasil no cenário geopolítico sul-americano). A análise geográfica de Rodrigues distinguiu a existência de três “*puncti dolentes*” na América do Sul, localizados nas fronteiras terrestres do Brasil<sup>66</sup>. Os “*puncti dolentes*” presentes nos limites territoriais brasileiros são: Iguazu – fronteira entre o Brasil e Argentina; Bolívia – localizada no triângulo geopolítico de Travassos, constituído pelas cidades de Cochabamba – Santa Cruz – Sucre; Letícia – encontrada na região Amazônica, no ponto de intercessão fronteiriço do Brasil, Peru e Colômbia.

Havia possibilidade de o Brasil tornar-se uma supremacia no continente sul-americano, e Rodrigues defendeu, convictamente, a coroação do país como a potência líder da América do Sul. A concepção de país dirigente na área sul-americana – baseada na extensão territorial e na densidade populacional de um Estado – teve influência da teoria ratzeliana dos grandes espaços (MELLO, 1997). A tese de Ratzel baseou-se na concepção de que o mundo seria controlado por um Estado-suserano em torno do qual girariam alguns pequenos Estados-vassalos. O Brasil, com seu grande território, alta densidade demográfica e potencialidade econômica, tinha o direito de defender o status de Estado-suserano da América do Sul, este foi o ideal exposto por Lysias Rodrigues em seu livro *Geopolítica do Brasil*. Mais do que Nação hegemônica, o Brasil deveria tornar-se um “subnúcleo geopolítico da América

---

<sup>66</sup> “*Punctum dolens*” é uma área crítica que por seu posicionamento geopolítico estratégico constitui local apropriado para deflagrar uma confrontação militar entre países (MELLO, 1997). Em face da Guerra Fria que se anunciava, e do evidente conflito Oriente *versus* Ocidente, houve uma crescente apreensão com a área denominada “boca da Amazônia”, correspondente à cidade de Belém do Pará. A solução apontada pelo geopolítico brasileiro foi a anexação da Guiana Francesa ao norte do Amapá, o que garantiria uma defesa eficiente do Brasil Amazônico. Esta inquietação foi fundamentada na ideia do “expansionismo soviético”, pensamento em voga naquela situação e que foi expressa nas obras de outros brasileiros, especialmente, Golbery do Couto e Silva.

do Sul”, fazendo parte do “núcleo geopolítico do Atlântico”. Para que tal fato pudesse tornar-se realidade era necessário que o país fosse aliado dos Estados Unidos da América. Veremos adiante, que o conceito de aliança com os Estados Unidos é um consenso teórico entre Lysias Rodrigues e Golbery do Couto e Silva.

### **2.2.3 Criação da Escola Superior de Guerra: a inquietação com a Segurança Nacional**

O terceiro período da geopolítica brasileira foi caracterizado pela criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e também pelo crescente clima de tensão entre Ocidente e Oriente. Nesse ínterim surgiu uma nova leva de estudiosos que marcaram a escola geopolítica do país: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, João Baptista Magalhães, Waldyr Godolphim e Aurélio de Lira Tavares. A segurança nacional foi temática recorrente, essencialmente, nas reflexões de Golbery do Couto e Silva, um dos mentores da ESG. Osvaldo Cordeiro de Farias (1901-1981), um dos membros criadores da Escola, ressaltou a importância de ponderar-se a segurança nacional, sobretudo, mediante a conjuntura de guerra. Seria imprescindível a invenção de uma organização governamental para tratar adequadamente dessa problemática, eis um dos desígnios centrais da ESG: a elaboração de uma Política de Segurança Nacional.

A origem da Escola Superior de Guerra está relacionada a um curso de Alto Comando, instituído em 1942 pela Lei do Ensino Militar e que se designou exclusivamente a generais e coronéis do Exército (ARRUDA, 1980). O Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de fevereiro de 1942, regulou o Ensino Militar no Exército e o curso de Alto Comando foi estabelecido pelos artigos 30 e 31 deste mesmo Decreto-Lei. As finalidades maiores do curso foram o estudo das ações concernentes ao uso das grandes unidades estratégicas e a direção da guerra. O curso seguiu até 1948 quando foi criada a Escola Superior de Guerra, “primeira ESG”, que teve a função de ministrar o curso de Alto Comando da Lei de Ensino Militar, extensivo aos oficiais das três Forças Armadas (ARRUDA, 1980). O curso foi instituído sob a inspiração da Segunda Guerra Mundial e na eminência de um novo conflito, a Guerra Fria. O Brasil colocou-se em posição de defesa do bloco ocidental, representado pelos Estados Unidos da América. Pode-se dizer que o instituto nasceu com ênfase nos assuntos políticos e militares daquele momento.

Novos ares dominaram a Escola a partir de 1949 quando o General Salvador César Obino em viagem aos Estados Unidos conheceu o *National War College* e obteve a oferta de uma Missão Militar para apoiar a implantação da escola de guerra que “surgia” no Brasil. Os

mentores da Escola Superior de Guerra (general Osvaldo Cordeiro de Farias, coronel Sady Folch, coronel aviador Ismar P. Brasil, tenente coronel Affonso Henrique de Miranda Corrêa, capitão de fragata Celso A. de Macedo Soares Guimarães e tenente coronel Idálio Sardenberg) não acharam conveniente que a ESG copiasse os passos do *National War College*, visto que vivendo os norte-americanos em um país desenvolvido podiam pensar essencialmente nas questões de guerra, o que não aconteceria no Brasil. A escola de guerra brasileira deveria preocupar-se não só com a preparação para a guerra, mas sua tarefa seria também a de desenvolver uma elite capaz de solucionar os problemas políticos da Nação em tempos de paz.

Através da Lei nº 785, de 20 de Agosto de 1949, oficializou-se em termos concretos a Escola Superior de Guerra, a “segunda ESG” (ARRUDA, 1980). A partir de tal data a escola não era mais restrita a militares e passou a incorporar civis que tivessem papel proeminente na orientação e efetivação da Política Nacional. A criação da escola está relacionada ainda à participação da Força Expedicionária Brasileira (junto ao contingente norte-americano) em campos italianos na Segunda Guerra Mundial. A desigualdade de meios técnicos e humanos brasileiros em frente às Forças Armadas dos Estados Unidos levou à tomada de consciência por parte dos oficiais brasileiros do imperativo de uma atualização das doutrinas, planejamentos e padrões militares vigentes, como também na logística e equipamentos das tropas (FREITAS, 2004). Muitos oficiais brasileiros chegaram a manifestar a convicção de que somente com um crescimento econômico célere o Brasil poderia desenvolver um aparato militar adequado a sua grandeza territorial, tal como demonstrado pelo poder e superioridade do Exército norte-americano.

Desde sua gênese a ESG foi pensada como um “centro de formação de elites militares e civis que tinha como objeto de estudo a habilitação ao exercício de cargos de alta responsabilidade na administração pública e no setor privado” (FREITAS, 2004, p. 59). Mas, a ambição central da ESG parecia ser a de intervir efetivamente no destino do país quando julgasse, segundo suas convicções, necessário, como proposto por Shiguenoli Miyamoto: “A Escola Superior de Guerra sempre arrogou a si o papel de guardião da sociedade, tendo a seu cargo a proteção dos valores culturais e espirituais da nação contra o perigo comunista” (MIYAMOTO, 1995, p. 84). A ideologia da ESG era atrelada à doutrina norte-americana de contenção do expansionismo soviético comunista e, principalmente, a guerra à subversão interna, que era vista como uma ameaça aos regimes políticos da América do Sul.

Um novo conceito de guerra marcou a fundação da ESG. A 1º e 2º Guerra Mundial evidenciaram que a guerra não era mais um assunto somente de competência das Forças



Armadas, atingia todo o povo. A Guerra Fria e a guerra revolucionária também trouxeram novas concepções ao fenômeno da guerra. Na visão dos esguianos, tais conflitos buscavam o domínio progressivo da Nação, através do desmoroamento gradual de seus valores, Instituições e do seu moral (ARRUDA, 1980). Conclui-se que a visão de defesa já não parecia mais adequada e suficiente para proteger a população desses perigos e, então, um novo conceito foi adotado: segurança nacional. Coube à ESG o estudo e aplicação desse elemento “inovador”. O conceito de segurança nacional foi proposto por um dos comandantes da Escola Superior de Guerra, general Juarez Távora (1898-1975), que assumiu a direção da ESG em 1952<sup>67</sup>:

“Maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos” (TÁVORA apud ARRUDA, p. 20).

A concepção de segurança nacional é vinculada a visão de segurança do mundo ocidental, papel que foi delegado aos norte-americanos, através seu status de Nação defensora do Ocidente. Até mesmo os estudos referentes às condições geopolíticas brasileiras foram marcados por esse forte viés de segurança.<sup>68</sup> A segurança nacional é voltada para o imperativo de se dotar o país de condições necessárias à proteção e segurança, não somente do território, mas também da sociedade, e é nos objetivos nacionais que a segurança nacional encontra seus sustentáculos. Os objetivos nacionais são as necessidades da Nação, tanto as de longo prazo, quanto as mais conjunturais, e obedecem à seguinte denominação: os objetivos nacionais permanentes e os objetivos nacionais atuais, referidos como ONP e ONA, respectivamente. Os ONPs são mencionados pela ESG como elementos relativamente estáveis, concebidos para situações de aspectos longínquos, o que não significa que não são passíveis de alterações. Os ONAs são dados de acordo com as circunstâncias vivenciadas em determinados momentos históricos. A finalidade dos objetivos, os ONPs e ONAs, é instituir medidas que proporcionem ao país alcançar um grau de desenvolvimento econômico. Para a ESG, a concretização dos objetivos provoca o fortalecimento do Poder Nacional, o que significa projetar o país internacionalmente, o dotando do título de potência mundial.

<sup>67</sup> No ano de 2009, o Manual Básico da ESG expôs o seguinte conceito de segurança nacional: “É a sensação de garantia para a Nação, da conquista e manutenção dos seus Objetivos Fundamentais, proporcionada pela aplicação de seu Poder Nacional” (Manual Básico da ESG, 2009, p. 69). Nota-se a supressão da preocupação com a ameaça comunista.

<sup>68</sup> Nessa ocasião culminaram duas importantes vias de publicação de estudos doutrinários da geopolítica: *Segurança & Desenvolvimento* e *A Defesa Nacional*, esta última, teve na década de 50, mais especificamente no ano de 1958, uma seção criada por Octavio Tosta apenas para tratar de assuntos geopolíticos.

O Poder Nacional, para a ESG, é indivisível e está embasado em quatro componentes: o político, o econômico, o militar e o psicossocial. É por mediação desses elementos que se institui a organização social, política e econômica do país e, que também se analisa a competência do país em responder ou não às suas obrigações, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, seja em conflitos exteriores ou em crises internas. O Poder Nacional, logo, é um conceito abrangente, e, por sua relevância na estratégia de planejamento, transforma-se em um dos pilares da Política Nacional. A segurança nacional e o desenvolvimento econômico brasileiro constituíram os assuntos primordiais debatidos pelos estudiosos geopolíticos vinculados à ESG, tal como se pôde notar nos escritos de Golbery do Couto e Silva, um dos mais conhecidos representantes da geopolítica brasileira.

#### **2.2.4 Golbery do Couto e Silva: a geopolítica da aliança entre Brasil e Estados Unidos da América**

A principal obra de Golbery foi *Aspectos Geopolíticos do Brasil* (1976), que reuniu os principais trabalhos do autor produzidos entre os anos de 1950 e 1960. A teoria geopolítica de Golbery foi baseada nas compreensões de segurança nacional, sendo esse o tema central de suas obras. É nos estudos elaborados por Golbery que localizamos as linhas axiais do pensamento esguiano que serviram de sustentáculo para a implantação de uma Política Nacional de Segurança (MIYAMOTO, 1995). Seus escritos foram marcados pelo clima internacional dos anos de 1950 e 1960: emergência das superpotências; bipolarização Ocidente – Oriente; auge da Guerra Fria e pela política de contenção dos Estados Unidos em relação à União Soviética (MELLO, 1997). Assim como nos outros autores da escola geopolítica brasileira, há em Golbery o influxo das ideias geopolíticas clássicas, tendo forte peso em seu pensamento as teorias de: Ratzel, Mackinder, Spykman, Mahan e também Haushofer. Observamos ainda a influência das teses dos primeiros geopolíticos brasileiros, primordialmente, Mario Travassos (MELLO, 1997; FREITAS, 2004).

O coronel Golbery do Couto e Silva foi claro defensor de uma aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, pois o país como participante do hemisfério Ocidental deveria unir forças ao combate do expansionismo comunista no mundo. Tal como Lysias Rodrigues, Golbery requisitava o status de aliado preferencial no continente sul-americano, “Golbery vislumbra para o Brasil a condição de ‘satélite privilegiado’ ou de ‘gendarme regional’ dos Estados Unidos no controle dos Estados-vassalos do continente e no patrulhamento do Atlântico Sul” (MELLO, 1997, p. 111). A aproximação brasileira com os norte-americanos foi buscada

como um ideal na geopolítica de Golbery e foi um fato concretizado pelo governo militar do marechal Castello Branco. “Esse mundo ocidental, que em Golbery do Couto e Silva era uma noção ideal, para Castello Branco converteu-se em um mundo real, estabelecido fisicamente com prioridades, e delimitado em termos geográficos” (MIYAMOTO, 1995, p. 113). O sonho de Golbery de uma aliança preferencial com os Estados Unidos foi concretizado através do governo de Castello Branco (1964-1967), pois o mesmo incorporou o discurso norte-americano apreendido através da Missão Militar Americana (MMA) e da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial e passou a defender a união do Brasil aos Estados Unidos como ideal para a defesa do mundo ocidental cristão.

Golbery do Couto e Silva também foi um leitor de Clausewitz, em suas palestras para a Escola Superior de Comando e Estado-Maior citou o general prussiano algumas vezes. Couto e Silva apropriou-se de alguns conceitos clausewitzianos, sobretudo a relação entre guerra e política, para analisar qual seria a Política de Segurança Nacional adequada para o Brasil tanto em tempos de paz, quanto em tempos de guerra. A leitura de Golbery sobre Clausewitz é cabível com os anseios de seu tempo, da preocupação com o inevitável conflito Ocidente *versus* Oriente e as consequências para o Brasil. Talvez por tal fato seja recorrente nessa obra, *Planejamento Estratégico* (1955), a tentativa do general em entender o fenômeno da guerra, ressaltando que esta é como disse Clausewitz, “um instrumento da política – um grave meio para um fim também grave” (SILVA, 1981, p.264).

### **2.2.5 Os militares no governo: a aspiração pelo desenvolvimento econômico**

A quarta era da geopolítica apresentou a ascensão dos militares ao governo, sendo que, nesse momento a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), elaborada pela ESG, encontrou a oportunidade esperada para sua aplicação e ampliação<sup>69</sup>. Esse período foi marcado pelos sucessos e declínios da ESG quanto à sua influência nas decisões governamentais. Seu auge deu-se no período do governo Castello Branco, o qual “recorria à doutrina esguiana para estabelecer as diretrizes para a conduta da política externa brasileira” (MIYAMOTO, 1995, p. 12). Já a decadência da Escola Superior de Guerra ocorreu nos governos de Costa e Silva e Médici, quando “verificou-se que várias medidas tomadas por

---

<sup>69</sup> Na década de 50 foi formulada pela ESG a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A geopolítica foi empregada como um dos temas que apoiaram a construção desta doutrina que abarcou as seguintes temáticas: segurança nacional, objetivos nacionais, poder nacional, estratégia nacional, política nacional e desenvolvimento nacional.

esses dois governos não obedeceram aos princípios ditados pela Escola Superior de Guerra” (MIYAMOTO, 1995, p. 14)<sup>70</sup>.

Nesse período o número de estudos na geopolítica brasileira é inexpressivo, sendo que os principais autores correspondem aos já citados na terceira fase. Um tema em particular nos interessa: a ideia do Brasil-Potência. Com a mudança da política exterior brasileira que passou a priorizar o comércio internacional, o país focou a ambição de tornar-se uma grande potência mundial, fato que mudou o viés dos estudos geopolíticos nessa ocasião. O desejo de um Brasil-Potência acabou por levar a atenção dos geopolíticos para uma reflexão maior sobre as potencialidades econômicas do país.

O enfoque dado pelos estudos nesse período, principalmente aqueles realizados pelo general Carlos de Meira Mattos, privilegiou em especial a projeção do país. Esses trabalhos encontraram inspiração não apenas na posição estratégica do espaço nacional, mas principalmente através das potencialidades econômicas que o país detém, seja no campo da energia, pelo Produto Nacional Bruto, seja pela capacidade industrial (MIYAMOTO, 1995, p. 18).

O general Carlos de Meira Mattos foi um dos maiores entusiastas da viabilidade do país chegar ao status de potência mundial. Em suas obras, através da apresentação de inúmeros dados estatísticos, Meira Mattos tentou comprovar a viabilidade de o Brasil tornar-se uma potência mundial até o ano 2000<sup>71</sup>. Foi, então, uma constante na geopolítica brasileira e mundial da década de 70 a preocupação com fatores mais ligados a economia política, tais como: tecnologia, energia, capital, recursos humanos e utilização de terras nacionais. Com a crise da geopolítica clássica, os temas debatidos tornaram-se diversos. Com o auge da globalização e constante abatimento dos Estados nacionais e com a eminente revolução técnico-científica e seus efeitos sobre os poderes dos Estados, os pressupostos capitais da geopolítica “envelheceram” e caíram em progressivo desuso (VESENTINI, 2000). Ou seja, a partir da década de 70, veremos uma geopolítica brasileira interessada em compreender como os elementos econômicos e políticos seriam decisivos na construção de um Brasil poderoso e mais independente.

## 2.2.6 O peso da geopolítica no meio acadêmico

---

<sup>70</sup> Meira Mattos expressou opinião divergente a de Miyamoto ao afirmar que a DSN teve apoio dos presidentes militares, pois grande parte deles pertenceu aos quadros da Escola (MEIRA MATTOS, 2002).

<sup>71</sup> Em um dos seus últimos livros, *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira (2002)* Meira Mattos considerou que até o ano de 2020 o Brasil alcançaria o status de potência mundial.

O quinto e último período foi caracterizado pelo fim do governo militar e pelo processo de redemocratização do país nas décadas de 80 e 90. Nessas décadas as temáticas discutidas pela geopolítica abarcaram as questões do Atlântico Sul e até a mudança da capital do país. É também nos anos 80 que a geopolítica é reconhecida, no Brasil, pelo meio acadêmico, passando gradualmente a ganhar apreciações sólidas e críticas, destacando-se os seguintes autores: Manuel C. Andrade, André R. Martim, Leonel Itaussu de Almeida Mello, Geraldo L. Cavagnari Filho (que também era militar) e Terezinha de Castro. Muitos dos assuntos debatidos anteriormente foram apreciados por essa geração de pensadores, mas novos tópicos também foram abordados: regionalização, globalização, divisão do território, federalização, divisão social do trabalho, industrialização, investimentos em ciência e tecnologia, indústria bélica, preenchimento de território, questão populacional, proteção das fronteiras, do meio ambiente e das riquezas minerais.

A partir da importância da teoria geopolítica no Brasil tentaremos expor qual foi o espaço concedido a Clausewitz durante o terceiro e quarto período da geopolítica (marcado pelo período da Guerra Fria), mais precisamente, exploraremos a relação de um proeminente geopolítico brasileiro com o general prussiano Carl von Clausewitz: o general Carlos de Meira Mattos.

### **2.3 Meira Mattos, leitor de Clausewitz**

Além de dedicar-se à carreira das armas desde 1933, quando assumiu o posto de cadete no Exército brasileiro, o general Carlos de Meira Mattos também apostou em uma carreira acadêmica, alcançando no ano de 1983 o título de doutor em Ciência Política pela Universidade Mackenzie, com a tese que foi publicada em 1984 sob o título: *Geopolítica e Trópicos*. Meira Mattos seguiu com a produção de várias outras obras sobre geopolítica e, ao mesmo tempo, ainda era atuante nos maiores centros do Exército: comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e chefe de divisão de assuntos políticos da Escola Superior de Guerra. Além disso, atuou fora do Brasil como vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, e comandante da Brigada Latino-Americana da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana. Desde 1977 ele também atuava como diretor do curso de Especialização em Estudos Brasileiros (Pós-Graduação), na Universidade Mackenzie, em São Paulo. Algumas temáticas foram centrais nas obras de Meira Mattos: conceito de grande potência, projeção internacional do

Brasil, teoria de fronteiras, defesa nacional, origem das guerras, energia nuclear e educação<sup>72</sup>. Clausewitz foi apropriado por Meira Mattos nas questões de guerra e estratégia militar, além de poder e política, relacionados esses itens levam ao tema-maior do general Mattos: a ideia do “Brasil-Potência”.

Meira Mattos parece-nos ser um dos pioneiros em lançar mão não somente das obras de Clausewitz, mas também de seus principais comentadores, principalmente Raymond Aron. Nas obras do general brasileiro, como veremos, é visível a importância conferida ao teórico prussiano. São recorrentes em seus trabalhos diversas citações de *Da Guerra*. Ao efetuar a análise de duas obras do geopolítico brasileiro – *A Geopolítica e as Projeções do Poder (1977)* e *Estratégias Militares Dominantes – Sugestões para uma Estratégia Militar Brasileira (1986)* – procuraremos evidenciar o espaço concedido ao general prussiano no pensamento de Meira Mattos. O primeiro texto do general Mattos buscou a teoria clausewitziana para evidenciar a relação intrínseca entre os elementos: geopolítica, política e poder. Já a segunda obra do autor fez o elo entre a teoria geopolítica e a estratégia de Clausewitz. Veremos uma distinção entre as apropriações de Clausewitz nestes dois livros: no primeiro, Meira Mattos está mais focado na sua ideia de elevar o Brasil aos status de potência mundial, utilizando-se de Clausewitz para embasar o seu pensamento sobre a importância do poder nacional para alcançar este desígnio. No segundo livro, Carlos de Meira Mattos dá mais espaço a teoria de Clausewitz, sem uma preocupação maior com a sua tese de Brasil-Potência.

### 2.3.1 Guerra e política em Clausewitz: a importância do poder político

Na obra, *Geopolítica e as projeção do poder (1977)*, Meira Mattos escreveu sobre a impossibilidade de dissociação dos termos geopolítica, poder e política, visto que, “a geopolítica é a aplicação da política aos espaços geográficos; aplicação da política é poder” (MEIRA MATTOS, 1977, p. 15). Tal como em *Brasil: Geopolítica e Destino*, livro publicado em 1975, o desenvolvimento econômico, social e político que permitiria a concretização do status de potência mundial ao Brasil foi o tema central desta obra<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> O envolvimento de Meira Mattos com a educação pode ser comprovado através de sua participação na Comissão Meira Mattos, presidida pelo mesmo entre 11 de janeiro a 8 de abril de 1868. Essa Comissão foi criada pelo Presidente da República com a função de bloquear as atividades do movimento estudantil, além de fornecer uma análise sobre a situação das universidades brasileiras (MACHADO, 2003).

<sup>73</sup> Em 1977 o Brasil era o quinto maior país em superfície, o sexto em população e o décimo em produção econômica. Talvez esses dados estatísticos tenham animado o espírito de Meira Mattos para fazê-lo afirmar que o Brasil poderia se tornar uma das maiores potências mundiais até o ano 2020.

Mattos definiu poder como a capacidade de impor a sua vontade ao outro. Para o general, desde os primórdios da humanidade há essa relação de poder, que distinguiu os povos entre vencedores e vencidos, dominados e dominadores, poderosos e fracos. No entanto, há um entrave ao se falar em poder: o abuso em seu uso. Talvez um dos maiores desafios das sociedades democráticas modernas seja a busca por instrumentos de poder que possam assegurar, ao mesmo tempo, autoridade e liberdade (MEIRA MATTOS, 1977). Meira Mattos igualmente considerou a importância do conceito de poder para a Escola Superior de Guerra – ESG<sup>74</sup>. A ESG pensou o poder como indivisível, manifestando-se em distintos campos das atividades humanas com expressão própria. Com pretensões didáticas, a ESG aborda o poder em quatro expressões distintas: política, militar, econômica e psicossocial<sup>75</sup>. Para aprofundar-se na conceituação de poder, mais precisamente, do poder político, Meira Mattos conclamou Carl von Clausewitz, utilizando-se da máxima do general prussiano: “a guerra é a própria política realizada por meios violentos”. Para Mattos, Clausewitz “destaca a permanência do poder político na síntese do processo histórico da humanidade” (MEIRA MATTOS, 1977, p. 47). O general Mattos trouxe também, para reafirmar a importância do poder político, a ideia de outros dois pensadores: Lênin e Luddendorff.

Lênin apresentou a ideia de que a política é a guerra realizada por meios não violentos. Já Luddendorff deixou a mensagem da relevância do poder político através do conceito expresso por ele como de guerra total, que seria a união entre unidade espiritual do povo, capacidade econômica, poderio da força armada e qualidade de segurança; a aliança entre esses fatores é que daria uma condução vitoriosa na guerra moderna (MEIRA MATTOS, 1977). Luddendorff ressaltou ainda que a guerra é um ato político de extrema violência. Meira Mattos embasou-se em pensadores da História Militar e Política para dar suporte à ideia de Poder Nacional defendida pela ESG, pois esses autores pensaram a política como essencial nas guerras<sup>76</sup>.

O general enfatizou a importância do desenvolvimento de escolas superiores de guerra em todo o mundo, estas escolas deram novo ânimo na conceituação e mensuração do poder. Segundo Meira Mattos, não há dúvidas de que após o aparecimento dos institutos do nível de

---

<sup>74</sup> Assim como Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos foi um grande enunciador dos princípios da Escola Superior de Guerra.

<sup>75</sup> A subdivisão do poder em expressões é de cunho prático-militar (adotado de forma quase idêntica em outras escolas superiores de guerra). Já no meio acadêmico adota-se os termos: fatores, elementos ou atributos.

<sup>76</sup> O Poder Nacional, essencialmente político, é a soma dos recursos materiais e dos valores psicológicos de que dispõe o Estado, tendo em vista os objetivos que pretende alcançar ou preservar. É exercido através do Estado, por meio de um governo, com a incumbência de, na ordem interna, assegurar o bem-estar a todos os seus habitantes e o progresso do país e, na ordem externa, defender os interesses da nação que representa, no jogo dos interesses internacionais em competição ou conflito (MEIRA MATTOS, 1977, p. 48).

escolas de altos estudos políticos e estratégicos, as pesquisas a respeito dos elementos do poder nacional passaram a ser encaradas com mais objetividade. Após a Primeira Guerra Mundial, países preocupados em entender as consequências desse conflito na esfera do poder, criaram escolas superiores de estudos estratégicos. Meira Mattos destacou que o objetivo destes centros era o estudo da guerra como fenômeno total, tal como pronunciada por Clausewitz e depois por Liddendorff. Os primeiros países a criarem esses centros foram a Inglaterra (1927) e a França (1936). Aqui podemos citar que a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), fundada em 1905, também faz uso da definição de guerra total como um conceito clausewitziano: “Forma ou tipo de guerra na qual os beligerantes empregam todo o seu poder militar disponível, sem restrições quanto aos métodos e engenhos, e mesmo quanto às leis convencionais de guerra” (Vocabulário da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2002). No entanto, Bassford (1994) alertou para o fato de que o termo “guerra total” não pode ser confundido com “guerra absoluta” de Clausewitz. A conceituação de guerra total foi criada por Liddendorff e não se relaciona com a ideia abstrata de guerra absoluta de Clausewitz<sup>77</sup>.

Meira Mattos apresentou seus trabalhos como representativos da Escola Realista da Política Internacional. Dentro das concepções do realismo político, os conflitos mundiais representam transações internacionais. Como não é possível um consenso de interesses entre os estados, não é plausível haver um mundo pacífico, afora onde as disputas e os conflitos possam ser contidos sem violência e transferidos para o domínio da política do poder. Assim, é no poder que as nações localizam uma provável segurança em um ambiente de ameaças internacionais. Ao ver de Meira Mattos, era somente através do desenvolvimento e do poder (que o desenvolvimento propiciaria) que seriam preservadas a segurança e o progresso da Nação. Desta forma, desenvolvimento e poder são meios apontados como fundamentais para o alcance da segurança nacional.

O general Mattos fechou esse ensaio respondendo qual seria sua pretensão em produzir um pensamento geopolítico da problemática brasileira “Aspiramos retirar completamente o país do pântano do subdesenvolvimento e elevá-lo aos parâmetros das sociedades progressistas e estáveis” (MEIRA MATTOS, 1977, p. 137). O general alertou para o fato de não se poder deixar de lado as responsabilidades que o Brasil adquiriria ao tornar-se uma potência mundial. Deveríamos estar preparados para proteger os nossos interesses

---

<sup>77</sup> Esta constatação permite-nos pensar a afirmação de Raymond Aron em *Pensar a Guerra, Clausewitz* (1986) de que a ideia de guerra absoluta ou o princípio do aniquilamento foram mais eficientemente absorvidos do que o conceito da supremacia da política no instrumento militar.



econômicos e geoestratégicos que ganhariam amplitude mundial. Assim sendo, Meira Mattos apostou em uma estratégia de fortalecimento de alianças continentais e extracontinentais, pois além de garantir a nossa segurança poderíamos perseguir a meta de política exterior do Brasil: manutenção da paz no Continente e no Universo.

Podemos dizer que essa primeira leitura de Meira Mattos sobre Clausewitz é mais limitada e reducionista. Ele apropriou-se da concepção clausewitziana de guerra e política apenas para embasar a sua tese de que seria possível o Brasil alcançar o status de potência mundial, sem prestar uma análise mais consistente sobre a teoria clausewitziana. Até mesmo equivocou-se com a ideia de que o termo “guerra total” seria uma criação de Clausewitz. É em sua análise sobre a estratégia que Meira Mattos nos fornecera uma visão mais sofisticada de Clausewitz.

### **2.3.2 Teoria estratégica e política: o elo entre Meira Mattos e Clausewitz**

Meira Mattos iniciou seu trabalho intelectual versando a temática guerra e seus estudiosos, assunto que não admite a exclusão do general prussiano. Clausewitz filosofou sobre a guerra com grande maestria e profundidade, e sua obra basilar *Vom Kriege (Da Guerra)* provocou (e continua a provocar) a admiração de pensadores que vão de Lênin a Raymond Aron, além de Rapoport (MEIRA MATTOS, 1986). O interesse por *Da Guerra* provém do rigor metodológico sobre as “coisas” da guerra – sua gênese, natureza e consequências no contexto histórico e sociológico. Para Meira Mattos, “Clausewitz faz filosofia quando procura compreender a essência do fenômeno bélico e suas derivações no processo existencial da humanidade” (MEIRA MATTOS, 1986, p. 2).

Para ele, a máxima segundo a qual “a guerra é um ato de violência destinado a forçar o inimigo a submeter-se à nossa vontade”, é uma expressão completa e concisa sobre os principais conflitos vivenciados e analisados por Clausewitz: as guerras da Revolução Francesa e as campanhas napoleônicas (MEIRA MATTOS, 1986). Tal apreciação “dominou o espírito dos autores alemães, franceses e russos durante este século e meio que nos separa, hoje, da primeira edição de *Vom Kriege*” (MEIRA MATTOS, 1986, p. 3). No período da Guerra Fria, Meira Mattos revelou-se um leitor de clausewitzianos como Rapoport e Aron, autores que discutimos no capítulo anterior deste trabalho. “Um instrumento da política nacional”, eis a questão essencial da teoria da guerra de Clausewitz para Rapoport (MEIRA MATTOS, 1986). A partir deste axioma Rapoport pesquisou a evolução do conceito de guerra clausewitziano até a contemporaneidade. Aron dedicou atenção ao aspecto político, frisando a

ideia de que a guerra é unicamente um instrumento da política, e “estabelece a clara hierarquia entre o objetivo político e a ação militar ou, sintetizando, entre o poder político e o poder militar” (MEIRA MATTOS, 1986, p. 4).

Marcado pela Guerra Fria, Rapoport defendeu que a acepção clausewitziana da guerra como uma política nacional foi abalada devido à disseminação da teoria marxista sobre os valores do proletariado internacional, pois o sujeito da guerra – política nacional – estaria permeado por concepções internacionalistas da luta de classes (MEIRA MATTOS, 1986). Como vimos no primeiro capítulo, Rapoport criticou Lênin por ter distorcido as palavras de Clausewitz. Raymond Aron contrariou esta teoria, a seu ver, o essencial no pensamento clausewitziano – predominância da violência e da política – continuaria presente (MEIRA MATTOS, 1986). Já para Meira Mattos, o conceito clausewitziano mais popular e referenciado é “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Ao ver de Mattos o divulgador fundamental deste aforismo foi o revolucionário comunista Vladimir Ilitch Lênin. O russo, no entanto, fez a “contraversão” do famoso adágio, declarou a guerra o estado permanente e a política o instrumento transitório (MEIRA MATTOS, 1986).

O general brasileiro não aprofundou as diferenças entre esses três leitores de Clausewitz – Rapoport, Aron e Lênin –, preferindo expor resumidamente as opiniões destes. Assim, com exceção da recusa clara a Lênin, não se pode concluir qual das leituras foi aceita por Meira Mattos. O que se pode afirmar é que o interesse de Meira Mattos foi apresentar as estratégias militares existentes na modernidade, sem, no entanto, descartar a associação com a política.

Para ele, a estratégia não pode ser pensada sem a política.

A Estratégia é uma decorrência da Política, razão porque para conceituá-la devemos antes conceituar a Política. Esta é a arte ou ciência de governar. É a concepção de como governar o Estado. A Estratégia é a arte de executar a Política. Compreende a ação, ou as ações, necessárias para alcançar os objetivos da Política (MEIRA MATTOS, 1986, P. 7).

A estratégia é a aplicação de uma política e existirá uma estratégia para cada política nacional (econômica; psicossocial; militar). A estratégia inerente ao estudo de Meira Mattos é a estratégia militar, que é definida como a arte de conduzir a guerra. Nesse sentido, ele reafirmou que Carl von Clausewitz foi um dos autores que deixou evidente o fato da estratégia ser decorrente da política através da sua máxima ‘a guerra é a continuação da política por outros meios’ (MEIRA MATTOS, 1986). O general prussiano foi, inclusive, um dos primeiros a relatar a mudança da estratégia a partir da Revolução Francesa. As guerras de

gabinete transformaram-se em guerras do povo e a partir de então os conflitos não conheceriam mais limites, seria a prenunciada guerra total de Clausewitz (MEIRA MATTOS, 1986). Novamente a concepção de guerra total é atribuída à Clausewitz:

É o próprio Clausewitz quem antecipa esta evolução do conceito de estratégia quando escreve: A guerra não mais pertence ao domínio das artes ou das ciências, mas se relaciona com a existência social. Ela é um conflito entre grandes interesses decididos pelo derramamento de sangue. Parece-se mais com a Política (MEIRA MATTOS, 1986, p. 9).

Com a Revolução Francesa ocorreram transformações expressivas no caráter da guerra e, conseqüentemente, as estratégias militares também se modificaram. Para Meira Mattos, surgiram, então, no pensamento militar moderno, três escolas estratégicas: estratégia de ação direta, estratégia de ação indireta e estratégia de dissuasão. A estratégia de ação direta, preconizada por Clausewitz, é a estratégia pensada através da batalha direta, do choque inevitável. A estratégia de ação indireta, que teve Liddell Hart como seu defensor, é uma variante da estratégia supracitada. Hart apresentou-se contrário à estratégia, segundo ele, defendida por Clausewitz, e pronunciou a necessidade de se pensar em uma nova estratégia, a de ação indireta: ‘A estratégia perfeita será obter a decisão pela derrota do inimigo e sua rendição sem combate’ (HART apud MATTOS, 1986, p. 12). A estratégia de dissuasão, analisada entre outros, por Beaufre, é aquela na qual a eminência de um confronto nuclear acaba por paralisar o conflito bélico. A saída estratégica, nesse caso, parece vir através de ações políticas e econômicas.

Mattos abriu parênteses para apontar outro tipo de estratégia, a leninista. Lênin adicionou em sua teoria estratégica o elemento político-revolucionário. No conceito de estratégia aplicado por Lênin está a semente da chamada guerra revolucionária, “que visa minar o moral do inimigo ‘atuando essencialmente sob sua mente, através da propaganda, dos atos de terrorismo e de intimação” (MEIRA MATTOS, 1986, p. 13)<sup>78</sup>. A apreensão com a guerra revolucionária foi constante nos oficiais brasileiros no período da Guerra Fria, não constituindo uma característica particular de Meira Mattos<sup>79</sup>.

Um dos maiores ensinamentos de Clausewitz foi a dependência dos objetivos militares aos objetivos políticos, mas leituras equivocadas da obra do general prussiano permitiram a ideia contrária a essa tese.

---

<sup>78</sup> Meira Mattos também publicou um texto para falar sobre a guerra revolucionária, intitulado Operações na Guerra Revolucionária, publicado no ano de 1966.

<sup>79</sup> Para maiores informações sobre a importância da doutrina militar brasileira para o combate da guerra revolucionária, ver Martins Filho (2008).

A compreensão dessa dependência do objetivo militar ao objetivo político não foi alcançada facilmente. Durante todo o século XIX e até o meio da grande guerra (1914-1918), o cânone básico da doutrina militar foi que ‘a destruição das forças principais do inimigo no campo de batalha’ constituía o único e verdadeiro objetivo da guerra. Isso foi aceito em todo o Ocidente e impresso em todos os manuais militares (MEIRA MATTOS, 1986, p. 22).

Meira Mattos distanciou-se do pensamento Liddell Hart sobre Clausewitz e o defendeu de suas veementes críticas, alegando que foram os seguidores deste os responsáveis por deturparem sua teoria, levando-a a extremos não pensados pelo general prussiano.

Segundo Liddell Hart, a influência dos livros de Clausewitz muito contribuiu para fortalecer esse conceito. Mas os discípulos de Clausewitz levaram sua teoria a extremos não desejados pelo mestre (MEIRA MATTOS, 1986, p. 22).

A estratégia militar da ação direta, exposta por Clausewitz, é aquela da destruição da força militar do inimigo, sendo que, a conduta estratégica ideal é a busca do centro de gravidade de suas forças para numa batalha decisiva, destruí-las. Por tal pensamento o prussiano obteve o posto de patrono da ação direta, o que lhe ocasionou diversas críticas no decorrer do tempo, sobretudo do principal advogado da ação indireta, Liddell Hart, que buscou explicar a viabilidade da submissão das forças inimigas, predominando a manobra estratégica e não a batalha. Ao contrário de Hart, Meira Mattos apostou na atualidade da estratégia de ação direta de Clausewitz, com nova aparência, revivida na estratégia de guerra nuclear. Essa tese foi corroborada pelo teórico de maior destaque da estratégia nuclear, general Beaufre: “A estratégia levou aos extremos a forma de ação direta de Clausewitz” (BEAUFRE apud MEIRA MATTOS, 1986, p. 31).

Dada às conceituações e os princípios basilares das estratégias modernas, Meira Mattos defendeu a relevância de um Planejamento Estratégico Militar. Mais uma vez, procurou Clausewitz para embasar suas perspectivas. O general prussiano discorreu sobre a importância do plano de guerra, o qual compreende o ato militar como um todo: previsão de desenvolvimento da guerra, extensão dos meios a serem empregados e o esforço necessário para cada ação. O plano de guerra clausewitziano foi aceito e difundido por renomados pensadores militares do século XX, tais como Liddell Hart e o General Beaufre (MEIRA MATTOS, 1986). Meira Mattos nos forneceu, ainda, outro dado relevante para acreditarmos na presença e na influência da teoria clausewitziana no meio militar brasileiro ao dizer que a elaboração do Manual de Planejamento do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) não se afastou do pensamento teórico de Clausewitz sobre o assunto.

O objetivo do ensaio de Meira Mattos foi elaborar uma estratégia adequada à realidade brasileira. A conclusão trazida pelo autor é que a estratégia a ser adotada pelo Brasil deveria ser baseada em uma atitude defensiva não passiva. Trazendo Clausewitz para as condições brasileiras, ele salientou:

Diante de nossa expressão geopolítica – território, população, industrialização, recursos industriais – devemos reconhecer que mesmo dentro de uma Política militar defensiva muito temos a preservar. Isto posto, nossa Estratégia defensiva não deve significar uma postura de passividade, mas uma atitude de vigilância, nas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, na preservação das rotas que interessam à nossa liberdade de movimentos” (MEIRA MATTOS, 1986, p. 76).

Por fim, no livro até aqui analisado, Meira Mattos alertou para a necessidade de um constante redimensionamento da estratégia aplicada. Com a progressiva evolução das tecnologias utilizadas no cenário bélico o perigo de ficar ultrapassado no campo de batalha é cada vez maior. A sucessiva atualização dos conhecimentos dos militares é a chave para o sucesso estratégico da Nação brasileira. Percebe-se neste livro de Meira Mattos uma leitura muito mais refinada, ainda com alguns equívocos, mas que enfatizou a importância da subordinação militar à política e que reconheceu as deturpações que o pensamento clausewitziano sofreu ao longo do tempo. Acreditamos poder dizer que as leituras de comentadores e críticos (Aron, Rapoport e Liddell Hart) de Clausewitz proporcionaram maior discernimento sobre a leitura que Meira Mattos já tinha de Clausewitz. Meira Mattos evoluiu em sua compreensão sobre a teoria de Clausewitz.

### **2.3.3 Os limites de uma leitura: O marechal Castello Branco**

Meira Mattos foi um leitor frequente de Clausewitz até o final de sua carreira, vários outros artigos do general brasileiro citaram o prussiano após as duas obras que examinamos neste capítulo. A relação mais forte do general Mattos com Clausewitz parece ter sido a estratégia, mas também considerou a importância que a submissão militar à política tem para a teoria da guerra de Clausewitz. Este é um dado importante mediante ao fato de que Meira Mattos foi um autor conservador, defensor de uma democracia baseada em um “moderado autoritarismo” promovido pelos militares, fato constatado nas obras investigadas e também em outros livros do autor, tais como: *Pensamento Revolucionário Brasileiro* (1964), *Operações na Guerra Revolucionária* (1966) e *Doutrina Política da Revolução de Março de 64* (1967). Mesmo marcado pelo conservadorismo típico aos militares e pela conjuntura da Guerra Fria, Meira Mattos teve uma visão mais ampla do pensamento clausewitziano, muito

distinto, por exemplo, da visão do presidente Castello Branco, do qual o general Mattos foi subchefe do Gabinete Militar. Enquanto Meira Mattos falou sobre a importância central da subordinação militar à política, ou sobre a estratégia de ação direta, Castello Branco utilizou-se de Clausewitz para falar sobre os perigos da guerra revolucionária que rondavam o Brasil na Guerra Fria e do perigo de uma invasão comunista. Isso não quer dizer que Meira Mattos não tenha se preocupado com tal questão, mas não foi uma questão-chave de sua leitura da teoria clausewitziana.

Em conferência pronunciada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no ano de 1957, Castello Branco falou sobre a doutrina militar – definição, função e características –, principalmente deu destaque a Doutrina Militar Brasileira. O marechal iniciou sua fala delineando o papel da doutrina militar que seria: organizar as Forças Armadas, nortear a sua direção e situar as bases de seu emprego na guerra. A seu ver, o cargo de estabelecer a doutrina militar era do Estado-Maior das Forças Armadas, “cabendo ao Estado-Maior de cada Força elaborar, em decorrência, a doutrina destinada aos elementos que lhe são correspondentes” (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, p.176).

Para Castello Branco, outra tarefa importante ao se falar em doutrina militar é distingui-la de uma teoria de guerra:

Teoria de guerra: é um corpo teórico de princípios e processos para a organização e as operações, sem se prender a uma oportunidade, a uma emergência, a tipos de meios definidos e a um determinado conflito. Trata-se, portanto, de dados teóricos; doutrina militar forma um corpo de princípios e processos, retirados quase sempre de dados de uma teoria ou de várias teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de uma nação para organizar suas forças, prepará-las para a guerra, levá-las a operações admitidas e previstas. Além de adaptar dados teóricos, pode ainda criar elementos doutrinários próprios, tendo em vista atender particularidades da nação e de seus prováveis contendores (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 176-177).

Castello Branco apontou que a doutrina é, segundo Clausewitz, ‘o que o chefe militar leva para o campo de batalha, prescindindo dos elementos teóricos’ (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p.177). Após conceituar detalhadamente o termo, o marechal discursou sobre a validade e sobre a importância da política e da sociedade para o sucesso de qualquer doutrina militar. A doutrina militar deve ser produzida para um determinado tempo e seu constante progresso decorre do influxo da ciência e da técnica, bem como do advento de novos meios de transformação da política de segurança nacional. O palestrante não deixou de ajuizar sobre a função da política e até mesmo da sociedade na doutrina militar. A política deveria estar presente no Conceito Estratégico Nacional, onde estariam alocados os subsídios

fundamentais da estratégia geral da Nação. E qual seria o papel da população? Apoiar a constituição e o funcionamento da doutrina, a fim de obter lealdade as suas intenções e a coerência da ação quando necessário.

No ano de 1962, Castello Branco proferiu uma palestra sobre guerra, na qual enunciou o perigo que estaria rondando o mundo: a guerra revolucionária. Mas, antes de adentrar especificamente no tema, Castello Branco transcorreu por assuntos triviais em qualquer guerra: estratégia e tática. ‘A estratégia é para um período e espaço quase sempre amplos, senão profundos; a tática, para um local e tempo restritos’ (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 227). Ele categoricamente afirmou que a tática é subordinada à estratégia, visto que ‘esta trata da concepção e da conduta no conjunto das operações, enquanto aquela se incumba da aplicação das forças num local’ (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 228). Seria esta uma concepção clausewitziana empregada por Castello Branco?

Ao ponderar sobre estratégia e tática, Castello Branco suscitou os aspectos da guerra moderna. Para o marechal, o conceito de guerra foi distinto ao decorrer da História, exemplo dado através de dois autores:

Para Lênin, a guerra é solução única para o domínio da classe proletária; para Mao Tsé Tung, é uma das formas mais elevadas da luta pela resolução das contradições entre as classes, é uma extensão da política; e esta ocupa em relação a ela uma posição dominante (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 230).

Distinções à parte, Castello Branco quis ressaltar, com veemência, que o pensamento de guerra democrático era oposto ao pensamento de guerra comunista, já que este vê na guerra um fim e aquele vê na guerra um meio de defesa de sua civilização atacada.

Após avaliar o termo guerra e apontar sua distinção no pensamento democrático e comunista, Castello Branco procurou definir os seis tipos de guerra que podem ser encontradas na História. São elas: (1) Guerra Total: a que agrega todos os meios de um país; (2) Guerra Global: conflito do mundo; (3) Guerra Localizada: é a guerra antiga, de méritos regionais e, proveniente de incompatibilidade entre povos; (4) Guerra Insurrecional: guerra ligada ao povo; (5) Guerra Revolucionária: é uma luta de classes, de fundo ideológico, imperialista, para o domínio do mundo; tem uma doutrina, a marxista-leninista; (6) Guerra Fria: foi arquitetada por Lênin para, de qualquer forma, prosseguir a revolução mundial soviética. Castello Branco enfatiza que este último tipo de guerra, de coações e infiltrações ‘consagraria bem a teoria segundo a qual, a guerra é uma continuação da política por outros meios’ (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 231). Seria essa outra expressão clausewitziana utilizada por Castello Branco?

Segundo os tipos de guerra têm-se quatro formas de guerra, que são dadas através da influência direta da ciência e da técnica sobre os meios empregados. As formas de guerra são: (1) Guerra Nuclear: invenção ocorrida a partir Segunda Revolução Industrial, deu ao mundo incomensurável meios de guerra, através da fissão e a fusão do átomo; (2) Guerra Limitada: ressalva de toda ordem na utilização de meios nucleares; (3) Guerra Convencional: usam os elementos existentes desde 1945, excetuando a bomba atômica; (4) Guerra Generalizada: se encontram todos os meios, nucleares e convencionais, além dos bacteriológicos, químicos e dos derivados da eletrônica.

Através da “explicitação didática” do fenômeno guerra, Castello Branco teve a intenção de atentar os oficiais brasileiros para o conflito dado naquele momento, a disputa entre duas ideologias: a democrática e a comunista. Essas duas ideologias estariam em um claro conflito mundial, abrangendo o Brasil, ‘esta luta atravessou o Atlântico e já existe no nosso País’ (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 245). Para ele, a repercussão da ideologia comunista no mundo vinha através do Partido Comunista, que era a presença atuante da URSS nos países. E como o Brasil, na visão de Castello Branco, representado pelas suas Forças Armadas, poderia combater o comunismo e conseqüentemente a ameaça de uma guerra revolucionária<sup>80</sup>? ‘Aqueles que devem fazer frente a tais atitudes têm de agir armados de convicção democrática, cioso de suas instituições, empregando desde a persuasão até o combate decididamente ofensivo’ (CASTELLO BRANCO apud SANTOS, 2004, p. 249).

Não acreditamos que os ideais políticos e ideológicos de Meira Mattos e Castello Branco de combate ao comunismo, preocupação com a guerra revolucionária e a defesa da “Revolução de 64” se afastem, o que nos interessa indicar aqui é a distinção na apropriação de Clausewitz. Enquanto o general Mattos fez uma leitura mais centrada nos pontos fortes da obra *Da Guerra*, Castello Branco utilizou-se das ideias do prussiano para falar sobre a guerra revolucionária e o perigo da ideologia comunista invadir o país, ou seja, a conjuntura histórica teve grande influência na leitura mais limitada do presidente e também militar Castello Branco. No próximo capítulo tentaremos evidenciar como as conjunturas históricas também marcaram as leituras de Clausewitz no Brasil no pós-Guerra Fria, demonstrando assim que foram poucas as apropriações mais amplas da teoria clausewitziana no Exército brasileiro, sendo a leitura empreendida por Meira Mattos uma das poucas exceções.

---

<sup>80</sup> Para Castello Branco a ameaça de guerra revolucionária está na história e no futuro do comunismo, como inevitável e necessária.



## CAPÍTULO 3

### Leituras brasileiras sobre Clausewitz no pós-Guerra Fria

A proposta central deste capítulo é investigar a recepção de Clausewitz no Exército brasileiro no período do pós-Guerra Fria, mais especificamente, a partir do ano de 1989 até 2009. O *corpus* de nossa pesquisa foram os periódicos *A Defesa Nacional* e a *Revista do Exército Brasileiro*, ambos editados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), órgão vinculado ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). A análise do material nos proporcionou enfrentar as seguintes indagações: 1) Qual foi o tipo de leitura empreendida nas páginas dos periódicos a cerca de Carl von Clausewitz: superficiais e seletivas ou densas e refinadas? 2) Quais elementos da teoria clausewitziana foram mais apropriados? 3) Há utilização de comentadores/críticos de Clausewitz nesses textos? 4) Qual a influência das conjunturas históricas?

Após a análise dos periódicos acreditamos poder defender que as leituras realizadas no Brasil, mais especificamente, no Exército brasileiro, são, em ampla proporção, superficiais e seletivas, baseando-se somente em alguns elementos da teoria clausewitziana. Constatamos que a leitura e utilização do prussiano são restritas, muitas vezes, a utilização do famoso adágio: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Mesmo sendo a pedra basilar da teoria clausewitziana, a máxima não é analisada a fundo, tal como proposto por Raymond Aron no clássico: *Pensar a Guerra, Clausewitz*, (1986). Assim, sua utilização torna-se vaga e carente de um entendimento mais profundo da teoria do prussiano em sua forma final, alcançada, segundo Aron, depois da ruptura na obra do autor, *Da Guerra*, ocorrida no ano de 1827: o estudo das guerras mostra que raras vezes elas tendem aos extremos e a explicação dessa defasagem – entre o conceito abstrato de guerra e suas manifestações concretas – está na subordinação da guerra à política.

Duas ressalvas perpassam o nosso trabalho. Primeiramente, nosso objetivo foi alcançar a recepção de Clausewitz no Exército brasileiro, pois a Força Terrestre foi basilar na teoria do prussiano, sua vida militar e intelectual foi produzida dentro dos Exércitos que serviu, por este motivo recorreremos às publicações militares vinculadas ao Exército. No entanto, as revistas militares trazem também textos escritos por civis<sup>81</sup>. Não descartamos estes

---

<sup>81</sup> Segundo a Portaria do Comandante do Exército, nº 402, do dia 16 de agosto de 2001, eis o público habilitado para publicar nas revistas militares: “Além das matérias elaboradas pelo Corpo Redatorial, as revistas poderão publicar trabalhos de colaboradores integrantes das Forças Armadas em serviço ativo, na reserva ou reformados, bem como civis de reconhecido saber”.

artigos, pois acreditamos na relevância de ter uma ampla percepção sobre a abordagem de Clausewitz no Brasil. Salientamos acima que, em ampla proporção, as leituras realizadas no Exército brasileiro sobre o general prussiano são superficiais e seletivas, mas abrimos parênteses a alguns artigos publicados na revista *A Defesa Nacional*. Neste periódico encontramos textos mais refinados e mais focados na teoria clausewitziana. Ou seja, esta revista é uma exceção na leitura de Carl von Clausewitz. Veremos também que há influência da leitura de estudiosos estrangeiros sobre a interpretação de Clausewitz entre os militares e civis brasileiros, entre eles: Aron, Kaldor, Creveld, Liddell Hart e Rapoport.

Após análise atenta podemos apontar as seguintes especificidades sobre os textos encontrados nos periódicos. *A Revista do Exército Brasileiro* não apresentou nenhum artigo em que foi trabalhado algum conceito do prussiano como tema central; em determinados artigos os autores não utilizaram qualquer obra de Clausewitz, tal como *Da Guerra* ou *Princípios da Guerra*, mas citaram aquele através de autores que dedicaram algum estudo as teorias do prussiano. As ideias mais citada de Clausewitz foram: guerra absoluta, guerra limitada, estratégia de aniquilação e centro de gravidade. Já *A Defesa Nacional* trouxe textos em que a teoria clausewitziana apareceu como tema central de discussão; *Da Guerra* apareceu com frequência nas referências bibliográficas dos artigos, distintamente do ocorrido na *Revista do Exército Brasileiro*. As menções mais comuns ao prussiano nesta revista foram: trindade da guerra, submissão da guerra à política e centro de gravidade.

Dispomos os textos encontrados na ADN e na REB em quatro tópicos: Fim da Guerra Fria, Atentados de 11 de Setembro, Textos não Conjunturais e Leituras Históricas. Agrupamos na tabela abaixo a quantidade de artigos encontrados em cada um destes tópicos:

**Tabela 6.** Tópicos para a análise dos artigos encontrados

<b>Fim da Guerra Fria</b>	<b>Atentados de 11 de Setembro</b>	<b>Textos não Conjunturais</b>	<b>Leituras Históricas</b>	<b>Total</b>
6	3	2	5	16

A distribuição dos textos nos periódicos acima mencionados pode ser visualizada nas duas tabelas seguintes:

**Tabela 7.** Número de artigos em cada tópico de análise na revista *A Defesa Nacional*

<b>Fim da Guerra Fria</b>	<b>Atentados de 11 de Setembro</b>	<b>Textos não Conjunturais</b>	<b>Leituras Históricas</b>	<b>Total</b>
4	1	2	5	12

**Tabela 8.** Número de artigos em cada tópico de análise na *Revista do Exército Brasileiro*

<b>Fim da Guerra Fria</b>	<b>Atentados de 11 de Setembro</b>	<b>Total</b>
2	2	4

### 3.1 Clausewitz no pós- Guerra Fria

O sistema internacional no período da Guerra Fria construiu-se em torno de duas superpotências que tinham visões militares distintas e igualmente modelos de sociedade divergentes. Enquanto os Estados Unidos defendiam a democracia liberal de mercado, na outra ponta a União Soviética sustentava uma ditadura do proletariado com economia planificada (ALVES, 2007). Com o encerramento da Guerra Fria e do sistema bipolar entre os anos de 1989 e 1991 surgiu um novo cenário político-estratégico no mundo, no qual as hipóteses de guerra tradicional afastavam-se e as percepções de segurança no mundo eram reinventadas devido à falta de inimigos claros. O papel das forças armadas foi igualmente repensado no plano internacional, suas funções deveriam adequar-se aos novos tempos e às novas ameaças. Em um quadro de transformações intensas o Brasil não ficou à parte, a conjuntura social e política do Brasil desde 1985, marcada pela volta do governo civil, fortalecimento do papel do Poder Legislativo e da liberdade de expressão, também exigia uma nova postura dos militares: aceitação da subordinação aos civis.

Ainda nos 90 notou-se o maior desconforto dos militares brasileiro com a nova unipolaridade de poder centrada nos EUA, os quais passaram a promover uma liderança mundial baseada na intervenção constante em diversos países, fato logo constatado a partir da Primeira Guerra do Golfo, promovida pelo presidente George H. W. Bush (1989-2003). A hegemonia norte-americana “conquistada” com o fim da Guerra Fria foi abalada em 2001 com os atentados de 11 de setembro, que promoveram grandes mudanças nas estratégias de segurança de quase todos os países ocidentais. Desde então a insegurança passou a ser a palavra de ordem para diversos países do Ocidente. A partir deste momento, os Estados

Unidos da América iniciaram a sua guerra global contra o terror, guiados por duas novas declarações de estratégia: Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (NSS02), criada pelo governo George W. Bush (2001-2004/2005-2008) no ano de 2002 e a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (NSS06) instaurada em 2006. Tais documentos parecem ter aumentado à desconfiança dos militares brasileiros sobre a possibilidade de ações de interferência dos Estados Unidos no país, o que constituiria uma clara ameaça à soberania brasileira (ZIRKER, 2007). Neste contexto, como terão se apropriado os brasileiros, especialmente, os militares pertencentes à Força Terrestre, da teoria clausewitziana? Relacionamos nove artigos que nos proporcionarão conhecer a apropriação de Clausewitz no cenário pós-Guerra Fria.

### **3.1.1 Uma nova ordem mundial: o fim do confronto Leste-Oeste e a inserção de Clausewitz**

No período da Guerra Fria, o papel do Exército brasileiro era combater o comunismo. O Brasil cumpriria esta tarefa em seu território e ajudaria os Estados Unidos a manter o hemisfério ocidental livre das agressões do bloco soviético. Tais ideais foram defendidos com convicção por influentes geopolíticos militares, tal como Lysias Rodrigues e Golbery do Couto e Silva, como já mencionado no capítulo anterior deste trabalho. Para os dois autores, o Brasil, como o maior país sul-americano, deveria ter como prioridade a aliança com os Estados Unidos, afinal suas vantagens (grande território, alta densidade demográfica, potencialidade econômica, vastos recursos naturais) no continente deveriam lhe garantir a posição de aliado preferencial dos norte-americanos (MARTINS FILHO; ZIRKER, 1996). Foi em tal contexto que surgiu a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento da Escola Superior de Guerra (ESG).

Tal cenário começou a modificar-se em meados dos anos 70, com a adesão aos parâmetros geopolíticos do “Brasil-Potência”, defendido pelo general Carlos de Meira Mattos, segundo o qual o desenvolvimento do país criaria a possibilidade de se alcançar o status de potência mundial antes do final do século XX, livre de intervenções externas que influíssem no seu desenvolvimento e progresso. Assim, era necessário que o país tivesse liberdade de ação para desenvolver seus próprios interesses, principalmente quanto à sua modernização tecnológica (MARTINS FILHO, 2006). A Força Terrestre buscou certo distanciamento ao alinhamento automático com Estados Unidos, sobretudo, motivada pela incorporação dos conceitos geopolíticos de “autonomia” na construção do Brasil potência mundial e por seu

projeto de consolidação de uma indústria de armamentos. Houve, então, desde a Guerra Fria uma tensão incipiente entre Brasil e Estados Unidos, que ganhou maiores proporções com o fim deste conflito.

O desmantelamento da ordem bipolar, ao final da Guerra Fria, fez surgir um cenário internacional unipolar. Os Estados Unidos da América, vitoriosos em sua guerra contra o comunismo, alcançou o posto de hegemonia suprema, procurando ditar as novas regras do jogo político. Seria o início de uma era de segurança e paz? Seria o fim da necessidade das forças armadas? Elas teriam função em um mundo sem ameaças eminentes? Tais questões estiveram constantemente presentes no imaginário dos militares brasileiros, pois sem os inimigos soviéticos era “difícil de entender onde ancorar o Brasil em termos estratégicos” (MARTINS FILHO; ZIRKER, 1996, p. 37). Nessa altura, o Brasil havia “perdido” outro inimigo clássico: a Argentina. Em 1985, os presidentes José Sarney (1985-1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989) assinaram a “Declaração de Iguazu”, um dos primeiros passos para a aproximação destes dois países. A rivalidade estratégica entre as Forças Armadas argentinas e brasileiras foi se dissolvendo através de outros acordos bilaterais (1986, 1988 e 1990) que além de esfriar as tensões tinham a intenção de fortalecer os governos de Alfonsín e Sarney, os quais enfrentavam algumas dificuldades políticas, principalmente, “a resistência dos militares em aceitar a subordinação aos civis” (MARQUES, 2003, p. 71)<sup>82</sup>. O contexto supracitado – de redefinição da missão dos militares no pós-Guerra Fria sob um governo civil e uma nova ordem internacional – foi denominado por alguns estudiosos como “crise de identidade militar”.

Em tal conjuntura, o major de artilharia do Exército brasileiro, Sérgio Paulo Muniz Costa, em 1991, contestava a ideia de uma crise existencial que abalaria a Força Terrestre do país. No artigo “Exército em Crise?”, publicado na revista *A Defesa Nacional*, Costa atribui tal visão à incompreensão deliberada da sociedade civil sobre a instituição militar. Para ele, a propaganda de crise das forças armadas foi iniciada com o término da Guerra Fria, a partir de duas premissas centrais: a primeira relaciona-se com a ideia de que se acabou o comunismo, acabaram os inimigos externos; o segundo posicionamento vem da concepção de fim da ditadura, fim dos inimigos internos, o que levaria à falsa concepção de que as forças armadas deveriam ter seus efetivos reduzidos e redirecionados para as missões inerentes à nova ordem internacional vigente. Para o autor, esta ideia seria inconsistente, pois a situação político-militar da América Latina não seguiria os rumos europeus ou norte-americanos, e no cenário

---

<sup>82</sup> 1986: “Ata para a Integração Brasil-Argentina”; 1988: “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”; 1990: “Ata de Buenos Aires”, “Acordo de Complementação Econômica nº14 (ACE 14)”.

regional continuavam presentes graves antagonismos, fato que certamente justificava a manutenção das Forças Armadas na defesa do território nacional. Além do mais, a redemocratização não eliminou o inimigo interno, o mesmo “continua atuando intensamente” (COSTA, 1991, p. 20), o que também atestava a necessidade de ação das Forças Armadas no campo interno.

Segundo o mesmo autor, o conceito de crise existencial é utilizado por teorias da Psicologia e da Sociologia para descrever, nesta ordem, os problemas enfrentados por indivíduos e instituições que perdem seu papel e identidade perante a sociedade. Ele negava veementemente ser esse o caso do Exército. O que as teorias sócio-psicológicas podiam efetivamente comprovar, neste caso, é que a ideologia do profissional militar, ancorada no papel do soldado e sua íntima relação com a guerra, têm incompatibilidades com os esquemas ideológicos das artes e da ciência. É nesse quadro que o major buscou os conceitos de *Da Guerra*. A seu ver o prussiano já havia alertado há muitos anos atrás sobre tal problemática. Para Clausewitz, ‘é impressionante verificar como os esquemas ideológicos das artes e das ciências se adaptam tão mal a esta atividade (a militar, grifo nosso)’ (CLAUSEWITZ apud COSTA, 1991, p.16)<sup>83</sup>. Segundo Costa, uma crise poderia acometer o Exército, mas não uma crise existencial, baseada em princípios psicológicos, mas sim uma “crise institucional traduzida na falta de motivação, no isolamento progressivo da sociedade, no afastamento paulatino da Instituição das atividades profissionais castrenses” (COSTA, 1991, p. 21).

A falta de inimigos no pós-Guerra Fria transformou os conceitos de segurança e defesa em âmbitos internacional e nacional, visto que estas concepções pareciam ultrapassadas aos novos tempos, que produziam outros tipos de conflitos que não os convencionais. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) reconfigurou o seu conceito estratégico entre os anos de 1990-1991, o que levou à revisão das políticas de segurança dos países aliados à Organização. A estratégia da OTAN antes dos anos 90 poderia ser resumida, basicamente, na possibilidade de um ataque surpresa em grande escala efetivado pela União Soviética e seus aliados. Seria necessário contar com uma pronta defesa composta por grandes contingentes próximos às fronteiras da OTAN com o Pacto de Varsóvia, tal estratégia foi denominada de Estratégia de Resposta Flexível (*Strategy of Flexible Response*) (CASTRO SANTOS, 2004). Uma série de debates promovidos pela OTAN, iniciados em 1990, com a Cúpula de Londres e, posteriormente, em 1991, com a Cúpula de Roma,

---

<sup>83</sup> Clausewitz ao negar que a guerra pertenceria aos domínios da arte e da ciência quis demonstrar que a guerra era um fenômeno humano, que por fazer parte da existência social (imprevisível e inconstante) deveria afastar-se de qualquer esquema conceitual reducionista que levasse a uma análise equivocada de sua verdadeira natureza.

propuseram a reestruturação dos exércitos e missões, norteadas pelos seguintes princípios: cooperação militar, redução e aprimoramento dos contingentes das forças armadas e redução de armas de destruição em massa (BERTAZZO, 2007).

No ano de 1994, o artigo publicado na *Revista do Exército Brasileiro*, “Novos – Velhos Problemas Estratégicos do Exército”, do general Diogo de Oliveira Figueiredo, ao tempo chefe do Departamento de Material Bélico da Força Terrestre, pode exemplificar a preocupação dos militares brasileiros com a nova ordem mundial e suas mudanças estratégicas<sup>84</sup>. Neste escrito, o oficial brasileiro abordou a questão da necessidade do Exército brasileiro pensar seu material bélico no pós-Guerra Fria, mesmo o cenário mundial não oferecendo mais o perigo eminente de conflitos. Para o autor, não há risco evidente, mas certamente ele existiria e deveria ser pensado pela Nação brasileira:

Há ameaças! Há interesses! O futuro continua incerto! Mas não há inimigos visíveis! Ótimo! É a vitória sem guerras como queria a estratégia de Sun Tzu e dizia ser impossível a de Clausewitz. A paz eterna? Ou vamos nos dobrar à “Pax Americana” O que fazer então? (FIGUEIREDO, 1994, p. 36)<sup>85</sup>.

Transparece na citação acima a grande preocupação do Exército com a nova ordem mundial no pós-Guerra Fria, pois na medida em que “esfumaçaram-se os inimigos interno e externo”, os militares enfrentavam o desafio de encontrar uma nova ameaça que justificasse sua utilidade (FIGUEIREDO, 1994). As Forças Armadas perderam seu inimigo usual, os comunistas, e passaram a ser ameaçadas por novos conceitos vindos dos países centrais: “soberania limitada, Forças Armadas no combate ao narcotráfico, internacionalização da Amazônia, intocável, pulmão do mundo, santuário de nações indígenas e dos minérios e demais riquezas...” (FIGUEIREDO, 1994, p. 34). Ou seja, o novo contexto colocava ameaças à defesa nacional, particularmente na Amazônia. Nesse quadro, o risco de internacionalização desta região por parte das grandes potências mundiais, sobretudo os Estados Unidos, foi assunto amplamente debatido entre os militares brasileiros.

Diante de tais ameaças, a Força Terrestre deveria reorganizar e reformar suas estruturas, voltando a colocar como prioridade um tema essencial para a manutenção da soberania nacional: a mínima dependência estrangeira quanto ao setor bélico. Assim, o ideal era que o Brasil passasse a pensar em um projeto nacional que contemplasse uma política de

<sup>84</sup> Este artigo foi também publicado na revista *A Defesa Nacional* em 1994, mas com um título distinto: “A Indústria Bélica Brasileira – Independência, subserviência ou morte”.

<sup>85</sup> A *Pax Americana* significava o pacto dos Estados Unidos com os países aliados para garantir-lhes segurança e acesso limitado à sua tecnologia e ao seu mercado, em um contexto de globalização. Os norte-americanos receberiam, em compensação, o apoio econômico e diplomático para manter sua liderança mundial, como afirmaria um almirante brasileiro (VIDIGAL, 2004).

defesa, a qual deveria incluir em suas páginas uma política militar e uma política de material bélico (FIGUEIREDO, 1994). Toda esta estrutura deveria ser ordenada por um Ministério da Defesa, que facilitaria a articulação com as demais políticas governamentais, tais como a industrial e a de ciência e tecnologia. A participação da sociedade civil, através de uma elite preparada em centros de estudos de excelência, seria essencial para que o desenvolvimento deste projeto fosse efetivamente um sucesso (FIGUEIREDO, 1994). Outro ponto vale ser destacado neste texto: a defesa da criação do Ministério da Defesa. Como veremos adiante havia pouca simpatia pela fundação do Ministério entre os militares, tanto que o projeto só foi efetivado em 1999.

Para o general, o pós-Guerra Fria testemunhou a volta da ideia da vitória sem guerras, impossível, segundo ele, na teoria de Clausewitz, uma vez que ainda haveria ameaças e existiriam inimigos (invisíveis). A paz eterna parecia duvidosa; pensar a vitória mediante a guerra ainda seria uma alternativa adequada no mundo da *Pax Americana*. Assim sendo, o autor cobrou uma postura dos governantes brasileiros sobre a estruturação de um projeto estratégico que considerasse todos os percursos possíveis em uma conjuntura de incertezas, o qual analisasse as opções viáveis para a administração de conflitos, não os ignorando como prega o consenso das grandes nações, mas pensando-os como conjecturas palpáveis e reais. “Enquanto o inimigo não vem”, o Exército deveria estar preparado para o emprego, organizando-se de forma flexível e pronto para ser “o núcleo de polarização de outras Forças agregadas pela mobilização” (FIGUEIREDO, 1994, p. 35).

Na nova diretriz estratégica da OTAN, os países latino-americanos deveriam focar, sobretudo, em uma política de redução dos seus contingentes. Em resumo: as forças armadas deveriam ser menos numerosas, mais flexíveis, modernas e especializadas. Sem inimigos claros (no campo interno ou externo) o que as forças armadas fariam com esses pequenos contingentes, modernamente equipados e especializados? Quais seriam suas funções já que não havia ameaças e inimigos? A solução para este vazio estratégico seria o redirecionamento do papel dos militares para as “novas ameaças” que afligiam a sociedade: tráfico de drogas, terrorismo, combate à proliferação de armas de destruição em massa, pobreza extrema, crescimento populacional desordenado, desigualdade de renda e a questão ambiental (CASTRO SANTOS, 2004). Ou seja, a OTAN sugeriu que as forças armadas quando não empregadas na defesa externa poderiam exercer funções adicionais no plano interno (ações emergenciais de defesa civil, controle do território nacional e missões de paz), além de atuar junto às Forças de Paz das Nações Unidas, quando requeridas.



Nelson O' de Almeida, coronel aviador, ex-instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e membro do Corpo Permanente da ESG, publicou em *A Defesa Nacional*, em 1989, o artigo “Forças Armadas: Apenas Segurança Externa?”. O texto teve o intuito de focalizar o papel das forças armadas em fins dos anos 80, onde prevaleceram, segundo o autor, as guerras psicológicas e o terrorismo de Estado.

O significado real da guerra pode ser um valioso elemento no entendimento da história da humanidade, talvez por isso vários estudiosos tenham tentado entender o fenômeno bélico, entre eles, ao ver de Almeida, Clausewitz, de quem ele citava: “A guerra é um ato de força para compelir o inimigo a aceitar a nossa vontade e isto inclui dois elementos: o ato de força e a ação psicológica” (ALMEIDA, 1989, p. 26). Para citar esta conhecida definição de Clausewitz, Almeida utilizou-se de outro livro do prussiano, *Princípios da Guerra* (uma edição publicada pela Bibliex em 1956) um pequeno manual de instrução direcionado a um príncipe, ao qual Clausewitz lecionava sobre a arte da guerra. Aqui é importante relembrar que ao escrever este livro, no ano de 1812, o general prussiano ainda não teria concebido a sua ideia máxima da guerra como um instrumento da política (ARON, 1986)<sup>86</sup>.

O propósito do coronel brasileiro neste artigo foi salientar a importância das ações psicológicas nos conflitos modernos. Para tanto, agregou outro conceito central – e da fase madura de Clausewitz, segundo a leitura de Aron – para comprovar a importância do fator psicológico e moral nas guerras modernas, a *trindade da guerra* – povo, governo e exército – conceito, que para Almeida teria sido primariamente pensado por Napoleão e codificado pelo prussiano<sup>87</sup>. O ataque ao moral do governo e do povo fez-se essencial nos conflitos do século XX, razão pela qual, na visão do articulista, a trindade notável de Clausewitz não deveria ser esquecida. A seu ver, a relevância e atualidade da trindade clausewitziana podiam ser evidenciadas em pelo menos dois conflitos da Guerra Fria: Vietnã (1955-1975) e Malvinas (1982). Para ele, tais ataques de vertente psicológica ampliaram-se através dos modernos meios de comunicação, mais efetivamente pela televisão. O terrorismo, alicerçado nas guerras de guerrilha, fez amplo uso deste meio para atingir os seus ideais, ou seja, destruir a trindade do país inimigo, especialmente, afetar a sociedade e seu governante.

Mas, há um limite na leitura de Almeida, pois como já evidenciamos neste trabalho, a trindade não é baseada nos elementos povo, governo e exército. Através da trindade da guerra

---

<sup>86</sup> Mas, a definição citada apareceria de novo em *Da Guerra*, antes de Clausewitz compreender totalmente o papel da política na guerra.

<sup>87</sup> Observamos que em seu artigo, o coronel Almeida apropriou-se tanto da teoria dualista, como da definição trinitária. Contudo ressalta-se que esta evolução só foi percebida no livro *Da Guerra* e não consta na obra consultada pelo autor, *Princípios da Guerra*.

o prussiano fez a transposição da guerra em dois termos, “a guerra é, pois um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter à nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 73) para a guerra em três termos:

Uma surpreendente trindade em que se encontra, primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre atividade da alma e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura (CLAUSEWITZ, 1979, p. 89).

Clausewitz notou que todas as guerras sofrem em seu interior a ação de três forças – (1) violência, (2) o acaso e a (3) instrumentalidade – que interagem entre si de forma não linear<sup>88</sup>. Clausewitz observou que nas guerras de seu tempo estas forças manifestaram-se, principalmente, por meio de três atores: (1) povo, mobilizado pela raiva ao inimigo; (2) o chefe militar e seu exército, que deve buscar nas improbabilidades de cada combate a possibilidade da vitória; (3) o governo, por meio do qual a guerra se transforma em um instrumento da política. Os atores – elementos pelos quais as forças atuam – são próprios de cada sociedade e de cada contexto histórico onde a guerra acontece, entretanto, as forças da trindade não se alteram e estarão presentes em cada guerra empreendida. A trindade representa o progresso conceitual de Clausewitz, dado pelo entendimento da subordinação do chefe militar ao governo e da compreensão da guerra como apenas um instrumento da política, como nos explicou Raymond Aron.

Mas, nem todos os autores militares concordavam quanto à atualidade de Clausewitz. Parecendo influenciado pelos livros recentes de Mary Kaldor, *New and Old Wars* (1999) e Martin Van Creveld, *The Transformation of War* (1991), dez anos depois do final da Guerra Fria, o tenente-coronel Fernando Velôso Gomes Pedrosa, contrariando a atualidade de Clausewitz nos conflitos atuais, publicou n’*A Defesa Nacional* o texto “Os desafios da paz, as Forças Armadas e os conflitos do futuro”. O artigo abordou os conflitos de legitimidade, aqueles caracterizados por não envolverem disputas entre Estados e por serem motivados por causas irracionais, ódios raciais ou religiosos, ou por fatores relacionados à sobrevivência dos grupos em choque (PEDROSA, 1999). Estes conflitos são os substitutos dos conflitos de soberania, aqueles marcados por lutas de apropriação da soberania dos outros Estados, através da conquista da população, do território e de outras riquezas. A diferença central entre os dois tipos de conflito dar-se-ia pelo caráter apolítico das guerras derivadas dos conflitos de

---

<sup>88</sup> Clausewitz considerou que cada elemento da trindade parece estar mais relacionado com determinados grupos: “o primeiro destes três aspectos interessa particularmente o povo, o segundo, ao comandante e ao seu exército, e o terceiro releva, sobretudo do governo” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 89).

legitimidade, assim, o autor afirmou que as ideias de Clausewitz não teriam mais significado nos conflitos do século passado. Baseando-se também em uma visão limitada e invertida da trindade clausewitziana, tal como pronunciada por Powell, Summers, Kaldor e Creveld, Pedrosa afirmou:

A lógica de Clausewitz já não se aplica aos conflitos de legitimidade e à violência do crime, que têm natureza essencialmente apolítica. O filósofo alemão entendia que a guerra seria necessariamente conduzida por uma surpreendente trindade formada pelo governo do Estado, seu povo e seu exército, usando meios limitados e visando a alcançar objetivos limitados (PEDROSA, 1999, p. 112).

A teoria de Clausewitz não seria mais adequada para analisar as guerras do século XX, devido, principalmente, ao fato dos conflitos não terem conotação política, por não mais envolverem a luta entre Estados (PEDROSA, 1999). Os envolvidos seriam grupos criminosos e milícias privadas, que agiriam além das fronteiras do Estado. Tal hipótese que não fora pensada por Clausewitz, o qual investigou exclusivamente combates envolvendo atores estatais, invalidaria a teoria de guerra clausewitziana<sup>89</sup>. Ainda descartando a atualidade do prussiano, o tenente-coronel Pedrosa assinalou que a limitação da guerra, com a inserção de seu elemento moderador, a política, não é mais conivente para entender as guerras mais atuais:

Os conflitos de legitimidade parecem também anunciar o retorno às guerras de aniquilamento, contrariando o princípio da moderação descrito por Clausewitz. A guerra entendida como continuação da política é, por natureza, limitada pelo seu objetivo, cujo valor condiciona o esforço a ser despendido (PEDROSA, 1999, p. 112).

A ascensão do crime organizado dentro do Estado foi a preocupação central de Pedrosa, ou seja, sua apreensão maior foi com a guerra interna e o papel das forças armadas para repreender os participantes não estatais destes conflitos. Aqui é interessante destacar que o tenente-coronel Pedrosa não se mostrou favorável à utilização das forças armadas em um “papel policial”, criticando as políticas governamentais que não criaram planos efetivos para a segurança pública e a defesa nacional. No entanto, o autor argumentou que as forças deveriam estar preparadas para cumprir os desígnios estabelecidos pelos superiores, afinal, estas “têm um compromisso histórico com a Nação, da qual são fiadoras da soberania, da unidade e da integridade” (PEDROSA, 1999, p. 114).

---

<sup>89</sup> Mas, não há consenso na literatura estratégica quanto a esta afirmação de Pedrosa, alguns autores defendem que Clausewitz pode ser utilizado para entender este tipo de conflito.

No início da década de 90 os militares pertencentes ao Exército brasileiro opunham-se a ação dada a eles no plano interno – combater o narcotráfico, o crime organizado e, quando necessário, conter a violência e os distúrbios urbanos –, pois consideravam uma função “policial” que não se ajustava à sua missão constitucional: defender a integridade do território e das fronteiras nacionais e garantir os poderes constituídos contra ameaças externas (CASTRO SANTOS, 2004). Tal missão deveria ser designada à Polícia Federal para que não houvesse o risco de corrupção das Forças Armadas brasileiras, caso constatado em outros países. O combate ao narcotráfico foi uma das temáticas centrais de crítica dos militares nas ditas funções policiais, mas em finais da década de 90 parece ter ocorrido uma mudança de postura destes, motivado pelo papel central que a Polícia Federal assumiu nesta questão a partir de 1995, através do “Acordo de Combate ao Narcotráfico” entre Brasil e Estados Unidos. A entrada de norte-americanos na região Amazônica e a autonomia da PF parecem ter mudado o discurso dos militares quanto ao seu envolvimento na luta contra o narcotráfico (MARTINS FILHO, 2000). No entanto, o debate sobre as funções a serem desenvolvidas pelas Forças ainda manteve-se frequente, bem como a necessidade de elaboração de uma política governamental que finalmente refletisse a defesa nacional.

Em novembro de 1996, foi publicada a Política de Defesa Nacional (PDN), durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002). Este foi o primeiro documento oficial elaborado pelo governo brasileiro voltado para o tema, com o desígnio central de revogar o aspecto de segurança nacional não mais apropriado para aquela conjuntura, afinal o inimigo interno (comunistas) da Guerra Fria não mais existia. A PDN constitui um avanço porque tornou públicas as premissas da política de defesa do país, no entanto, a Política de Defesa Nacional foi produto de reflexão militar, sem participação da sociedade civil através do Congresso Nacional, o que constituiu um limite de importância para o documento (MARTINS FILHO, 2000). Tal como na Constituição Federal de 1988, a Política de Defesa Nacional não definiu em termos concretos a missão das Forças Armadas brasileiras, ainda as designando para distintas atividades subsidiárias que não às de defesa nacional<sup>90</sup>. Na divulgação da Política de Defesa Nacional, Fernando Henrique Cardoso

---

<sup>90</sup> O governo de Cardoso foi eficaz em empregar as Forças Armadas, principalmente o Exército, para o desempenho de tarefas internas, utilizou-se deste como “recurso para situações de crise social ou como forma de controle de movimentos sociais” (MARTINS FILHO, 2000). O Exército atuou em diversos episódios destinados a manter a ordem interna a partir do ano de 1995 e, tal fato pode ser explicado pela concepção que alguns militares desta instituição ainda cultivam: a ordem interna é função essencial das Forças Armadas. Neste quadro, sem a definição de seu papel efetivo e conclamados pelo Presidente da República a intervir em situações internas, o Exército foi alocado em repressões de greves e luta contra movimentos sociais, sobretudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Fernando Henrique Cardoso ainda ressaltava em encontros com oficiais-generais as áreas de emprego dos militares: “na garantia da integridade do território

declarou a intenção de criar o Ministério da Defesa, no entanto, este só foi instituído três anos após tal pronunciamento. A Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, criou o órgão e suprimiu os ministérios militares e o Estado-Maior das Forças Armadas. Inicialmente houve resistência dos militares, mas esta atitude de oposição foi se esvaecendo com o passar dos anos até a aceitação do novo ministério<sup>91</sup>. Contudo, oficiais da reserva ainda preservaram sua resistência (MARTINS FILHO, 2000). Dois aspectos são apontados por estudiosos quanto às mudanças efetivas que o ministério poderia trazer para o campo da política militar: integração das três Forças e alteração das relações de poder entre civis e militares.

Ainda abrangendo os aspectos da política militar da presidência de Fernando Henrique Cardoso, destacamos a reestruturação do Exército brasileiro em torno de sua “nova” prioridade estratégica: a defesa da Amazônia<sup>92</sup>. Com o início do abrandamento da rivalidade entre Argentina e Brasil no governo de Geisel (1974-1979) houve a substituição das percepções militares de ameaça: do Sul para o Norte, e assim as atenções foram deslocadas para a Amazônia. Em 1985, no governo de José Sarney, houve a comprovação da prioridade que a região amazônica assumiu para a defesa nacional, com a implementação do Projeto Calha Norte, hoje intitulado Programa Calha Norte (PCN). Este projeto foi criado por militares e teve a intenção, segundo seus idealizadores, de procurar recursos para abolir as desigualdades sociais e, de tal forma, promover o desenvolvimento na região, mas certamente houve uma mobilização estratégica movida pela possibilidade de repercussões do conflito Leste/Oeste no território amazônico<sup>93</sup>. O PCN parece ter mantido a relevância da variável segurança no pensamento dos militares brasileiros mesmo após o fim do período autoritário e com o desaparecimento da ameaça comunista, de tal maneira que o nome original do Projeto é “Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas” (MIYAMOTO, 1995).

---

nacional e das autoridades constituídas, na participação em operações de paz das Nações Unidas, na realização de atividades complementares de políticas governamentais e em eventual apoio a atividades de segurança pública” (CASTRO SANTOS, p. 122, 2004).

<sup>91</sup> A OTAN traçou alguns parâmetros para o controle civil dos militares dentro do novo quadro de atuação das forças armadas, a fim de garantir que os militares tenham função adequada na sociedade, sem o risco de serem usados na militarização do governo, dentre este preceitos destacamos: civis devem ter o controle sobre o Ministério da Defesa e a organização militar (BERTAZZO, 2007). Talvez esse seja um motivo para a não aceitação dos militares acerca da criação do Ministério da Defesa: controle civil.

<sup>92</sup> A preocupação com a Amazônia, pelo menos no século XX, data de 1936, sendo que soluções mais efetivas para a região foram designadas pelos governos militares, principalmente, no ano de 1969 quando houve a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, fato que gerou a criação de uma nova região militar, que subordinava três comandos de fronteira: Roraima, Acre-Rondônia, Solimões. No entanto, estas primeiras apreensões estavam mais centradas no plano teórico, pois a verdadeira ameaça estava localizada na fronteira sul do país, Argentina e Uruguai (MARTINS FILHO, 2003).

<sup>93</sup> O Projeto Calha Norte foi de autoria exclusiva de militares e apenas em sua reestruturação contou com ideias de civis ligados ao governo de Sarney. Atualmente o Programa é subordinado ao Ministério da Defesa.

A partir dos anos 90 intensificou-se o discurso sobre o imperativo de proteção da Amazônia através de uma “nova ameaça”: a internacionalização. Não que as velhas ameaças não estivessem presentes (problemas nas fronteiras, vazios geográficos, narcotráfico, guerrilhas), mas a internacionalização poderia significar a perda da soberania nacional, pensamento que afligia a mente de alguns militares brasileiros. O vilão desse cenário era aquele que outrora havia sido pensado como aliado ideal por Golbery do Couto e Silva, os Estados Unidos da América, que desde o final da Guerra Fria passou a ser visto no, campo estratégico, como o principal risco para a soberania brasileira (MARTINS FILHO, 2003). Os militares pertencentes à Força Terrestre parecem ter incorporado este discurso e adotado com fervor o papel de defensores da Amazônia. A defesa da Amazônia parece então ser a nova função das Forças Armadas brasileiras no cenário pós-Guerra Fria, lugar onde encontram o papel tradicional das Forças – defender o território, as fronteiras nacionais – e ao mesmo tempo “descobrem” novas ameaças que devem ser combatidas – narcotráfico, movimentos guerrilheiros de países vizinhos, invasores estrangeiros, organizações não governamentais ambientalistas ou de proteção a populações indígenas<sup>94</sup>.

Diante de um panorama de ameaça “clara” à Amazônia, o Exército brasileiro passou a refletir sobre a possibilidade de resistência não convencional em uma eventual interferência das grandes potências na região amazônica. A partir de 1995, os planos de resistência não convencional foram incluídos no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX). O SIPLEX-4 determinou a Amazônia e a área Guianense como central na concepção estratégica do Exército brasileiro e para pensar os meios de sua defesa instituiu uma doutrina operacional especial para a região, a Doutrina Gama<sup>95</sup>. Esta doutrina apresenta duas perspectivas para o enfrentamento de possíveis invasões na Amazônia: uma baseada no combate convencional, se o adversário possuir um poder militar semelhante ou inferior ao do Brasil, e a outra em um conflito não convencional, se o adversário possuir um poder militar incontestavelmente superior ao do Brasil. No primeiro caso, deve prevalecer a estratégia ofensiva, buscando a rápida decisão do conflito através do emprego de forças regulares. Já no segundo caso,

---

<sup>94</sup> No texto do PCN foram enfatizadas as questões ecológicas e indígenas como riscos em potencial para a soberania nacional. Além disso, no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) houve claro descontentamento dos militares quanto às políticas ambientais para a Amazônia, provocando um clima nada amistoso entre o Executivo e os representantes da caserna. Para maiores detalhes ver Martins Filho (2003).

<sup>95</sup> O SIPLEX é composto de sete volumes: O SIPLEX-1 retrata a missão do Exército e serve de farol para as três fases do sistema: a da avaliação, a da política e a da estratégia. O SIPLEX-2 é exclusivo para a avaliação. O SIPLEX-3, da Política Militar Terrestre (PMT), define a segunda fase e os objetivos. O SIPLEX-4 esclarece a Concepção Estratégica do Exército. O SIPLEX-5 dá as diretrizes e, definindo as ações, permite a confecção dos Planos Básicos, que é o SIPLEX-6 e dos Planos Operacionais, que é o SIPLEX-7 (GUIMARÃES, 2009).

prioriza-se a estratégia de resistência, na qual se evita o choque direto com as forças inimigas, através de ações não convencionais e do emprego de forças regulares e mobilizadas.

Já no ano de 1992 podemos situar o pensamento de um plano estratégico diferenciado para a proteção da região Amazônica. Em artigo exposto no periódico *A Defesa Nacional* “A estratégia indireta, a guerra irregular e a defesa da Amazônia”, o coronel da infantaria Carlos Alberto Pinto Silva apontou a guerra irregular, a estratégia indireta e a estratégia de lassidão como recursos a serem utilizados pelo Brasil para defender a Amazônia que “tem sofrido fortes ameaças que atentam contra a soberania nacional” (SILVA, 1992, p. 85). A estratégia indireta é empregada quando um país não dispõe de meios militares superiores, utilizando-se então da persuasão (meios jurídicos e diplomáticos) e coerção (meios políticos, econômicos e psicossociais) ao invés da expressão militar. Em nível operacional, deveria empregar-se a estratégia de lassidão, aquela que se desenvolve através de um conflito prolongado, que busca obter a decisão pela ação psicológica, desgaste moral e esgotamento material do oponente. Tal estratégia pode ser resumida na expressão “saber durar”. Estas estratégias seriam usadas em uma guerra irregular, como forma de condução de uma guerra convencional, com o intento de desgastar o inimigo antes da deflagração das hostilidades, ou como forma de opor o alcance de posições vantajosas ao adversário. Observa-se que as concepções estratégicas indicadas pelo coronel Silva são recomendadas para cenários em que as Forças Armadas brasileiras estariam diante de um poder militar incontestavelmente superior.

Na possibilidade de adoção das estratégias indireta e de lassidão, conduzidas através da guerra irregular, não deveria ocorrer a transformação do exército regular em guerrilheiros, pois somente as forças regulares são capazes de produzir decisões estratégicas, ou seja, a manutenção do exército regular é vital na direção da guerra irregular. Para comprovar a importância desta assertiva o coronel Silva buscou as palavras de Clausewitz:

Se quer evitar perseguir um fantasma, deve-se, pois imaginar que uma guerra irregular esteja sempre combinada com guerra conduzida por um exército permanente, ambas concebidas segundo um plano conjunto único’ (CLAUSEWITZ apud SILVA, 1992, p. 87).

Quatro soluções seriam possíveis a fim de organizar as unidades de guerra irregular: utilização da população local dos municípios do interior, indígenas e garimpeiros; unidades do Exército temporariamente destacadas para tal propósito; unidades permanentes do Exército, separadas para esta finalidade, ou, a combinação das unidades do Exército com combatentes irregulares recrutados dentre a população. Para o coronel Silva, o povo não deveria medir esforços na defesa de seu território, Clausewitz já dissera: ‘Se o próprio povo não estiver

preparado para, se necessário, tomar parte na defesa do seu país, não poderá a longo prazo ser protegido' (CLAUSEWITZ apud SILVA, 1992, p. 86).

Julgamos importante salientar que as citações de Clausewitz não foram extraídas de nenhuma das suas obras, mas de livro que reúne excertos da teoria clausewitziana: *Clausewitz: trechos de sua obra*, organizado por Roger Ashley Leonard. A Biblioteca do Exército (Bibliex) editou este livro em 1988 e, desde então parece muito popular entre os militares, pois vários o utilizaram em suas menções ao prussiano. A apresentação deste livro pela Bibliex traz alguns elementos importantes para nossa reflexão: atualidade de Clausewitz, complexidade de sua teoria e utilização de suas ideias nos estabelecimentos de ensino militar no Brasil. Para a direção da Bibliex, a importância e atualidade de Clausewitz são indubitáveis, no entanto, o seu estilo literário “de construções rebuscadas”, torna o texto um pouco confuso, “o que tem suscitado interpretações por vezes divergentes, mesmo entre seus discípulos mais dedicados”. Mas, nem o tempo e as evoluções doutrinárias e tecnológicas proscreeveram o seu trabalho, afinal “não deixa o autor de apresentar conselhos práticos que ainda hoje são transmitidos aos alunos em estabelecimentos de ensino militar no Brasil”. O objetivo da Bibliex ao publicar a coletânea foi oferecer uma versão mais leve do livro *Da Guerra* para os estudantes militares e outros interessados na obra, por meio da “eliminação de trechos cansativos que hoje já não apresentam tanto interesse” (LEONARD, 1988, p. 1).

Segundo o autor da obra, Roger Ashley Leonard, o objetivo desta publicação foi apresentar as partes essenciais de *Da Guerra*, as que ainda são relevantes<sup>96</sup>. As partes excluídas foram: exemplos históricos, pois a maior parte se refere a batalhas e campanhas não familiares aos estudiosos da guerra moderna; reflexões sobre as táticas do século XIX, pela mesma razão foram eliminadas. E em alguns casos, frases e palavras “em desuso” foram trocadas por similares atuais. Observaremos, no próximo capítulo deste trabalho, que este livro é utilizado pelos cursos oferecidos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), comprovando a importância desta obra para as instituições de ensino militar no Brasil. Talvez o amplo uso deste livro seja explicado pela “simplificação” e “atualização” da teoria complexa do prussiano.

Ainda tentando demonstrar a ênfase das Forças Armadas, especialmente do Exército, na necessidade de um plano estratégico para defender a Amazônia e a utilização de

---

<sup>96</sup> A obra compilada por Leonard traz a primeira tradução completa para o inglês do livro *Da Guerra*, produzida pelo coronel Graham. Esta tradução gerou críticas entre estudiosos de Clausewitz, principalmente, Peter Paret, o qual apontou falhas na tradução de Graham. Lembrando que Paret e Michael Howard lançaram posteriormente, em 1976, uma versão de *Da Guerra, On War*, também contestada por leitores de Clausewitz, tal como Hew Strachan e Christopher Bassford. Para Bassford (1994), a versão de Graham apesar de obsoleta é ainda útil, apesar de ter o seu valor subestimado.



Clausewitz neste contexto, assinalamos o artigo publicado em 2003 na *Revista do Exército Brasileiro*: “Reflexões sobre a doutrina de resistência”, do tenente-coronel de infantaria e de Estado-Maior Gustavo de Souza Abreu. O tenente-coronel Abreu expressou em seu texto a crescente preocupação das Forças Armadas brasileiras com o fim da Guerra Fria e com a nova ordem mundial coordenada por uma potência hegemônica, os Estados Unidos da América. Nesse quadro de transformações econômicas, políticas e militares qual seria a função das Forças Armadas do Brasil? Para ele, a Força Terrestre brasileira deveria conservar a sua missão essencial: a defesa da Pátria. Contudo, o quadro unipolar marcado pela assimetria de poder provocaria uma ameaça constante à soberania brasileira, sobretudo, através da possível invasão de suas áreas prioritárias: Amazônia e território Guianense. Para manter a soberania nacional frente a uma intervenção armada de país militarmente superior, a melhor estratégia a ser adotada pelo Exército brasileiro seria a de resistência. Tal estratégia é concebida pelo desgaste de “um poder militar superior por meio de um conflito prolongado, buscando seu enfraquecimento moral pelo emprego continuado de ações não convencionais” (ABREU, 2003, p. 27).

A unipolaridade do mundo expressa pela hegemonia político-econômica, sustentada por um aparelho militar inigualável, diminuiu a possibilidade de um novo grande conflito mundial, “a guerra absoluta de Clausewitz” (ABREU, 2003, p.29). No entanto, a nova ordem abriu caminho para confrontos de baixa intensidade, nos quais ocorrem intervenções militares suscitadas por desrespeito aos princípios universais de soberania dos Estados e de autodeterminação dos povos. Este contexto propicia então a guerra limitada. Gostaríamos de salientar que a guerra absoluta e a guerra limitada são conceitos centrais na teoria clausewitziana e constituem motivo de contendas entre seus estudiosos<sup>97</sup>. Como já salientamos neste trabalho, a importância destes termos reside na maturidade do pensamento de Clausewitz, pois foi somente quando entendeu que as guerras abstratas (absolutas) eram irreais, que este abandonou a percepção da guerra inicial “um ato de violência para forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” e alcançou o estado final de seu pensamento, a definição trinitária. Parece-nos que o autor não se utilizou desta reflexão, mas somente quis indicar a guerra absoluta como aquela da destruição do inimigo e, a guerra limitada como

---

<sup>97</sup> Aron, Howard e Paret discordam sobre quando Clausewitz finalmente discerniu a diferença entre os conceitos de guerra absoluta e guerra limitada. Para Aron foi entre 1827 e 1830, durante a redação de *Da Guerra*, sendo que esta distinção não foi encontrada em nenhuma outra obra do prussiano. Para Howard e Paret esta ideia já era encontrada no jovem Clausewitz, quando em seus vinte e quatro anos já distinguia a presença de dois tipos de guerra. Para estes dois últimos autores esta reflexão só foi refinada em *Da Guerra*, mas não era uma concepção nova.

moderada pela resolução dos conflitos através de elementos políticos, não da derrubada do inimigo.

A análise brasileira da nova conjuntura internacional “despertou a suspeita” de que poderiam surgir “atores e ameaças capazes de comprometer a soberania nacional, com possível risco de conflito armado contra força militarmente superior” Desta forma, seria essencial que o planejamento estratégico brasileiro adotasse “o modelo de conflito total prolongado com fraca intensidade militar” (ABREU, 2003, p. 29). Mas, também deveria ser pensada a estratégia de paz, e nesse contexto prioritário de defesa da Amazônia, a mais eficaz seria a estratégia de presença, descrita pela distribuição e articulação da Força Terrestre ao longo do território, objetivando cumprir sua missão de defesa e, além disso, contribuir com o desenvolvimento nacional. A presença do Exército na Amazônia, segundo Abreu, poderia contribuir para o desenvolvimento regional e assim dispersar os discursos de cunho intervencionista sobre a região. Entretanto, os atentados de 11 de setembro e seus desdobramentos teriam aumentado significativamente o caráter intervencionista da superpotência militar hegemônica, pois “ameaças vindas de países periféricos ao centro podem significar intervenção” (ABREU, 2003, p. 25). Podemos constatar através das reflexões do tenente-coronel Abreu que uma provável intervenção estrangeira no Brasil por parte das grandes potências no século XXI ainda é uma ideia-chave no imaginário dos militares brasileiros.

As preocupações advindas com a “nova ordem” mundial (mudanças estratégicas, novo papel das Forças Armadas, possibilidade de intervenção estrangeira na Amazônia), além da reestruturação da política interna brasileira com a volta do governo civil, decididamente influíram nas leituras e apropriações da teoria clausewitziana. Muitas destes textos apresentaram limitações do entendimento das concepções formuladas pelo prussiano, principalmente, a trindade da guerra. Mas, vimos também que há o conhecimento, mesmo que simplificado, do debate que ocorre entre os autores de países centrais sobre a atualidade ou desuso de Clausewitz. Acreditamos, a partir da análise destes artigos, que mesmo com um conhecimento básico sobre as ideias de Clausewitz, os militares brasileiros, em sua grande maioria, decretaram a importância do general prussiano no cenário pós-Guerra Fria.

### **3.1.2 Implicações dos ataques de 11 de setembro e a utilização de Clausewitz**

Como vimos, após a queda do muro de Berlim, os EUA parecem ter adquirido incontestável poder econômico, político e militar. No entanto, a superpotência foi abalada no

começo do século XXI, quando ruiu o monumento de seu poder econômico, as Torres Gêmeas e foi atacado o símbolo de sua força militar, o Pentágono. Estava declarada a guerra implacável ao “novo” terrorismo do século XXI, caracterizado pela crescente internacionalização e espetaculosidade dos atos (SAINT-PIERRE, 2005)<sup>98</sup>.

A primeira reação da ADN frente aos Atentados de 11 de setembro foi republicar o editorial do *Jornal do Brasil*, que defendia a superação da teoria de Clausewitz no mundo pós-11 de setembro.

A atual guerra contra o terrorismo é uma guerra não clausewitziana: não é substancial, com exércitos, bandeiras e inimigos, mas acidental, na qual tudo é imprevisto, o inimigo anônimo e as ações se assemelham a acidentes. O próprio Clausewitz se preocupou quando Napoleão foi derrotado na Espanha pelos resistentes, porque descobriu que a guerra, quando sai dos limites das guerras, não pode mais ser controlada (Jornal do Brasil apud *A Defesa Nacional*, 2001, p. 150).

A guerra sem controles é a modalidade de guerra nascida com os Ataques de 11 de setembro, aquela adaptada à nova dimensão do terrorismo transnacional, que não se restringe às fronteiras e não abdica da violência extrema: “É para falar em termos de Clausewitz, a ida ao extremo da nova guerra”. Eis o perigo da guerra do século XXI, ela é propensa à violência selvagem e sem limites, e como diria Clausewitz, “uma vez derrubadas as barreiras do possível, é extremamente difícil colocá-las de novo em pé” (p.151). O intrigante neste artigo é que mesmo o autor afirmando que as guerras contra o terrorismo não são clausewitzianas, a ideia de Clausewitz coube em sua reflexão sobre os extremos a que guerra pode chegar. Em certo trecho articulou-se a ideia de que as guerras contra o terrorismo não são clausewitzianas, pois carregam o elemento da imprevisibilidade, do acidental. Mas, relembramos que o prussiano amplamente enfatizou os acasos da guerra, e de como esta não poderia ser considerada uma atividade moldada nos princípios da certeza, como nos métodos matemáticos, “a arte da guerra aplica-se a forças vivas e morais; por consequência, nunca pode atingir o absoluto e o certo; fica sempre uma margem para o acidental, tanto nas coisas grandes como nas coisas pequenas” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 86).

Os Atentados de 11 de setembro de 2001 caracterizaram uma nova fase no processo de ordenamento internacional, marcada por duas novas tendências: a nova face do terrorismo transnacional, representado pela *Al Qaeda*, e a nova estratégia norte-americana, também

---

<sup>98</sup> O professor Saint-Pierre (2005) observou que o terrorismo é tão antigo quanto às guerras e acompanha a sociedade desde seus primórdios. No entanto, atos terroristas que apresentam o assassinato de várias pessoas por um grupo extremista ganham mais visibilidade e notoriedade do que outras ações terroristas que não proporcionem tal “choque” à população.

conhecida como Doutrina Bush<sup>99</sup>. Os ataques demonstraram a evolução do terrorismo, com maior capacidade de atuação e menor preocupação com a utilização do elemento violência, o terrorismo sem fronteiras e sem limites. Em defesa da “ordem mundial” conquistada desde a queda do muro de Berlim, os Estados Unidos assumiram a posição de manter a sua hegemonia a qualquer custo. Nesse quadro, foram publicadas as Estratégias de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, a NSS02 e a NSS06 (ZIRKER, 2007).

Estes documentos designaram as condutas estratégicas a serem adotadas para eliminar os grupos terroristas, os quais colocavam em risco a sobrevivência do país e da “humanidade civilizada”. Na NSS02 foi destacado o direito unilateral de ações preventivas aliadas a ataques preemptivos, situação que aumentou o desconforto que outros países já mantinham pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria. A prevenção sugere que sejam adotadas algumas medidas (entre elas, análise da ameaça e conhecimento da capacidade do inimigo) antes de iniciarem-se as atuações militares. A preempção é uma ação antecipada com emprego da força para incapacitar um provável inimigo, mesmo que haja incerteza quanto aos elementos que comprovem a ameaça. A partir dos fundamentos expostos na NSS02 os Estados Unidos demonstraram seu anseio em promover uma limpeza contra o terrorismo global a qualquer custo e compartilhariam esta tarefa apenas se possível, caso contrário, agiriam isolados (ZIRKER, 2007). A NSS06 não se afastou dos princípios da estratégia antecessora, seu foco era também combater o terrorismo, demonstrando que a guerra contra o terror continuaria.

Dentro deste quadro de novas estratégias para o terror, em 2004, o general Carlos de Meira Mattos publicou um artigo na *Revista do Exército Brasileiro* intitulado “Estratégia: origens, fundamentos, desdobramento no espaço e no tempo”, texto que enfocou a estratégia “nascida” a partir dos Atentados de 11 de setembro: a estratégia do medo.<sup>100</sup> A ação terrorista internacional, desencadeada por grupos islamitas fanáticos, utiliza o medo como seu método de ação: o medo da violência inesperada. Para Meira Mattos, o terrorismo sempre esteve presente nas relações humanas, seja através de agressões pessoais, ou, exercidos por grupos étnicos, religiosos ou nacionalistas. No entanto, os eventos de 11 de setembro transformaram o terrorismo em uma “arma de agressão internacional de dimensão planetária” (MEIRA MATTOS, 2004, p. 35).

---

<sup>99</sup> Buzan (2002) aponta que mesmo considerando a *Al Qaeda* como ator transnacional desterritorializado, sua existência, operação e seus motivos de atuação não podem ser entendidos sem referência às estruturas regionais de segurança do Oriente Médio e sua interação com a esfera global.

<sup>100</sup> Como visto no capítulo anterior deste trabalho, Meira Mattos (1986) já havia caracterizado outros seis tipos de ação estratégica: direta, indireta, manobra por linhas interiores, nuclear e dissuasão. Podemos acreditar que os atentados de 11 de setembro aguçaram sua reflexão sobre um novo tipo de estratégia.

Como assinalado anteriormente, Meira Mattos foi um leitor assíduo de Clausewitz e, nem mesmo as novas conjunturas de conflitos do século XXI o fizeram declarar as teorias do prussiano como ultrapassadas. Entretanto, um elemento novo tornou-se visível em sua leitura. Clausewitz ainda é o expoente da estratégia de ação direta, mas a sua principal ideia em *Da Guerra* não é mais a dependência dos objetivos militares aos objetivos políticos: agora, o conceito central é “o ataque com o máximo de poder contra as forças principais do inimigo, destruindo-as numa só batalha” (MEIRA MATTOS, 2004, p. 33). Será que a concepção fundamental de Clausewitz em *Da Guerra* é a destruição das forças inimigas? Não há referência bibliográfica neste pequeno artigo de Meira Mattos, prática comum em muitos dos outros textos aqui citados, mas acreditamos que ele não tenha considerado, nesse momento, a ideia de Raymond Aron em *Pensar a Guerra Clausewitz*. No início de seu célebre livro, Aron aponta como ideia central, na obra de Clausewitz, a noção de subordinação da guerra à política, ou seja, quando a guerra deixou de ser pensada por Clausewitz como um elemento autônomo e tornou-se um fragmento do conjunto político<sup>101</sup>.

Em artigo publicado na *Revista do Exército Brasileiro*, “Questões do terrorismo internacional” - Sérgio Aguilar, professor e oficial do Exército, apresentou o terrorismo como um novo tipo de guerra, distinta da concepção clausewitziana:

Clausewitz disse que a guerra é o exercício da política por outros meios. Podemos dizer que o terrorismo é o exercício da política e da guerra por outros meios e cresce na medida em que a via negociada para a solução de questões políticas é suplantada pela via militar (AGUILAR, 2004, p. 37).

Para o autor, a rede terrorista *Al Qaeda* intensificou os seus ataques devido à intransigência política de Bush em buscar soluções para os problemas do Oriente Médio, ou seja, os Estados Unidos sobrepõem o seu poder militar sem procurar meios políticos adequados para resolver a questão. Nos conflitos terroristas parece não ocorrer à subordinação militar à política (AGUILAR, 2004). Tal fato desatualizaria a teoria clausewitziana? Não ficou compreensível a consideração de Aguilar sobre a atualidade ou não de Clausewitz, não obstante, ele assinalou que as ações terroristas utilizam-se do ataque ao centro de gravidade, a fim de alcançar seus objetivos de guerra, tal como Clausewitz apresentou em seu clássico livro *Da Guerra*.

---

<sup>101</sup> Não ambicionamos assinalar o conceito do general Mattos sobre Clausewitz como equivocado, mas apenas destacar que há compreensões distintas sobre qual foi o maior legado da obra do prussiano. Como Aron advertiu: “Quer se queira ou não, o ensino de Clausewitz é e sempre será ambíguo. Dou uma interpretação a seu ensino de acordo com minhas preferências, com as preferências das gerações que viveram as guerras do século XX” (ARON, 1986, p. 13).

Clausewitz apresentou a guerra como um ato de violência que teria como causa inicial um objetivo político, o qual determina a finalidade da força militar e o esforço a ser realizado por ela. Os objetivos derradeiros seriam a preservação do Estado e a subjugação do Estado inimigo. Para atingir tais objetivos, as forças deveriam convergir para o centro de gravidade do inimigo. Nas últimas intervenções militares lideradas pelos EUA, os ataques “cirúrgicos” contra instalações civis e militares procuraram afetar o centro de gravidade do inimigo, ou seja, seu poder político e econômico, roubando-lhe a vontade e a capacidade de combater. As ações mais recentes do terrorismo procuraram atingir o centro de gravidade dos EUA (AGUILAR, 2004, p. 37).

Os ataques de 11 de setembro aos Estados Unidos da América parecem ter trazido à tona aqueles assuntos que alarmaram os militares brasileiros desde o fim da Guerra Fria: ameaças à soberania nacional e a insistência na intensificação das funções policiais para as forças armadas do Ocidente. Clausewitz novamente esteve presente nestas conjunturas. A atualidade de Clausewitz após os Atentados de 11 de setembro na Força Terrestre brasileira é oscilante, com a indagação sobre a possibilidade de empregar-se a teoria clausewitziana nos novos tipos de conflito do século XXI: as guerras irregulares. Este será o debate central dos artigos encontrados na *Revista das Ciências Militares*, que serão analisados no próximo capítulo deste trabalho.

### 3.2 Textos não conjunturais

Antes de passarmos aos textos históricos, examinaremos aqui dois textos publicados em *A Defesa Nacional*, os quais apresentam mais ambição teórica e sem referência à conjuntura do pós-Guerra Fria. No primeiro deles, “As Ações Psicológicas e os Teóricos da Guerra” (1995) o major do Exército Ronaldo Paz do Nascimento analisou a opinião de autores clássicos sobre o tema, sendo eles: Sun Tzu (544 a.C -456 a. C), Nicolau Maquiavel (1469-1527), Frederico II, (1712-1786), Carl von Clausewitz, Antoine Henri-Jomini, Basil Henry Liddell Hart, John Frederick Charles Fuller, Humberto de Alencar Castello Branco, Erich Friedrich Wilhelm Ludendorff, Bernard Law Montgomery (1887-1976) e George S. Patton Jr. (1885-1940)<sup>102</sup>. Examinaremos, no entanto, somente a opinião expressa sobre o autor que aqui nos interessa: Clausewitz.

O pensamento de Clausewitz sobre as ações psicológicas nas guerras está expresso, para o major Nascimento, na trindade da guerra, originalmente composta pelos seguintes elementos: governo, povo e forças armadas (novamente uma visão limitada sobre a trindade clausewitziana). O autor, entretanto, assinalou que a trindade deveria ser simplificada e

---

<sup>102</sup> Este texto é parte de uma Monografia apresentada em um dos cursos da ECEME.

modernizada, e os seguintes termos poderiam descrevê-la: “vontade nacional, forças armadas e política” (NASCIMENTO, 1995, p. 79). O autor tentou dar a sua explicação de como funcionariam as ações psicológicas para Clausewitz:

Clausewitz afirma que a guerra é subordinada ao seu terceiro elemento – a política. Logo, podemos dizer que esta sobrepuja e condiciona o primeiro elemento – a violência (o ódio e a animosidade). Ora, se isso é verdade pode, então, a política orientar o ódio e animosidade. Nessa orientação, surgem então, as técnicas de ações psicológicas (NASCIMENTO, 1995, p. 79).

Para o autor é indubitável a importância dos fatores morais e, assim, das ações psicológicas para Clausewitz, sendo que a conexão entre política, governo e povo (a seu ver, a trindade da guerra) é fundamental para o entendimento desta ideia.

Ao definir a guerra como a continuação da política, Clausewitz deixa-nos bem claro que o ato de guerra é atemporal, pois deve existir antes, durante e depois do conflito propriamente dito e que, portanto, existe um fio condutor que interliga esses três momentos temporais. A essa ideia condutora podemos chamar de política que, em sua concepção mais simples, engloba governo e povo.

Ao mencionarmos governo e povo, estamos, de maneira indireta, referenciando as ações psicológicas, pois do governo emanam as atitudes que tornarão o povo e os Estados vizinhos (públicos-alvo neutro) conscientes dos objetivos nacionais a serem atingidos (NASCIMENTO, 1995, p. 79).

O major Nascimento ainda considerou Clausewitz como o pioneiro em anunciar a relevância dos fatores morais nos conflitos, ao advertir sobre como o moral é essencial para a consecução da vitória nas batalhas em detrimento dos fatores físicos. Howard (1983) também discutiu a relevância do elemento moral na teoria clausewitziana, destacando que este foi um dos primeiros conceitos de Clausewitz a chamar a atenção dos leitores no século XIX. Tal fato, segundo Nascimento, justifica a leitura de Clausewitz para maior compreensão das ações psicológicas nas guerras empreendidas ao longo do tempo. Ou seja, o autor declarou a relevância de se prosseguir com o estudo das ideias de Clausewitz, principalmente, em relação aos efeitos psicológicos na guerra.

Já em “Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra?”, publicado em 2006, o tenente-coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves procurou identificar as influências filosóficas de Clausewitz, apostando em três autores que devem ter deixado suas marcas teóricas em *Da Guerra*: Espinosa, Kant e Hobbes. Para o autor, é basilar entender Clausewitz como um filósofo da guerra, pois o fato de aliar teorias da guerra com filosofia é que o tornou único na História Militar. Não obstante, destaca Alves, “observa-se que são poucos os trabalhos nas escolas militares de alto nível que versam sobre Clausewitz, sendo que, ao

contrário, são cada vez mais numerosos os estudos e ensaios nos meios acadêmicos civis sobre *Da Guerra*". E conclui: "Não importa como, mas precisamos ler mais Clausewitz" (ALVES, 2006, p. 21).

Nessa leitura, a metodologia empregada por Clausewitz é outro fator marcante na universalidade e permanência de *Da Guerra*, pois a junção entre dedução (atributo metodológico de historiadores) e filosofia experimental, baseada na prática militar de Clausewitz, significou um avanço em relação aos livros sobre a arte da guerra publicados até então, a exemplo das obras de Von Bulow, Von Berenhorst (1733-1814) e Jomini, os quais apostavam em uma teoria mecanicista da guerra. O que Clausewitz buscou em *Da Guerra* foi entender a realidade e a essência da guerra, descartando os modelos teóricos baseados em esquemas matemáticos (ALVES, 2006).

Na visão desse autor, três correntes filosóficas foram fortes ao tempo do general prussiano: idealismo, racionalismo e empirismo. O idealismo, datado do século XVII, preocupou-se com as reflexões sobre o sujeito e teve como seu principal expoente o filósofo Immanuel Kant (1724-1804). O empirismo focalizou a função da experiência no método do conhecimento, teve figuras centrais: Roger Bacon (1214-1294), John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). O racionalismo defendeu a razão como a única forma de compreensão possível, os principais representantes são: Descartes (1596-1650), Bento de Espinosa (1632-1677) e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). Na perspectiva de Alves, não é possível que Clausewitz tenha sofrido influência da corrente empirista. Por isso, ele se empenhou em explicitar os prováveis influxos do racionalismo e idealismo em *Da Guerra*, através de representantes de ambas as escolas filosóficas: Espinosa e Kant. O monismo de Espinosa pode ter inspirado Clausewitz na construção de seu pensamento mais famoso: a subordinação da guerra à política.

É clara, em toda a extensão de *Da Guerra*, a unidade de guerra e política, pois, para o prussiano, 'a guerra é apenas uma parte do intercurso político, não vindo a constituir em absoluto uma atividade independente', arrematando logo a seguir que, sem a subordinação à política, 'a guerra é uma insensatez sem nenhuma finalidade' (ALVES, 2006, p. 18).

A modalidade ou modo, em Espinosa, tem o sentido de "acidente, particularidade e de individualidade, qualquer forma ou formato que a realidade assuma transitoriamente" (ALVES, 2006, p. 18). E qual a analogia com a teoria de Clausewitz? Para o tenente-coronel, a conceituação do prussiano sobre a "dupla" defesa-ataque tem um toque da ideia de modalidade de Espinosa devido ao caráter acidental, particular ou individualizado.



As ideias clausewitzianas que podem ser vinculadas às concepções kantianas seriam: a violência presente na guerra (estética); guerra absoluta (lógica); acaso e probabilidade (moral). Nesse sentido, qualquer guerra seria sempre permeada pela violência, pois a guerra nada mais é que um fenômeno no qual a violência é empregada em grande escala, é universal e categórico, “e assim o é, principalmente, porque está abrigado pelo senso comum e pela História” (ALVES, 2006, p. 19). O autor destacou a concepção de Clausewitz sobre a violência: “a solução sangrenta da crise, o esforço para a destruição da força inimiga, é o filho primogênito da guerra” (ALVES, 2006, p. 19). A aceção de guerra absoluta também conta com a presença da violência, mais do que isso, ela é o início, o meio e fim deste tipo de guerra. Para Alves, a lógica da guerra é dada pelo fato de que a violência leva a guerra ao extremo a partir de três situações: a busca da destruição recíproca; a ação ininterrupta em busca da eliminação do oponente e máximo emprego de meios e de força de vontade. O acaso e a probabilidade são manobrados por coragem e talento e dependem, portanto, das qualidades pessoais do comandante e das forças em combate. Assim, podemos concluir que a relação teórica proposta pelo tenente-coronel Alves, entre Kant e Clausewitz se produziu através dos seguintes conceitos: estética – violência; lógica – a tendência ao extremo; moral – acaso e probabilidade. O autor frisou ainda que a grande importância de Kant para Clausewitz foi a inspiração para a construção das concepções subjetivas do prussiano, característica do idealismo alemão.

A última vinculação filosófica feita por Alves foi entre Thomas Hobbes (1588-1679) e Clausewitz. Dois elos são possíveis entre os autores supracitados: o primeiro diz respeito ao “caráter subalterno da guerra, já o segundo é relativo à influência da sensibilidade” (ALVES, 2006, p. 21). Thomas Hobbes afirmou na obra *Leviatã* (1651) que a condição natural do homem é a “guerra de todos contra todos”, determinada pela competição, desconfiança e glória. E o que poderia “frear” tal condição humana? Hobbes concluiu que era necessário um contrato social que viabilizasse a existência da harmonia social entre os homens. Para Alves, esta ideia hobbesiana influenciou profundamente na alocação da política na teoria clausewitziana, que atuaria como “um elemento moderador para controlar a insensatez do curso natural da guerra” (ALVES, 2006, p. 20). O segundo elo entre Hobbes e Clausewitz, na visão de Alves, diz respeito às paixões hobbesianas, que na concepção clausewitziana são os fatores morais da guerra. Ao ver do tenente-coronel Alves, as definições de guerra para os dois autores deixa evidente a relação entre os termos. Hobbes apostou na guerra como um fenômeno competitivo entre os homens na busca pela igualdade. Já Clausewitz viu a guerra pelo prisma do ódio, que leva os homens a se enfrentarem violentamente. O conceito de Hobbes, literalmente: ‘A

guerra, um comportamento competitivo, é decorrente de uma paixão humana – a esperança – que por sua vez, é determinada por uma circunstância básica e natural dos homens: a igualdade’ (HOBBS apud ALVES, 2006, p. 20). Após apresentar a percepção de guerra para Hobbes, Alves a relacionou com a ideia de Clausewitz: ‘A guerra – que implica necessariamente derramamento de sangue – é decorrente da paixão humana – o ódio – que, por sua vez, é determinada por circunstância básica e natural dos homens: violência’ (CLAUSEWITZ apud ALVES, 2006, p. 20-21). Ao ver de Alves, a relação entre os dois autores é clara e consistente, e, possivelmente, Hobbes teve uma influência significativa sobre o pensamento complexo de Clausewitz.

Os dois textos analisados constituem uma exceção na produção militar brasileira sobre Clausewitz, sobretudo, o texto produzido pelo tenente-coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves. Nesse sentido, “Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra” nos pareceu um dos textos mais bem estruturados analisados neste trabalho, uma vez que o autor não se ancorou somente em um conceito clausewitziano, mas quis demonstrar a grandeza de *Da Guerra*. Concordamos com o autor que salientou a escassez de trabalhos que abordam, em um nível mais aprofundado, o prussiano no meio militar brasileiro.

### 3.3 As leituras históricas

Cinco textos publicados em *A Defesa Nacional* chamaram nossa atenção por relacionar Clausewitz a episódios da História Militar. Em “Clausewitz, o Plano Schlieffen e o Princípio do Objetivo” (1989), o capitão Sérgio Paulo Muniz Costa analisou como o plano do chefe do Estado-Maior alemão na Primeira Guerra Mundial fez uso dos princípios de guerra formulados por Clausewitz em seu clássico livro *Da Guerra*. O pensamento estratégico de Clausewitz foi, segundo o capitão brasileiro, primordial no século XIX e início do século XX, contudo, a essência da teoria do prussiano não foi bem assimilada: “O pensamento clausewitziano, embora pouco compreendido na sua dimensão mais importante, a política, influenciou bastante o pensamento estratégico-militar no final do século XIX e início do século XX” (COSTA, 1989, p. 108).

Nessa leitura, é impossível aceitar a ideia de que Schlieffen, que fora formado em uma tradição clausewitziana, não tivesse sofrido larga influência do prussiano. Seu plano de guerra teria sido concebido nos moldes do plano de guerra apresentado por Clausewitz em *Da Guerra*. Os pontos básicos dos princípios de guerra (as normas que conduzem o desempenho da guerra) de Schlieffen foram (de acordo com o capitão Costa): ofensiva, massa, economia

de forças, manobra, segurança e surpresa. A primazia do chefe na condução da guerra levaria a plena consecução e harmonia os elementos acima indicados, garantindo a vitória da Alemanha.

Para o autor aqui considerado, o centro de gravidade foi a pedra de toque do plano de guerra de Clausewitz e também do Plano de Schlieffen, pois “é a formulação do princípio do “objetivo” num nível mais elevado, o nível político e estratégico da condução da guerra” (COSTA, 1989, p. 113). A falha no plano de guerra formulado por Schlieffen foi ter dado demasiada importância ao papel do chefe na dimensão estratégica e ter deixado “de lado” o objetivo como princípio. A conjuntura na qual viveu Schlieffen não era favorável à ação de destaque do comandante, tal como preconizara Clausewitz. Na Alemanha da I Guerra Mundial, o poder de autoridade do comandante havia sido enfraquecido em todos os escalões, assim, não era claro a quem cabia a função de realmente comandar os batalhões do Exército alemão. Na perspectiva de Costa, as concepções clausewitzianas sobre a função do chefe militar eram válidas, no entanto, não havia uma estrutura no Exército alemão daquele tempo que garantisse a possibilidade de aplicação desta teoria. As ideias de Clausewitz foram centrais no artigo de Sérgio Paulo Muniz Costa, que demonstrou possuir um conhecimento mais amplo das teorias do prussiano. O capitão brasileiro utilizou-se de estudiosos centrais do general, tal como Aron. Talvez por isso, tenha afirmado com convicção que a dimensão mais importante da teoria de Clausewitz é a política.

Outro leitor brasileiro de Clausewitz centrou-se na relação entre a teoria deste autor e o segundo pós-Guerra. Trata-se do coronel Valmir Fonseca Azevedo Pereira, em “Aplicação dos Conceitos de Clausewitz nos Principais Conflitos Ocorridos Após a Segunda Guerra Mundial” (1992). Para Pereira, mesmo com o avanço das tecnologias nucleares no cenário bélico da Guerra Fria, algumas ideias de Clausewitz permaneceram atuais, pois, “as linhas mestras que regem as guerras permaneceram imutáveis, e os pensadores militares, dentre eles Clausewitz, tem comprovado sua atualidade na era contemporânea” (PEREIRA, 1992, p. 11). Entre tais ideias estariam: a guerra como instrumento da política, orientação para o objetivo, superioridade numérica da tropa, relevância dos fatores morais e psicológicos e importância da surpresa

O objetivo do autor foi demonstrar como as guerras ocorridas após a Segunda Guerra Mundial ainda empregaram percepções clausewitzianas, principalmente, a da guerra como instrumento da política. Dentre os artigos analisados este foi o único que se aventurou em aclarar, detalhadamente, qual a visão do autor sobre a subordinação militar à política e, o

porquê da guerra ser um ato político de interesse nacional que envolve uma trindade: governo, forças armadas e povo. Mais uma vez observamos a inversão da trindade clausewitziana:

Clausewitz destaca que a guerra é um ato político, por isso o poder militar é a ele subordinado, devendo tanto o estadista saber sobre a arte da guerra, como o general saber sobre a política, inclusive para assessorar o estadista no que se refere a participação do poder militar na consecução dos objetivos políticos.

Sendo a guerra um ato político, seu objetivo é político, o qual deve ser plenamente definido e perfeitamente dimensionados os óbices para o seu atingimento. O esforço não deverá ser maior do que o valor do objetivo, ou seja, tem que ser compatível com a capacidade do Estado.

Sendo o objetivo da guerra uma concepção da política, ele representa a vontade do Estado – Governo – Forças Armadas e Povo, portanto é *nacional*, advindo a necessidade do preparo do poder militar desde os tempos de paz.

Sendo a guerra de interesse nacional, representando um ato do Estado e envolvendo Governo, forças armadas e povo, deve empregar todos os meios nacionais disponíveis. Em consequência, todos os campos de ação, político, econômico, psicossocial e militar serão acionados, tomando a guerra o cunho de total para o Estado. O interesse nacional deverá imprimir ao desenvolvimento da guerra uma componente da importância capital que é a vontade política. (PEREIRA, 1992, p. 9).

As guerras aludidas pelo autor foram: Guerras Árabes-Israelenses (1948-1949); Guerra do Golfo (1990-1991); Guerra das Malvinas (1982); Guerra da Coreia (1950-1953); Guerra do Vietnã (1955-1975); Guerra dos Seis Dias (1967) e Guerra do Yom Kippur (1973). Ao ver de Pereira, todos os conflitos assinalados foram permeados por conceitos da teoria clausewitziana, especialmente, todas estas guerras tiveram a noção da importância da submissão da expressão militar à política. Para o autor, os que não seguiram de alguma forma tal tendência tiveram experiências desastrosas, tal como o Iraque na Primeira Guerra do Golfo, a Argentina na Guerra das Malvinas ou os Estados Unidos da América na Guerra do Vietnã. A conclusão primordial alcançada pelo capitão Pereira foi que a base central do pensamento do general prussiano – a subordinação do poder militar à política – permaneceu intacta e atual. O autor brasileiro fez um alerta aos que renegaram as ideias do general prussiano contidas em *Da Guerra*.

A filosofia da guerra enunciada por Clausewitz, e os diversos conceitos por ele emitidos, prevaleceram, não apenas no século XIX, mas adentraram no século XX e são comprovados na atualidade como basilares do pensamento militar.

*Da Guerra*, a obra de Clausewitz, prosseguirá, através dos tempos, como um marco de referência a ser consultado por gerações de políticos e militares, interessados no entendimento da filosofia da guerra e na formulação das diretrizes que colimam os mais altos interesses nacionais (PEREIRA, 1992, p.17).

O autor ainda defendeu a importância e atualidade de *Da Guerra*, mesmo com as distintas interpretações que a obra recebeu ao decorrer do tempo, uma vez que a teoria presente em suas páginas é central para o entendimento das novas guerras, àquelas que se

distanciam do antigo pensamento de subordinação da política à expressão militar (PEREIRA, 1992). Clausewitz apresentou uma nova dimensão da guerra, a guerra dos povos, que permitiu a análise da guerra como um fenômeno político e social, e este é um legado do qual o prussiano não pode ser destituído (PEREIRA, 1992).

Outro artigo veio agregar-se ao coro dos partidários da atualidade de Clausewitz: “Política e Estratégia nos conflitos do século XX” (2002), do coronel João Cesar Zambão da Silva. A intenção do autor foi apontar como os conflitos do século XX estiveram ancorados na concepção de Clausewitz sobre a importância da subordinação militar à política. Em sua ótica, os países que se distanciaram desta máxima tiveram fracassos em suas guerras, no entanto, há alguns Estados que seguiram a receita clausewitziana e também obtiveram insucessos. O que teria levado os países que seguiram os preceitos clausewitzianos, ou seja, o padrão político, a não alcançarem a vitória? As teorias de Clausewitz teriam perdido a validade? Para ele, o problema foi o não seguimento adequado das palavras do prussiano, sobretudo, em três questões essenciais.

O primeiro erro diz respeito a um tipo de assimilação incorreta da subordinação militar à política. A ideia central, na visão de Silva, é que esta interação não seja de submissão da expressão militar e sim que haja um consenso entre os dois níveis, viabilizando uma relação de cooperação e integração. Em segundo lugar, deve haver um elemento que possa ajustar o relacionamento entre a área política e a militar, “traduzindo” para ambas as partes os objetivos que devem ser alcançados em cada nível, tanto o político quanto o estratégico. A terceira questão é referente ao modo de como pôr em funcionamento as outras duas ações, e para o autor o segredo está na concretização da trindade da guerra de Clausewitz.

Um governo que seja capaz de identificar e enunciar claramente os objetivos a serem atingidos, que possua legitimidade e respaldo político para congregar e orientar a vontade nacional em direção a esses objetivos; um povo que não só abrace integralmente os objetivos almejados, mas que se envolva direta e integralmente no esforço para a sua consecução e que, em especial, apoie as forças armadas do seu país; e forças armadas que possuam em seus quadros comandantes competentes e respeitados e que estejam sempre adequadamente equipadas e adestradas para o cumprimento de suas missões. (SILVA, J.C.Z, 1992, p. 59).

Após defesa da relevância e atualidade de Clausewitz por um militar brasileiro, alocamos aqui o pensamento de um crítico civil da teoria clausewitziana, o professor de História Luiz Felipe da Silva Neves, com o texto “Considerações sobre a Guerra” (1999). Aí, o autor teve um objetivo central: “refutar a clássica afirmação de Clausewitz – e tão repetida

até hoje! – de que a guerra é a continuação da política por outros meios” (NEVES, 1999, p. 8-9).

O cenário pensado pelo autor foi o do pós-Guerra Fria, no qual haveria chances mínimas de que grandes guerras mundiais pudessem acontecer, sendo um “ambiente” mais apropriado e favorável para os atentados terroristas com armas nucleares. Não descartando a possibilidade de que conflitos aconteceriam, a indagação de Neves foi: “por que existem guerras?” Muitos citaram Clausewitz e seu dito “a guerra é a continuação da política por outros meios” para responder a esta pergunta e, para o professor, aí está um erro crasso. O autor utilizou-se de John Keegan (1934-2012) e sua obra *Uma História da Guerra* (1993) para corroborar a sua tese e assim refutar Clausewitz.

Para muitos, no mundo todo, Clausewitz é, ainda hoje, o “papa” no assunto. No entanto, dele não se pode nem dizer que está superado, posto que desde o início, a sua premissa básica – a guerra é a continuação... – está errada. A guerra é uma atividade cultural que surgiu milênios antes da política. Outras refutações são óbvias, mormente após as armas nucleares (NEVES, 1999, p. 12).

O autor não abordou qual sua definição de política e cultura, mas pareceu acreditar na dissociação entre os dois termos. Fato interessante reside na indicação de leitura do professor Neves acerca de Clausewitz: a obra de Raymond Aron (*Pensar a guerra, Clausewitz*), o mais conhecido defensor das teorias clausewitzianas.

Em uma visão contrária, no ano de 1996, o tenente-coronel Sérgio Paulo Muniz Costa, figura citada anteriormente neste trabalho, publicou uma resenha sobre o mesmo livro de Keegan referenciado pelo professor Neves, *Uma História da Guerra*. O tenente-coronel Costa observou que a hipótese de Keegan nesta obra foi apresentar a guerra como uma cultura, no entanto, o historiador inglês foi mais longe em sua tese e apresentou a guerra como uma atividade humana autônoma. Foi através desta conclusão que Keegan “atacou sistematicamente a fórmula clausewitziana, segundo a qual a guerra seria a continuação da política por outros meios” (COSTA, 1996, p. 127). O tenente-coronel Costa criticou a ideia de Keegan, enfatizando que sua obra, *Uma História da Guerra*, “pouco acrescentou para a compreensão contemporânea de Clausewitz” (COSTA, 1996, p. 127). Este artigo não está relacionado com a utilização da teoria clausewitziana para a compreensão de alguns eventos-chave da História Militar, entretanto, o alocamos neste tópico para demonstrar o debate existente acerca da validade da teoria clausewitziana.

Clausewitz foi certamente declarado atual para os militares brasileiros que se arriscaram em empregar sua teoria para analisar alguns conflitos históricos, tentando

comprovar que suas concepções, sobretudo a ideia da subordinação militar a política, foram centrais nas guerras travadas no decorrer do século XX. Dos cinco artigos analisados apenas um autor refutou Clausewitz e sua ideia central, nos outros textos os autores foram enfáticos: Clausewitz e sua obra máxima, *Da Guerra*, ainda continuam relevantes e atuais. Observamos que em consenso com a literatura estrangeira do pós-Guerra Fria, os militares e civis brasileiros também debateram a atualidade ou obsolescência de Clausewitz, discutindo o conceito de trindade e a relação da política com a guerra. Um dado constatado é que os militares brasileiros aceitaram a “trindade invertida” tão propagada pelos militares norte-americanos como a principal contribuição de Clausewitz para a compreensão das guerras e, ao mesmo tempo, a trindade tão criticada por Kaldor e Crevelde como uma ideia obsoleta das “guerras do passado”. Acreditamos que só a leitura da própria obra de Clausewitz, *Da Guerra*, poderá trazer o entendimento da teoria complexa do general prussiano. Não descartamos a validade da leitura de comentadores competentes de Clausewitz – Aron, Bassford, Strachan, Paret e Howard – contudo, a leitura de *Da Guerra* é indispensável e insubstituível.

## CAPÍTULO 4

### **A recepção de Clausewitz na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro**

Este capítulo tem como objetivo analisar a recepção de Clausewitz no pensamento atual dos oficiais que comandarão no futuro a Força Terrestre. Para isso, pesquisamos o currículo escolar da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e seu periódico, *Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos* (RCM). Acreditamos que através destes dois instrumentos poderemos ampliar a nossa compreensão sobre a leitura de Clausewitz no Exército brasileiro. Percorramos, a seguir, uma breve síntese sobre a criação e desenvolvimento da Escola de Comando e Estado Maior, na qual evidenciaremos a presença de distintos países na constituição desta instituição.

A Escola de Estado-Maior (EEM) foi criada no ano de 1905, sendo subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME). O intuito da Escola era oferecer aos oficiais os ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos imprescindíveis ao preparo e emprego da Força Terrestre. Nos seus anos iniciais, a Escola teve presença marcada da doutrina alemã, tal fato era evidenciado por meio dos textos escolares produzidos pelos oficiais que frequentavam as dependências da Escola (CASTRO, 2002). A influência alemã, como já apontado neste trabalho, veio através dos *Jovens Turcos*, oficiais que estagiaram entre 1906 e 1912 em um dos mais famosos exércitos do século XX, o imperial alemão. A Escola suspendeu temporariamente suas atividades escolares no ano de 1918 em virtude da Primeira Guerra Mundial, sendo reaberta pelos franceses entre os anos de 1920 e 1921. A partir de então teve princípio o período de “domínio” doutrinário francês. Na visão dos oficiais franceses, participantes da MMF, a Escola de Estado-Maior deveria ser o auge do sistema educacional do Exército (McCANN, 2007). Já no primeiro ano de funcionamento do órgão nos moldes franceses foi instituído um curso de revisão para os oficiais, com duração de um ano. O intuito era promover a adaptação dos alunos militares ao novo sistema educacional, aqueles que não conseguissem se adequar aos padrões franceses seriam afastados da Escola. No “tempo” francês da Escola, além do curso de revisão, eram ministrados outros três cursos, mas que não tinham muita procura entre os militares. O abandono era provocado por duas causas: a dificuldade do exame para admissão e o programa de estudo dos cursos, que era considerado de nível demasiadamente elevado. Estes dois fatores espantavam os interessados



em ingressar na Escola, por isso, ao longo do tempo algumas medidas foram sendo adotadas para atrair os estudantes.

A doutrina francesa permaneceu entre os muros da Escola até a saída da Missão Militar Francesa, no ano de 1940. Sem dúvida, a presença dos franceses foi essencial no aperfeiçoamento daquela Escola, pois promoveram a intensificação dos exercícios no terreno e adotaram temas táticos como formas de ensino, aspectos ainda encontrados no ensino militar do órgão (McCANN, 2007). Encerrada a era francesa iniciou-se o período de influência dos Estados Unidos da América, através do contato que os oficiais brasileiros – a conhecida Força Expedicionária Brasileira (FEB) – tiveram com oficiais norte-americanos nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial.

A Escola recebeu o legado doutrinário e a experiência dos vencedores da Segunda Guerra, trazidos dos campos de batalha da Itália por brasileiros vencedores e implantados sob a liderança do Coronel Humberto de Alencar Castello Branco, veterano oficial de operações da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (CASTRO, 2002, p. 12).

No ano de 1955 foi que o estabelecimento militar recebeu a atual denominação, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Desde 1969 houve a mudança de subordinação do Estado-Maior do Exército para a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), do Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX). A função da ECEME é preparar oficiais para exercer cargos de alta patente no Estado-Maior do Exército, tais como: comando, chefia, direção e assessoramento dos escalões da Força Terrestre (CASTRO, 2002). Além disso, contribui com os órgãos de direção-geral e setorial no desenvolvimento da doutrina para o emprego da Força Terrestre. A estrutura de ensino da ECEME é baseada em cursos, que variam de um a dois anos de duração. Todos estes cursos são de pós-graduação, ministrados em consonância com a legislação que regula o ensino de grau superior no país e conforme o prescrito no Regulamento da Lei de Ensino do Exército. Percorremos os currículos destes cursos a fim de respondermos a seguinte indagação: A Escola de Comando e Estado-Maior lê Clausewitz?

Sim, a Escola de Comando e Estado-Maior se apropria de Clausewitz em todos os cursos oferecidos, pelo menos, é o que nos diz os documentos de currículo da Escola. Mas, qual foi a assimilação das teorias do general prussiano pelos alunos da ECEME? Quais ideias de Carl von Clausewitz eles mais utilizaram? Para tentar encontrar a solução de tais indagações recorreremos ao periódico dos discentes da Escola, a *Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos*, criada no ano de 2002. Até o ano 2007 esta revista foi denominada

*Revista Científica da ECEME – PADECEME*<sup>103</sup>. Como já vimos, esta revista tem a função de divulgar a produção científica dos alunos da Escola de Estado-Maior do Exército. O exame deste periódico nos permitiu analisar a apropriação de Clausewitz em uma determinada conjuntura histórica: os desdobramentos do pós-11 de setembro, especificamente, a Guerra do Iraque, iniciada em 2003.

Este capítulo será dividido em dois tópicos. O primeiro compreenderá a investigação dos currículos dos cursos oferecidos pela ECEME, com o propósito de assinalar a leitura do mais famoso teórico da guerra moderna do Ocidente. O segundo abarcará os artigos sobre a Guerra do Iraque, envolvendo dois tipos de leitura sobre o prussiano: defesa e ataque de sua atualidade.

#### **4.1 Cursos e currículos da ECEME**

Em meados dos anos 80 houve um processo de reestruturação do sistema educacional da ECEME. Anteriormente a esse período havia somente um curso na Escola, o de Altos Estudos Militares (CAEM). Com a reorganização do ensino foi criado o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).

Basicamente, o CAEM é direcionado para as atividades de Comando e Estado-Maior e encontra-se dividido em cinco cursos:

1. Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) – duração: 2857 horas/ 2 anos;
2. Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes (CCEM Int.) – duração: 2897 horas/ 2 anos;
3. Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos (CCEM Med): duração: 1192 horas/ 1 ano;
4. Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas (CCEM ONA) – duração: 1233 horas/ 1 ano;
5. Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM) – duração: 1225 horas/ 1 ano.

Já o CPEAEx é voltado para a Política e Estratégia e tem a duração de 1319 horas/ 1 ano.

---

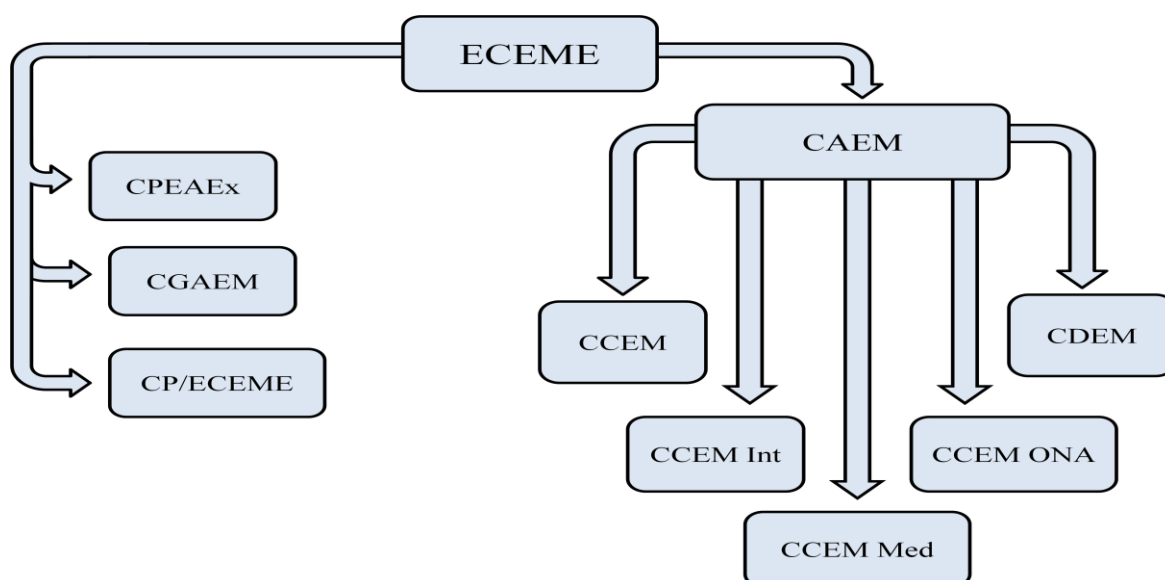
<sup>103</sup>ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército); PADECEME (Programa de Atualização dos Diplomados pela ECEME).

Dois outros cursos são oferecidos pela ECEME e não estão vinculados ao CAEM ou ao CPEAEx:

1. Curso de Preparação à ECEME (CP/ECEME) – duração: 566 horas/ 9 meses;
2. Curso de Gestão e Assessoramento de Estado Maior (CGAEM) – duração: 370 horas/ 12 semanas<sup>104</sup>;

Para melhor entendimento da estrutura educacional da ECEME projetamos a figura abaixo:

**Figura 1.** Estrutura educacional da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Analisamos os documentos de currículo dos cursos acima mencionados e identificamos a presença de Clausewitz em duas disciplinas centrais: Estratégia e História Militar. Estas disciplinas estão presentes nos quadros da Escola desde 1909 e parecem ter mantido a relevância com o decorrer do tempo<sup>105</sup>.

<sup>104</sup> Este curso não disponibiliza os seus documentos de currículo, por isso não foi considerado em nossa análise.

<sup>105</sup> Os documentos de currículo analisados são atuais, do ano de 2012. No entanto, gostaríamos de ressaltar que mediante a análise destes documentos desde 1990, podemos constatar que não ocorreram alterações substanciais na grade curricular da Escola, sendo que poucas disciplinas foram excluídas ou inseridas nesse íterim.

#### 4.1.1 Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) / Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Intendentes (CCEM Int.)<sup>106</sup>

- Estratégia

Nesta disciplina há uma carga horária total de 186 horas, dividida em dois anos: 1ºAno: 12 horas e 2ºAno: 174 horas. Todos os cursos da ECEME são estruturados em Unidades Didáticas, que comportam os assuntos a serem estudados. Esta disciplina é estruturada em seis unidades, que podem ser visualizadas na tabela abaixo:

**Tabela 9.** Unidades Didáticas na disciplina Estratégia nos cursos CCEM e CCEM Int.

1º Ano	2º Ano
<b>Unidade I – Estratégia: aspectos introdutórios e conceitos básicos (12 horas)</b>	Unidade II – Estratégia: fundamentos e aplicação (33 horas)
-	Unidade III – Planejamento Estratégico (15 horas)
-	Unidade IV – Fundamentos das Operações Estratégicas (3 horas)
-	Unidade V – Concepções Estratégicas (14 horas)
-	Unidade VI – Estudos Estratégicos (94 horas)

Na unidade em destaque, a primeira, há o estudo dos “principais pensadores estratégicos”: Sun Tzu, Jomini, Clausewitz, Maquiavel, Liddell Hart, Raymond Aron, Mao Tsé Tung e Mahan. Os principais objetivos desta unidade são: conhecer a biografia destes autores e identificar as suas linhas de pensamento estratégico, diferenciando as estratégias clássicas das contemporâneas. Observa-se então não só o estudo de Clausewitz como também de dois de seus leitores: Liddell Hart e Raymond Aron. A leitura de Clausewitz é realizada apenas no primeiro ano dos cursos, que é fundamentalmente introdutório sobre a concepção

<sup>106</sup> Os dois cursos são frequentados por oficiais com postos de: capitão, major e tenente-coronel. A formação nestes cursos permite assumir cargos nos grandes comandos e unidades do Exército.

estratégica. Já no segundo ano, é enfocada a prática da estratégia, especialmente, dentro da Força Terrestre, seja em nível administrativo, através da elaboração de documentos oficiais pertinentes, ou, no campo de operações. Nestas unidades prioriza-se o entendimento das estratégias adequadas para a situação brasileira.

- História Militar

Em dois anos a carga horária do curso é de 61 horas, com a seguinte divisão: 1ºAno: 46 horas e 2ºAno: 15 horas. Nesta disciplina têm-se três unidades, como pode ser visualizado na tabela abaixo:

**Tabela 10.** Unidades Didáticas na disciplina História Militar nos cursos CCEM e CCEM Int.

<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>
<b>Unidade I – Conflitos e Guerras na Historiografia Militar Contemporânea: estudos de casos sobre operações táticas (30 horas)</b>	<b>Unidade III – Conflitos e Guerras na Historiografia Militar Contemporânea: estudos de casos sobre operações estratégicas (15 horas)</b>
Unidade II – Síntese Histórica do Exército (16 horas)	-

Contrariamente à disciplina de Estratégia, a teoria clausewitziana está presente nos dois anos, nas unidades em negrito, I e III. Os objetivos da Unidade I são: estudar casos históricos de Operações Táticas; comparar a evolução da Doutrina Militar, nos estudos de caso apresentados, com a atualidade; evidenciar a capacidade de produzir novos dados, ideias e/ou realizar combinações originais na busca de uma solução eficiente e eficaz e evidenciar capacidade de reformular planejamentos e comportamentos, com prontidão, diante de novas exigências. Na Unidade III os desígnios centrais são os mesmos apresentados na outra unidade, a diferença é que o interesse nesta é o estudo de casos históricos de Operações Estratégicas, enquanto na primeira é a investigação dos casos táticos. Novamente têm-se a presença de defensores e críticos do prussiano, tais como: Fuller, Keegan, Liddell Hart e Meira Mattos. O estudo destes autores é feito nas duas unidades apontadas.

#### 4.1.2 Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais Médicos (CCEM Med.) / Curso de Chefia e Estado-Maior para Oficiais das Nações Amigas (CCEM ONA) / Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM)<sup>107</sup>

- Estratégia

A carga horária de ensino é similar em dois cursos, CCEM Med. e o CDEM: 154 horas em um ano. O CCEM ONA apresenta quantidade reduzida de horas para a Estratégia, 42 horas. Nas tabelas seguintes podemos visualizar as unidades didáticas dos três cursos, respectivamente, do CCEM Med, CDEM e CCEM/ONA:

**Tabela 11.** Unidades Didáticas na disciplina Estratégia nos cursos CCEM Med e CDEM

<b>CCEM Med/ CDEM - 1º Ano</b>
<b>Unidade I – Estratégia: Aspectos Gerais (31 horas)</b>
Unidade II – Planejamento Estratégico (5 horas)
<b>Unidade III – Concepções Estratégicas (18 horas)</b>
Unidade IV – Estudos Estratégicos (89 horas)

**Tabela 12.** Unidades Didáticas na disciplina Estratégia no curso CCEM/ONA

<b>CCEM/ONA – 1º Ano</b>
<b>Unidade I – Estratégia: Aspectos Gerais (42 horas)</b>

Na unidade I, dos três cursos, é proposto o seguinte assunto: “Fundamentos da Estratégia”, em que são nomeados os seguintes objetivos: interpretar os principais conceitos da política, estratégia e suas relações; analisar as situações e ação militar para a solução de crises e conflitos; interpretar as estratégias de segurança; interpretar linhas do pensamento estratégico; apresentar soluções originais e adequadas para os casos históricos e para as

<sup>107</sup> O CCEM Med habilita oficiais médico ao exercício de cargos e funções de estado-maior peculiares ao Serviço de Saúde nos escalões de comando pertinentes. O CCEM ONA tem o objetivo de capacitar oficiais das Nações Amigas para o exercício de cargos e funções de Estado-Maior. O CDEM é um curso destinado aos oficiais do quadro de engenheiros militares (QEM), para prover conhecimentos essenciais à condução em assessoramento de atividades relacionadas à mobilização industrial e, habilitá-los ao exercício de cargos e funções previstos no quadro de oficiais-generais engenheiros militares.

situações apresentadas. Nesta unidade é feito o uso de Carl von Clausewitz e de alguns de seus comentadores e críticos: Aron, Liddell Hart e Meira Mattos.

Estes cursos não abordam, tais como os outros dois (CCEM e CCEM Int.), o papel prático da estratégia, detendo-se nos traços teóricos do conceito.

- História Militar

Há uma sutil diferença entre as cargas horárias dos cursos. O primeiro, CCEM Med faculta 49 horas à História Militar, enquanto que o CDEM oferta 44 horas. Inversamente, o CCEM ONA opta por ter um número maior de horas dedicado à História Militar, somam-se 66 horas, em três unidades didáticas. Nas tabelas abaixo podem ser visualizadas as unidades didáticas.

**Tabela 13.** Unidades Didáticas na disciplina História Militar nos cursos CCEM Med e CDEM

<b>CCEM Med/ CDEM - 1º Ano</b>
<b>Unidade I – Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar</b> <b>(25/20 horas)<sup>108</sup></b>
Unidade II – Síntese Histórica do Exército Brasileiro (24 horas)

**Tabela 14.** Unidades Didáticas na disciplina História Militar no curso CCEM/ONA

<b>CCEM/ONA - 1º Ano</b>
<b>Unidade I – Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar</b> <b>(20 horas)</b>
Unidade II – Síntese Histórica do Exército Brasileiro (24 horas)
Unidade III – Casos Históricos de Operações Táticas (22 horas)

Há somente uma temática debatida na Unidade I: “Evolução da Arte da Guerra e do Pensamento Militar”, com as seguintes finalidades a serem atingidas: analisar a evolução da arte da guerra; interpretar o pensamento de comandantes e estrategistas militares da História; analisar conflitos da História no nível estratégico. *Da Guerra*, aparece entre os livros

<sup>108</sup> O CCEM Med possui 25 horas para a Unidade I e o CDEM 20 horas.

aplicados no ensino desta unidade, e alguns estudiosos do prussiano também são assinalados, tais como: Aron, Fuller, Keegan, Liddell Hart e Meira Mattos.

#### 4.1.3 Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx)<sup>109</sup>

- Estratégia

Com um total de 70 horas/aula a disciplina está subdividida em três unidades:

**Tabela 15.** Unidades Didáticas na disciplina Estratégia no curso CPEAEx

<b>CPEAEx - 1º Ano</b>
<b>Unidade I – O Fenômeno Estratégico (25 horas)</b>
<b>Unidade II – Estratégia Contemporânea (10 horas)</b>
<b>Unidade III – Gerenciamento de Crises (35 horas)</b>

O CPEAEx trabalha com a teoria de Clausewitz nas três unidades didáticas. Na Unidade I são discutidos os seguintes assuntos: natureza da guerra; teorias da estratégia; evolução do pensamento estratégico; questão moral da guerra. Na segunda Unidade é debatido o cenário atual da estratégia, comparando-se as estratégias recentes utilizadas pelos principais países do mundo. A Unidade III é dedicada ao estudo de crises, focando-se nos seus aspectos teóricos para posteriormente formular exercícios de manobra de crise, aplicando as percepções apreendidas na teoria. Os fins fundamentais destas unidades são: analisar o fenômeno da guerra; interpretar os conceitos fundamentais utilizados nos estudos de problemas estratégicos; analisar a evolução histórica do pensamento estratégico-militar e analisar as principais concepções estratégicas contemporâneas. No CPEAEx também há a apropriação de leitores famosos do prussiano, tais como: Aron, Crevelde, Fuller, Keegan, Liddell Hart, Meira Mattos e Paret.

<sup>109</sup> A finalidade específica deste curso é o de habilitar e capacitar oficiais ao assessoramento dos mais altos escalões das Forças Singulares. Destinado a coronéis eleitos por mérito, também proporciona vagas para os oficiais da Marinha e Aeronáutica.



#### 4.1.4 Curso de Preparação à ECEME (CP/ECEME)<sup>110</sup>

- Introdução à Geopolítica e à Estratégia

Com 20 horas de duração a disciplina é estruturada em duas unidades didáticas:

**Tabela 16.** Unidades Didáticas na disciplina Introdução à Geopolítica e à Estratégia no curso CP/ECEME

CP/ECEME
Unidade I – Introdução à Geopolítica: fundamentos, teorias e conceitos gerais (8 horas)
Unidade II – Introdução à Estratégia: fundamentos, teorias e conceitos gerais (12 horas)

Na unidade II há o estudo dos principais pensadores estratégicos, entre eles Clausewitz e dois de seus leitores, Aron e Liddell Hart.

#### 4.1.5 Obras utilizadas nas disciplinas de Estratégia e História Militar: CAEM, CPEAEx e CP/ECEME

Apesar de algumas distinções entre as temáticas abordadas nos cursos do CAEM, as obras empregadas nas disciplinas de Estratégia e História Militar são as mesmas. Abaixo as tabelas com os respectivos livros apontam não só a leitura de Clausewitz, como também a de seus críticos (Hart e Fuller) e defensores (Aron e Meira Mattos) do autor.

**Tabela 17.** Obras utilizadas nos cursos do CAEM na disciplina Estratégia

Título	Autor
Paz e Guerra entre as Nações	Raymond Aron
Clausewitz, trechos de sua obra	Rogers Ashley Leonard
As Grandes Guerras da História	Liddell Hart
Estratégias Militares Dominantes	Meira Mattos

<sup>110</sup> Este curso que é realizado na modalidade de ensino a distância (EAD), tem como objetivo capacitar oficiais para participarem dos processos seletivos aos cursos da ECEME.

**Tabela 18.** Obras utilizadas pelos cursos do CAEM na disciplina História Militar

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
<b>Da Guerra</b>	Carl von Clausewitz
<b>A Conduta da Guerra</b>	John Frederick Charles Fuller
<b>As Grandes Guerras da História</b>	Liddell Hart
<b>Estratégia</b>	Liddell Hart
<b>O Outro Lado da Colina</b>	Liddell Hart
<b>Estratégias Militares Dominantes</b>	Meira Mattos

**Tabela 19.** Obras utilizadas pelo curso CPEAEx na disciplina Estratégia

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
<b>Da Guerra</b>	Carl von Clausewitz
<b>Pensar a Guerra, Clausewitz (2 volumes)</b>	Raymond Aron
<b>Paz e Guerra entre as Nações</b>	Raymond Aron
<b><i>The Transformation of War</i></b>	Martin van Creveld
<b>A Conduta da Guerra</b>	John Frederick Charles Fuller
<b>Uma História da Guerra</b>	John Keegan
<b>As Grandes Guerras da História</b>	Liddell Hart
<b>Estratégia</b>	Liddell Hart
<b>O Outro Lado da Colina</b>	Liddell Hart
<b>Estratégias Militares Dominantes</b>	Meira Mattos
<b>Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à Era Nuclear</b>	Peter Paret

No curso CPEAEx, como aludido, só há o ensino da disciplina Estratégia. A coletânea dos livros utilizados no curso é uma junção das obras abordadas nas disciplinas de Estratégia e História Militar no CAEM. Os estudiosos de Clausewitz são também encontrados, tais como: Raymond Aron, Martin van Creveld, Peter Paret, John Fuller, John Keegan, Liddell Hart e Meira Mattos.

No curso CP/ECEME, que é uma introdução às teorias estratégicas, só há duas obras básicas, apontadas na tabela seguinte:

**Tabela 20.** Obras utilizadas no curso CP/ECEME na disciplina Introdução à Geopolítica e à Estratégia

<b>Título</b>	<b>Autor</b>
<b>Clausewitz, Trechos de Sua Obra</b>	Rogers Ashley Leonard
<b>As Grandes Guerras da História</b>	Liddell Hart

Nota-se a diferença entre os livros utilizados para o estudo de Clausewitz nas disciplinas de Estratégia e História Militar. Enquanto em Estratégia é utilizado a obra máxima de Clausewitz, *Da Guerra*, em História Militar emprega-se *Clausewitz, trechos de sua obra*, compilado por Rogers Ashley Leonard. Como citado no capítulo anterior, o livro de extratos das concepções clausewitzianas consta das traduções de Graham, primeiro tradutor de *Da Guerra* para a língua inglesa. O curioso é que na maior parte das instituições de ensino militar do mundo é usada a controversa versão dos norte-americanos Peter Paret e Michael Howard, de 1976, *On War*. Até mesmo a Escola de Guerra Naval fez uma tradução de *On War* para o Português, o que nos leva a crer que há uma preferência da Força Marítima pela versão mais recente de *Da Guerra*. Ou, há também a hipótese de que a utilização da obra contendo apenas fragmentos produza uma assimilação mais simples da complexa teoria do prussiano, afinal foi este o objetivo central do livro estruturado por Leonard.

#### **4.1.6 Biblioteca da ECEME**

Também buscamos Clausewitz na biblioteca da Escola e encontramos uma vasta coleção de livros do general prussiano. Foram encontradas edições em outros idiomas, tais como alemão, francês e inglês. De acordo com informações obtidas na biblioteca da ECEME, o primeiro livro adquirido do autor prussiano foi um volume francês, publicado em 1906, e que foi registrado pelo estabelecimento no ano de 1941. Seria essa uma herança da Missão Militar Francesa na ECEME? Segue uma tabela com distintas informações sobre as obras de Clausewitz que encontramos na biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

**Tabela 21.** Lista de livros de Clausewitz encontrados na Biblioteca da ECEME

<b>Título</b>	<b>Editora</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Ano de entrada na Biblioteca</b>	<b>Idioma</b>
<i>La Campagne de 1799 in Italie ET em Suisse.</i>	Librarie Militaire	1906	1941	Francês
<i>Principles of War: Military Classics.</i>	The Service Military	1945	1954	Inglês
<i>Vom Kriege, um Veraltetes Gekürzte Ausgabe.</i>	Leipzig	1940	O livro não foi carimbado	Alemão
<b>A Campanha de 1812 na Rússia.</b>	Martins Fontes	1994	2008	Português
<i>De La Guerre.</i>	De Minuit	1995	O livro não foi carimbado	Francês
<b>Princípios de Guerra.</b>	Laemert	1905	1988	Português
<i>On War.</i>	Routledge & Kegan Paul Ltd.	1956	1956	Inglês
<i>Théorie de la Grande Guerre.</i>	Librarie Militaire	[S.I]	O livro não foi carimbado	Francês

Acima estão listados os livros de Carl von Clausewitz localizados, com as seguintes informações: ano de publicação, editora, ano que foi adquirido pela biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior e o idioma da obra. Há livros que não foram catalogados quando obtidos pela instituição e por isso constam como “não carimbado”. Destacamos o último livro citado na tabela, *Théorie de la Grande Guerre (Da Guerra)*, que como vimos neste trabalho, foi citado como leitura nas escolas militares brasileiras por um dos oficiais pertencentes ao *Jovens Turcos*. Infelizmente o livro não foi carimbado, o que nos impede conhecer desde que ano, especificamente, Clausewitz é lido pelos militares do Brasil no idioma francês. Talvez o primeiro contato dos militares brasileiros com *Da Guerra* tenha sido no idioma francês, idioma que alguns oficiais dominavam no século XIX, ao contrário do alemão, língua de grande dificuldade de aprendizado para diversos militares brasileiros (McCANN, 2007).

Reunimos também as obras de estudiosos do general prussiano alocadas na biblioteca da instituição. Nota-se uma quantidade expressiva de livros em Francês. Novamente pode-se acreditar que essa seja uma herança da Missão Militar Francesa e uma constatação de que eles também podem ter trazido a teoria clausewitziana para o Brasil, já que o autor estava em alta no país desde a derrota da França para a Prússia entre os anos de 1870 e 1871. Vejamos, na

tabela abaixo, as obras de leitores de Clausewitz alocadas na biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

**Tabela 22.** Lista de livros sobre Clausewitz encontrados na Biblioteca da ECEME

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Editora</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Idioma</b>
<b>Pensar a Guerra, Clausewitz</b>	Raymond Aron	Editora Universidade de Brasília	1986	Português
<b>Clausewitz, Trechos de Sua Obra</b>	Rogers Ashley Leonard	BIBLIEx	1988	Português
<b>Filósofos da Paz e da Guerra</b>	Walter Bryce Gallie	Artenova	1980	Português
<i>Essais de Critique Militaire</i>	Georges Gilbert	<i>Librarie la Nouvelle Revue</i>	1890	Francês
<i>La Philosophie de La Guerre d'après Clausewitz</i>	Edmond Barthelemy Palat	<i>Charles-Lavauzelle &amp; Cie</i>	1921	Francês
<i>La Conduite de La Guerre (1789-1961)</i>	John Frederick Charles Fuller	[S.I.]	1963	Francês
<b>Clausewitz e a Estratégia</b>	Tiha von Ghyczy	Editora Campos	2002	Português
<i>De Clausewitz a Mao Tsé-Tung</i>	Alberto Marini	Círculo Militar	1968	Espanhol

Na biblioteca da Escola também estão localizadas as monografias produzidas pelos alunos da instituição. Encontramos uma monografia em que o tema central foi Clausewitz. O trabalho foi apresentado à Escola no ano de 2005, sob o título “La Importancia de los Valores Inmateriales en la Guerra según Clausewitz”, de autoria do major argentino Mario Enrique Antuña Lunardi<sup>111</sup>. O autor abordou a importância dos valores morais no desenrolar de uma guerra segundo a teoria clausewitziana, visto que Clausewitz foi um dos primeiros teóricos da guerra moderna a dar atenção não prioritariamente à força física, mas destacou a

<sup>111</sup> Ressaltamos que o escopo deste capítulo é analisar leituras de militares pertencentes à ECEME sobre Clausewitz. No entanto, pareceu-nos relevante demonstrar que alunos estrangeiros que frequentam esta instituição também se interessam pelo estudo da teoria clausewitziana.

preponderância do moral sobre o físico (LUNARDI, 2005). O major procurou determinar a importância destes valores na resolução de batalhas atuais, ressaltando a importância e atualidade da teoria clausewitziana. Lunardi também utilizou alguns estudiosos do general prussiano, principalmente Raymond Aron com a obra *Pensar a Guerra, Clausewitz*.

Pela incidência do prussiano nas principais disciplinas da Escola, bem como com produções monográficas sobre o autor, acreditamos na sua relevância e atualidade. Interessante ainda é o uso de críticos e defensores de Clausewitz, fato que nos leva a acreditar em um maior debate sobre a teoria clausewitziana. Talvez a inserção de Clausewitz no currículo da ECEME tenha provocado um amplo fluxo de artigos que fizeram menção ao maior teórico da guerra moderna no Ocidente. No período pesquisado, 2003-2009, investigamos trinta e quatro edições da RCM e encontramos trinta artigos que o mencionaram. No entanto, tal como procedemos com os outros periódicos analisados no capítulo anterior, selecionamos apenas cinco textos que trouxeram elementos clausewitzianos consistentes para compreendermos a recepção do autor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tal como em *A Defesa Nacional* e a *Revista do Exército Brasileiro*, as leituras de Clausewitz na *Revista das Ciências Militares* foram, em sua maioria, seletivas e superficiais e utilizaram conceitos da teoria clausewitziana para explicar ou justificar os fatos ocorridos em um determinado evento histórico, a saber, a Segunda Guerra do Golfo, iniciada no ano de 2003.

Com o início da Guerra do Iraque em 2003 foi organizada uma seção especial na RCM para tratar de alguns aspectos desta guerra, que são: campanha militar, ciência e tecnologia, logística e assuntos civis. Os artigos desta seção foram elaborados por oficiais integrantes do Grupo de Acompanhamento do Conflito do Golfo/2003. Encontramos cinco artigos que mencionaram Clausewitz no contexto da Guerra do Iraque, ressaltando que, três deles são destinados à atualização dos diplomados da ECEME e desta forma, de acordo com os redatores do periódico, representam a opinião da Escola sobre o assunto.

#### **4.2 Os desdobramentos dos ataques de 11 de setembro: a Guerra do Iraque e Clausewitz**

Logo após os Atentados de 11 de setembro os Estados Unidos da América realizaram alguns eventos militares a fim de eliminar a organização responsável pelos ataques, a *Al Qaeda*, grupo terrorista com operações procedentes do Afeganistão e lideradas pelo refugiado saudita, Osama Bin Laden. Uma das primeiras ações dos Estados Unidos da América – no plano da política interna – foi divulgar uma resolução conjunta da Câmara e do Senado, a qual

funcionava como um “aval” ao presidente para agir com a força necessária para combater o terrorismo em qualquer lugar que ele estivesse infiltrado. No plano da política externa, a ideia era buscar o “apoio” da comunidade internacional e do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para efetivar a guerra contra o terror<sup>112</sup>. Após cercar-se de medidas políticas consideradas legítimas por Bush e seus assessores, a alta cúpula do poder norte-americano deu um ultimato ao Afeganistão para que entregasse Bin Laden, entretanto, o Estado afegão recusou-se a entregar o dito culpado, pois os Estados Unidos da América negaram-se a apresentar as provas (ditas secretas) da culpabilidade do acusado. No dia sete de outubro, alegando legítima defesa, os norte-americanos atacaram militarmente o Afeganistão através de ofensivas aéreas contra localidades militares estratégicas do país, além dos campos de treinamento da *Al Qaeda*. Em dezembro de 2001, os Estados Unidos alcançaram um de seus desígnios no Afeganistão, destituir o regime dos talibãs. Contudo, fracassaram em outros dois objetivos centrais: destruição do terrorismo e captura de seu inimigo Osama Bin Laden (CHOMSKY, 2003).

Como abordado anteriormente, em 2002 os Estados Unidos procuraram demonstrar como seria a sua “nova visão” sobre a segurança nacional, a partir da construção da sua “nova” Estratégia de Segurança Nacional, a NSS02. A “doutrina Bush” era uma declaração de que ataques preventivos seriam “armas” aceitas para derrotar o terrorismo. Os países que de alguma forma colaborassem com o terror configurar-se-iam em ameaças em potencial, devendo ser neutralizados através de intervenções militares antes que se tornassem inimigos poderosos<sup>113</sup>. A mistura de ações preventivas com ações preemptivas marcou a nova teoria estratégica norte-americana, que ao mesmo tempo em que deflagrariam o terrorismo internacional globalizado através das *preventive actions*, garantiriam a segurança interna dos EUA (ZIRKER, 2007). A ideia de ataques unilaterais e preventivos para combater o terrorismo presente na NSS foi o discurso vigente para a invasão do Iraque em 2003<sup>114</sup>. Duas

---

<sup>112</sup> Logo após os Atentados de 11 de setembro, ainda no ano de 2001, o Conselho de Segurança da ONU adotou três resoluções (Resolução 1368, Resolução 1373 e Resolução 1377) de repúdio as ações terroristas, afirmando que o terrorismo representa um dos maiores perigos à segurança mundial no século XXI. Ainda em 2001 foi lançada a Resolução 1386 que autorizou o estabelecimento do *International Security Assistance Force* (ISAF), que faria o papel de uma autoridade interina no Afeganistão (SARAIVA, 2009).

<sup>113</sup> A doutrina Bush indicou que países que abrigam terroristas são tão culpados quanto os próprios terroristas e então deveriam ser invadidos para que a justiça fosse feita. Para um especialista em relações internacionais, Graham Alisson, de Harvard, a doutrina Bush revogou a soberania de Estados que dão guarida a terroristas (CHOMSKY, 2003).

<sup>114</sup> Para Chomsky (2003) os Estados Unidos da América se dão ao direito de fazer guerra segundo seu arbítrio, segundo uma doutrina de “autodefesa antecipada” sem limites conhecidos. Mais do que isso, a potência mundial hegemônica julga-se no dever de levar aos outros países do mundo as regras da ordem mundial, mas não as aplicam para si. Esta parece uma prática antiga entre os norte-americanos, mas que durante os governos de Reagan e Bush II foi levada ao extremo.

argumentações moveram o ataque dos Estados Unidos ao Iraque: a primeira delas baseava-se no indício de que o governo de Saddam Hussein possuía vinculações com Osama Bin Laden, já a segunda alegação partia da hipótese de que os iraquianos possuíam as temidas Armas Químicas de Destruição em Massa (ADMs). A guerra contra o Iraque sob esses pretextos não comprovados suscitou diversas concepções sobre os verdadeiros motivos desta empreitada. A fixação pela queda do governo de Saddam Hussein, desde a Primeira Guerra do Iraque em 1991<sup>115</sup>, e o vantajoso posicionamento geográfico do país em relação às reservas de petróleo, são abordagens que ganharam destaque na mídia e entre diversos intelectuais<sup>116</sup>. O que ficou claro mais uma vez na Guerra do Iraque foi que os Estados Unidos fariam prevalecer a sua vontade a qualquer custo, utilizando-se do seu poderio militar como o mais valioso instrumento de sua política externa.

Munidos de justificativas nada cabíveis para a invasão do Iraque, o governo de Bush foi buscar o apoio do Conselho de Segurança da ONU para a sua intervenção militar, no entanto, não conseguiu o aval da ONU por ter vários votos contra, tais como, da França, Alemanha, Rússia e China<sup>117</sup>. Mas, outros trinta e cinco países decidiram aderir à “guerra justa” de Bush e formaram a “coalizão da boa vontade” para combater um dos países pertencentes ao “Eixo do Mal”. Os principais componentes deste grupo foram: Inglaterra, Espanha e Arábia Saudita. No dia dezanove de março de 2003 iniciaram-se os primeiros ataques contra o território iraquiano e, a partir de então, os norte-americanos decretaram o fim do princípio da contenção, visto na Guerra Fria, e “inauguraram” o princípio da ação preventiva, ancorados nos princípios da NSS02, ou, a popularmente conhecida Doutrina Bush (ZIRKER, 2007).

Em tal contexto, o coronel intendente e chefe do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME Marcio Tadeu Bettega Bergo publicou em 2003 um artigo para a atualização dos

---

<sup>115</sup> Os Estados Unidos parecem ter escolhido o Iraque como alvo para a sua guerra contra o terror devido a história inacabada com este país na Primeira Guerra do Golfo. Eles haviam conquistado seus objetivos naquela guerra, mas Saddam Hussein manteve-se no poder, tal fato constituía um “nó na garganta” dos governantes norte-americanos, principalmente, para Bush pai e filho e, seus apoiadores. A escolha do Iraque como inimigo já parecia estar pré-estabelecida junto com NSS02, pensada dois anos antes da eleição de Bush, ou seja, ainda no governo de Bill Clinton (1993-1996/1997-2000). Desde os tempos de Clinton, as questões sobre o Iraque rondavam a Casa Branca (BRESSER-PEREIRA, 2003).

<sup>116</sup> Para Bresser-Pereira (2003) a intervenção militar norte-americana no Iraque não ocorreu em função do petróleo. Para o autor, a explicação plausível desta invasão é baseada em um erro político da administração Bush II, que fundamentou sua política em um conservadorismo fundamentalista cristão, de luta do bem contra o mal. Segundo Bresser-Pereira, a Guerra do Iraque escancarou que há um problema institucional central no sistema político norte-americano, mais precisamente, uma “falha democrática que pode estar no fundo dos desacertos da política internacional do governo Bush” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 60).

<sup>117</sup> Bush e seus assessores declararam recorrer ao Conselho de Segurança da ONU como uma concessão e não convicção, e que agiriam segundo os seus interesses, independente do aval dos membros do Conselho (BRESSER-PEREIRA, 2003).



alunos da Escola “A Guerra do Golfo – reflexões”, no qual procurou delinear as influências da política sobre o campo militar e, assim, apontar os principais ensinamentos desta “nova guerra” para o Exército brasileiro.

Ao se pensar na relação entre guerra e política dificilmente não se abordará Clausewitz, assim ao percorrer os impactos políticos da Guerra no Iraque, o autor imediatamente “convidou” Clausewitz ao debate. A intenção do coronel Bergo foi responder aos seguintes questionamentos: qual o papel da política no campo militar? A política ainda é central em uma guerra?

O tradicional conceito, consagrado por Karl von Clausewitz, de que “guerra é a continuação da política por outros meios”, teria mudado? É ponto básico o princípio de que a guerra é um fenômeno político. Ainda no dizer de Clausewitz, “é a política que cria a guerra; a política é a inteligência orientadora e a guerra apenas o instrumento” (BERGO, 2003, p. 56).

Mas, no conflito posto no Iraque a política ainda manteve sua função de orientadora? A ideia de Clausewitz ainda seria válida?

Da análise das condicionantes políticas deste conflito, poderemos concluir sobre indícios de uma nova concepção geopolítica no mundo contemporâneo. Uma guerra sempre terá origem em pendências não resolvidas por outros meios, e suas consequências sempre serão sentidas no campo político (BERGO, 2003, p. 56).

A política ainda estava presente, no entanto, algo mudou com a eclosão da Guerra do Iraque. Segundo este mesmo autor, o uso da ação militar de forma unilateral deu novos enfoques ao papel dos instrumentos existentes para mediar desavenças, como também alterou a própria definição de guerra, que não mais parecia ser um choque de vontades. A Guerra do Iraque deixou evidente que a atuação da diplomacia para resolver as pendências entre os Estados foi suprimida pela intervenção militar baseada na vontade obscura dos Estados Unidos da América (BERGO, 2003). A Segunda Guerra do Golfo, segundo este autor, inverteu a concepção clausewitziana de submissão militar à política, visto que o elemento militar, por meio de atos unilaterais, prevaleceu sobre o “velho jogo político travado entre Estados” (BERGO, 2003, p. 56). Esta “nova modalidade” de guerra, a designada guerra preventiva, foi estabelecida em um documento de Estado norte-americano, a NSS02, que é “produto de sua orientação política vigente” (BERGO, 2003, p. 58), que tem como objetivo fazer valer os seus interesses a qualquer custo. Diante destas mudanças estruturais da guerra,

o coronel Bergo alertou que o Exército brasileiro através de seus planejadores deveria promover uma rigorosa análise sobre as afinidades e incompatibilidades entre as nossas vontades nacionais e a de outros países, para desta forma, esquematizar medidas que evitem que o Brasil seja alvo destes novos “conflitos preventivos”. Bergo não deixou clara a sua opinião acerca da atualidade ou obsolescência de Clausewitz, mas defendeu convictamente a mudança da natureza da guerra e do conceito clausewitziano de submissão militar à política, a partir da Guerra do Iraque.

Já nos primeiros dias da Guerra do Iraque foram relatados casos extremos de violência realizados pelos soldados da coalizão contra os iraquianos, tais como: estupros, violações físicas e invasões noturnas às residências civis (BARNABÉ; MINUCCI, 2008)<sup>118</sup>. Tais fatos provocaram aversão de boa parte da população iraquiana por aquela operação, além de proporcionar motivações mais fortes para que as tropas militares do Iraque continuassem resistindo aos ataques através das estratégias de guerra irregular. Talvez por este fato o Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América, Robert Michael Gates (2006-2011), tenha declarado que o país deveria priorizar nas próximas décadas a preparação das Forças Armadas para a guerra irregular, deixando em um segundo plano as disputas por espaços aéreo e exterior (LOUREIRO DOS SANTOS, 2008). Dentro deste contexto, em um texto voltado para a atualização dos alunos pertencentes à ECEME “Objetivos políticos da Segunda Guerra do Golfo e as estratégias utilizadas – uma análise atualizada” (2003), o tenente-coronel de infantaria e instrutor da Divisão de Doutrina da ECEME André Luis Novaes Miranda analisou as estratégias utilizadas pelas tropas norte-americanas e as iraquianas para alcançarem seus objetivos políticos na Guerra do Iraque.

Para este autor, o objetivo político de Bush era somente a derrubada do regime de Saddam Hussein e a instalação de uma democracia partidária aos interesses americanos no Oriente Médio, sobretudo, que contemplassem as suas vontades quanto à indústria petrolífera e de arsenal bélico. Já o objetivo político do Iraque era apenas conservar o *status quo* anterior à guerra. Para alcançarem seus objetivos, cada país utilizou-se de uma estratégia distinta, os Estados Unidos optou pela estratégia da guerra convencional, a conhecida estratégia direta (MIRANDA, 2003). Na contramão, o Iraque empregou a estratégia pertencente à guerra irregular, a estratégia de resistência, aquela utilizada contra inimigos visivelmente superiores

---

<sup>118</sup> Com o fim da Guerra do Vietnã os EUA decidiram por fim ao serviço militar obrigatório e alguns países europeus optaram pelo mesmo caminho, ao final da Guerra Fria. As Forças seriam compostas a partir de então por soldados voluntários. Mas, esta decisão provocou um déficit substancial nos efetivos militares. A solução foi a utilização de empresas militares privadas (EMP), que nada mais são que os famosos e temidos soldados mercenários. O maior problema na contratação destes soldados é a falta de uma legislação que contemple as ações condenáveis praticadas pelos “contratados”.

(2003). Este texto foi escrito ainda no início do conflito e o autor se indagava qual destas estratégias sairia vitoriosa. Para o tenente-coronel Miranda, a Guerra do Iraque estava no campo das improbabilidades, das dúvidas, e aqui o general Clausewitz teria algo a dizer:

De acordo com Clausewitz, todas essas incertezas, no campo da estratégia, não são apenas uma incapacidade de prever fatos, mas – muito mais importante – a consequência da indeterminação de eventos gerados pela oposição inteligente e cheia de recursos (MIRANDA, 2003, p. 96).

É interessante aqui lembrar que Clausewitz afastou-se do pensamento estratégico vigente em seu tempo, que via a guerra a partir de um prisma mecânico, calculável matematicamente. Como disse Aron, “Clausewitz detesta a fascinação que exercem as formas geométricas em estratégia e detesta também qualquer dogmatismo” (ARON, 1986, p. 80). Como vimos neste trabalho, o prussiano atacou fervorosamente as teorias de Heinrich Dietrich von Bülow, que defendia a “geometrização” da guerra sem considerar as incertezas. Clausewitz ainda criticou a ânsia de Bülow em transformar a guerra em um fenômeno racional, em uma ciência, o que o levou a produzir análises não realistas do fenômeno da guerra (PARET; HOWARD, 1984). Ao ver do general Clausewitz, Bülow desconsiderou os efeitos morais e psicológicos que poderiam gerar ações inesperadas do oponente, rejeitando a guerra como um fenômeno humano e social incerto e tratando-a como uma ciência exata.

Mas, para o tenente-coronel de cavalaria do Exército brasileiro e instrutor na Academia Militar de *West Point* (EUA) Fábio Benevutti Castro, a Guerra do Iraque trouxe uma certeza: as forças armadas deveriam se adequar aos novos tipos de conflito do século XXI – os conflitos assimétricos – e abandonar as concepções da guerra convencional. Esta foi a ideia defendida pelo autor em seu artigo, “Os conflitos assimétricos e a adequação das forças armadas”, publicado no ano de 2007. Para o autor, os exércitos dos países centrais (principalmente o norte-americano) são preparados para as guerras convencionais e não possuem técnicas militares para o enfrentamento de conflitos assimétricos, fato constatado desde a Guerra do Vietnã. Desde o século XIX, após a Guerra Franco-Prussiana, as grandes potências apresentaram visões únicas quanto ao uso e à estrutura de suas forças militares: a composição das forças armadas para o enfrentamento de combates convencionais, segundo “a racionalidade bélica de Clausewitz que caracteriza o emprego de forças convencionais” (CASTRO, 2007, p. 74). Contudo, o tenente-coronel Castro apontou outra influência teórica no processo de estruturação das forças armadas para atuarem somente em conflitos convencionais, Jomini. O pensamento jominiano e o pensamento clausewitziano levaram a

uma “natural inadequabilidade das estruturas dos exércitos convencionais para se engajar em uma guerra insurrecional, em um ambiente complexo” (CASTRO, 2007, p. 74).

Para o tenente-coronel Castro, as forças armadas encontram-se sob um dilema: “preparar-se para conflitos assimétricos ou permanecer preparando-se para a remota possibilidade de uma guerra convencional?” (CASTRO, 2007, p. 77). Acreditamos que Clausewitz é também útil para pensar a guerra assimétrica, já que sua teoria foi desenvolvida para possibilitar o entendimento, em ampla proporção, deste fenômeno humano incerto que é a guerra. Assim, a nossa resposta para a indagação do autor é que as forças armadas devem possuir os meios técnicos e teóricos para confrontar-se com o camaleão clausewitziano, devendo adaptar-se as circunstâncias dinâmicas do século XXI, sendo capazes de enfrentar inimigos tradicionais, treinados nos moldes da guerra convencional, como também para encarar o opositor versado nas doutrinas da guerra irregular.

Novamente questionando a legitimidade das concepções de Clausewitz nos conflitos assimétricos temos o artigo do general e doutor em Ciências Militares pela ECEME Alvaro de Souza Pinheiro, “O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular”, publicado no ano de 2007. O autor descartou a atualidade do pensamento de Clausewitz na guerra irregular, sobretudo, em dois pontos: o que ele denomina “teoria de atrito” e centro de gravidade. Segundo Pinheiro, as transformações ocorridas no pós-Segunda Guerra – políticas, econômicas, militares, psicossociais e científico-tecnológicas – ocasionou um novo tipo de guerra, a guerra de 4ª Geração. Diferentemente das guerras anteriores (1ª, 2ª e 3ª Gerações), a guerra de quarta geração inseriu atores não estatais nos confrontos armados. A conceituação da guerra em quatro gerações foi lançada por alguns pensadores militares norte-americanos ao final da década de 1980, que buscavam orientar a dinâmica geral das guerras do futuro<sup>119</sup>. As quatro fases da guerra são, de acordo com o general Pinheiro:

- 1ª Geração: Iniciou-se em 1648, com a *Paz de Westphalia*, quando os Estados assumiram o monopólio da guerra, e durou até o ano de 1860. Estas guerras

---

<sup>119</sup> Os norte-americanos – William S. Lind, coronel Keith Nightengale, capitão John F. Schmitt, coronel Joseph W. Sutton e o tenente-coronel Gray I. Wilson – apresentaram o artigo “*The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*” em 1989. Neste artigo assinalaram o aparecimento da Guerra de Quarta Geração, um fenômeno contemporâneo ainda em formação, mas que já possuía algumas caracterizações: não-linearidade, difícil distinção entre guerra e paz; não demarcação clara de *fronts* ou de campos de batalha; inclusão de alvos com maior exposição midiática que abalem os valores e os comportamentos da sociedade tida como oponente; colapsar o inimigo torna-se mais importante que sua destruição física; incorporação de novas tecnologias (OLIVEIRA, M.A. , 2010).

eram as de linhas e colunas, aquelas que exigiam, taticamente, elevada ordem e disciplina;

- 2ª Geração: Nessa fase predominou o comando e o poder de fogo, além da importância do conhecimento e domínio sobre o campo de batalha para esquematizar as manobras e desempenhá-las;
- 3ª Geração: Produto da Primeira Guerra Mundial e pode ser caracterizada por algumas características: mais manobras, maior velocidade e ataque surpresa à retaguarda do inimigo;
- 4ª Geração: Fase distinta pela atuação de novos protagonistas junto aos Estados Nacionais, as organizações não estatais armadas. Sua forma de ação se fundamenta nas táticas, técnicas e métodos da guerra irregular.

Para Pinheiro, a vertente psicológica é arma fundamental nas Guerras de 4ª Geração, porque o objetivo primordial deste tipo de conflito é influenciar de maneira direta o procedimento das lideranças responsáveis pelas tomadas de decisão e formulação de suas políticas. O modo de conquistar este desígnio é dado prioritariamente no campo da informação e não da batalha, neste caso, destaca-se o papel que a mídia ganhou nas batalhas do século XXI, devido ao poder que as notícias veiculadas sobre os conflitos têm para mobilizar comandos políticos e a população em geral (PINHEIRO, 2007). Nos conflitos anteriores o objetivo era distinto, estava embasado na destruição da força armada do inimigo, “conforme preconizado na “teoria do atrito” de Clausewitz” (PINHEIRO, 2007, p. 19). Para o general brasileiro esta ideia não é válida nas Guerras de 4ª Geração, já que o êxito destas batalhas não é dado nas operações militares desenvolvidas no terreno, o seu sucesso está embasado na destruição do inimigo através de meios tecnológicos midiáticos. É um ataque de vertente psicológica e não de destruição física do inimigo, segundo o autor, este tipo de ação ficou evidente no Afeganistão e no Iraque.

Sendo a Guerra de 4ª Geração uma guerra irregular, ou seja, não convencional, não há como lutar contra ela baseado nos princípios da guerra convencional. A ineficiência das forças armadas do Ocidente em frente aos conflitos irregulares pode ter uma explicação e um culpado:

A maioria dos países do mundo ocidental possui sistemas de educação profissional militar largamente influenciados pelos pensamentos do General Carl von Clausewitz. Nesse contexto, verifica-se um consenso de que não importa se o caráter do conflito armado é predominantemente regular ou irregular. Predomina a ideia de que, numa visão estratégica, a guerra irregular conduzida por forças irregulares de diferentes

matizes é governada da mesma maneira que a guerra convencional (PINHEIRO, 2007, p. 27).

O general Pinheiro criticou a utilização de Clausewitz no campo operacional da guerra irregular. Em sua opinião, a concepção mais desatualizada da teoria clausewitziana para a guerra irregular é o “centro de gravidade”. “Definido como o ponto focal de todo o poder e movimento, do qual tudo depende; a destruição da força inimiga é o princípio predominante da guerra... e o centro de gravidade é sempre aonde se deve concentrar a massa decisivamente” (PINHEIRO, 2007, p. 27). O problema, segundo o autor, é que este conceito não pode ser aplicado devido à “multiplicação” de “centros de gravidade” nos países modernos.

O que ocorre, é que mais de 200 anos depois de feitas essas considerações, tornou-se evidente que a vida nos países modernos está baseada em sistema de sistemas. O governo central, os governos locais, instituições militares, órgãos de comunicação, lei e ordem, sociedade, economia, dentre outros, são alguns desses sistemas. Cada um deles possui um “centro de poder” físico ou virtual (que não é exatamente um centro de gravidade), o qual varia em dimensões e importância de acordo com as condições do ambiente operacional em presença, que é passível de frequentes mudanças. Assim tornou-se fora de propósito (diferentemente, por exemplo, do que ocorreu no Vietnam) determinar a destruição da força inimiga como ponto focal do sucesso de uma campanha contra forças irregulares (PINHEIRO, 2007, p. 27).

Os combatentes de uma guerra irregular não pensam em centros de gravidade do inimigo? Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono não seriam uma forma de atingir o centro de gravidade dos Estados Unidos da América e assim desestabilizar os sistemas que sustentam o seu domínio? Ambos não podem ser pensados, respectivamente, como centro de poder econômico e centro de poder militar do país? Eis algumas indagações que poderiam permear a reflexão do general Pinheiro sobre a atualidade ou obsolescência de Clausewitz para as “novas guerras”.

Ignorar as incertezas da guerra foi um dos principais motivos do fracasso da Guerra do Iraque, essa é a visão defendida pelo professor Francisco Carlos Teixeira da Silva no artigo “Para além do aeroporto de Bagdá”, publicado em 2007. A análise deste professor focou-se no plano político da Guerra do Iraque, a partir de duas figuras centrais nas decisões norte-americanas sobre o conflito: o ex-secretário de defesa Donald Rumsfeld e o ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz. Segundo Silva, ficou claro que Rumsfeld e Wolfowitz queriam um novo tipo de guerra para os Estados Unidos da América, baseada no gigantesco poder militar/tecnológico do país, a fim de alcançar mais facilmente os objetivos políticos propostos por Washington. A moderna guerra deveria prezar pelos seguintes aspectos: ser

rápida, utilizar com excelência os meios tecnológicos e ter o número de baixas reduzidas (SILVA, F.C.T., 2007). O combate deveria ser baseado em um ataque brutal aos centros de poder do adversário, utilizando-se em amplo aspecto da aviação e de mísseis, em uma combinação de ataques diretos aos centros de poder executivo e militar, trucidando o inimigo. Deveria haver também a utilização de operações terrestres fundamentadas em uma versão moderna e tecnicada da *blitzkrieg*, aquela pensada por estrategistas da Segunda Guerra Mundial, tais como: Fuller, Guderian e De Gaulle. O objetivo era derrubar o centro de gravidade do inimigo, no caso do Iraque, os quartéis de Saddam Hussein, porque com a queda do regime do ditador iraquiano os combates chegariam a um fim vitorioso para as tropas da coalizão (SILVA, F.C.T., 2007).

Ainda para este autor, as tentativas de Rumsfeld e Wolfowitz de empreender um combate célere e eficiente foram frustradas, visto que “esbarraram” em uma resistência antiamericana não prevista. Os iraquianos desmontaram e evidenciaram que combateriam como pudessem às forças invasoras. O problema maior dos Estados Unidos, segundo Silva, não foi ser surpreendido, mas não ter um “Plano B”, pois acreditavam na eficácia do seu planejamento de operações e na cientificidade de sua guerra (SILVA, F.C.T., 2007). A ideia de Rumsfeld e Wolfowitz era converter a guerra em uma ciência exata, com uma lógica inabalável (SILVA, F.C.T., 2007). Seria possível desconsiderar o caráter incerto da guerra? Clausewitz teria algo a dizer aos norte-americanos:

De posse do mais notável equipamento militar da história e dos recursos financeiros abundantes, imaginaram uma guerra pontuada pela exatidão, com a revogação do “Princípio de Atrição”, tão caro a Clausewitz (SILVA, F.C.T., 2007, p. 81).

Observamos que Clausewitz dedicou o capítulo 7 do Livro I para falar sobre a importância da fricção na guerra, que assim define: “a fricção, ou aquilo que assim se denomina, é, pois o que torna difícil tudo o que parece fácil” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 131). Este conceito é tão caro a Clausewitz por demonstrar que a guerra não pode ser uma teoria quantificada, geometrizada, como queriam Bülow e Jomini, pois ela é feita de pequenas dificuldades que não são previstas e calculadas. Tentar fazer da guerra uma ciência exata, desconsiderando a fricção clausewitziana presente em todos os conflitos foi um erro crasso dos norte-americanos nos ataques aos iraquianos, que resistiram aos poderosos meios tecnológicos norte-americanos através de uma intensa guerra de guerrilhas. Aos Estados Unidos ficou a lição de que nem mesmo o progresso técnico e a melhor e mais avançada tecnologia bélica podem extrair a fricção, a incerteza e confusão na conduta da guerra.

Os artigos encontrados no periódico da ECEME seguem duas linhas de pensamento distintas: a primeira declarou a obsolescência de Clausewitz nas “novas guerras”, de caráter irregular, como a do Iraque. O argumento central destes textos é baseado na noção de que a teoria clausewitziana é válida somente para as guerras convencionais, da luta entre Estados, que utilizam métodos convencionais de batalha. Contrariando esta vertente, encontramos autores que defenderam a atualidade de Clausewitz para as guerras do século XXI, que destacaram a importância das incertezas que permeiam as guerras. Afinal, o debate continua: Clausewitz atual ou obsoleto? Para que o debate seja mais profundo e não baseado em entendimentos equivocados da teoria de Clausewitz, recomendamos a leitura meticulosa de *Da Guerra*.



## Considerações Finais

Clausewitz foi muito mais citado do que lido, eis a premissa que guiou este trabalho. Observamos que Clausewitz obteve distintos comentários acerca de sua teoria, motivados pelas conjunturas históricas de conflitos e pelas interpretações pessoais de militares e teóricos da área estratégica. Notamos a ascensão e queda da influência de Clausewitz entre as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria e, a discussão de sua atualidade ou obsolescência no pós-Guerra Fria. Houve então um intenso debate acerca de Clausewitz em alguns países do Ocidente – Alemanha, França, Estados Unidos e Inglaterra – mas, e no Brasil, como teriam se apropriado os militares pertencentes ao Exército brasileiro da teoria clausewitziana? Nesta pesquisa propusemos a análise das leituras de Clausewitz entre os militares pertencentes à Força Terrestre devido à relação estreita deste autor com a guerra terrestre. Para responder a tal indagação buscamos a recepção de Clausewitz no Brasil em dois períodos: Guerra Fria e pós-Guerra Fria. Seguimos a hipótese de que as leituras brasileiras seriam seletivas, baseando-se em apenas determinados conceitos de Clausewitz, e marcadas pelo contexto histórico de seus leitores. Afirmamos nossa proposição, contudo também encontramos interpretações mais refinadas, baseadas em uma leitura mais meticulosa da obra magna de Clausewitz, *Da Guerra*. Lembramos que Clausewitz foi autor de diversos outros livros, no entanto, somente em *Da Guerra* alcançou a fase final de seu pensamento, quando compreendeu que a guerra era somente um instrumento da política.

Na Guerra Fria, Clausewitz despertou a atenção dos estudiosos da geopolítica brasileira. Observamos que Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e Castello Branco tiveram contato com a teoria clausewitziana. Castello Branco e Golbery do Couto e Silva apropriaram-se de Clausewitz para entender o fenômeno da guerra e alertar sobre a guerra revolucionária que se aproximava e ameaçava cada vez mais o Brasil. Seus interesses em Clausewitz estiveram relacionados com a contenção dos inimigos comunistas, através da construção de uma Doutrina Militar adequada e, da união com os Estados Unidos da América, nação que garantiria a integridade e segurança da sociedade cristã ocidental. Meira Mattos não deixou de preocupar-se com a guerra revolucionária e com a invasão comunista, mas a possibilidade do Brasil tornar-se uma potência mundial até o final do século XX, independente de outras nações, era o foco das reflexões do general Meira Mattos. A leitura de *Da Guerra* ofereceu à Meira Mattos a compreensão da necessidade de subordinação militar à política e, ainda, a concepção de que a política seria essencial para a elaboração da teoria

estratégica de um país, afinal a estratégia decorre da política. Meira Mattos parece ter “dado um salto” rumo ao entendimento da teoria clausewitziana entre os anos de 1975 a 1986, talvez as leituras de comentadores – Aron e Rapoport – de Clausewitz tenham o auxiliado nesta evolução intelectual.

No período do pós-Guerra Fria, determinadas ideias clausewitzianas foram constantemente citadas entre os militares brasileiros: a guerra como continuação da política por outros meios, trindade da guerra, centro de gravidade e importância dos fatores morais. Houve tanto defesas entusiasmadas quanto ataques acalorados em torno destas concepções. A nosso ver, a apropriação de termos clausewitzianos tem relação com as conjunturas históricas vivenciadas no período pesquisado – a reformulação do papel das Forças Armadas, fim da bipolaridade e surgimento da instável unipolaridade norte-americana, propagação do terrorismo e ascensão da guerra irregular – marcaram a utilização de tais conceitos clausewitzianos. A guerra convencional, de luta entre Estados, foi suprimida no século XXI? A política foi subjulgada pelo intenso e crescente poderio militar das grandes nações? Os centros de gravidade foram reconfigurados e não mais possuem o sentido dado por Clausewitz? Essas foram as questões básicas que moveram o debate sobre o general prussiano nas páginas das revistas militares brasileiras, sobretudo no periódico A Defesa Nacional.

O embate entre a relevância e irrelevância de Carl von Clausewitz é intensa nos países centrais que dominam o cenário político e militar do mundo e, nesta pesquisa tentamos demonstrar que o Brasil também não se alheou a essa contenda, oferecendo alguns (poucos) trabalhos relevantes para a reflexão acerca de Clausewitz. A subordinação da guerra à política, principal contribuição de Clausewitz em sua teoria da guerra, foi muito citada pelos militares e civis brasileiros, mas poucos autores ousaram dar explicação ao termo. Muitos textos apenas citaram, sem maior profundidade, a relação entre guerra e política. O conceito de centro de gravidade, igualmente, muito referenciado nos artigos teve precária explicação pelos autores que decidiram se valer da acepção. A trindade da guerra foi mal compreendida pelos militares brasileiros, que repetiram o erro de inverter o conceito clausewitziano, afirmando que é a trindade é representada pelos elementos – povo, exército e governo –, enquanto a verdadeira trindade clausewitziana é embasada em três forças que agem no interior de qualquer guerra: violência, o acaso e a probabilidade, instrumentalidade da política. Observa-se nas leituras brasileiras sobre a trindade a influência da visão de Mary Kaldor, Martin van Creveld, Collin Powell e Harry Summers Jr., indivíduos que propagaram a deturpação da trindade de Clausewitz.

Diversos artigos analisados fizeram uso de determinados estudiosos de Clausewitz para embasarem suas ideias, principalmente, Raymond Aron. Esta utilização foi constatada com maior frequência nos artigos encontrados em *A Defesa Nacional*, que foi o periódico que trouxe os textos mais refinados, em uma perspectiva teórica, sobre a teoria clausewitziana. Tal fato pode estar relacionado com as raízes de criação do periódico, a qual envolve a participação dos *Jovens Turcos* e sua admiração pela doutrina alemã. Ainda em *A Defesa Nacional* encontramos autores que utilizaram as próprias obras de Clausewitz, tais como, *Da Guerra e Princípios da Guerra* para embasarem suas referências ao autor. Tal fato também pode explicar a existência de trabalhos mais sofisticados neste periódico. Nas outras revistas foi mais recorrente o uso de artigos de militares estrangeiros, especialmente, norte-americanos, que se referiram à Clausewitz. Alguns textos trouxeram as referências bibliográficas utilizadas, mas um considerável número de artigos não apresentou tal informação, o que nos impossibilitou fazer um levantamento mais eficaz e preciso dos autores e obras utilizadas sobre o prussiano.

A análise dos currículos da ECEME nos possibilitou descobrir que Clausewitz é um autor importante entre os oficiais de alta patente do Exército brasileiro, aqueles que futuramente comandarão a Força Terrestre. A leitura de *Da Guerra* é recorrente em todos os cursos oferecidos pela instituição, fato que pudemos constatar através da análise dos documentos curriculares da Escola. Clausewitz é leitura obrigatória em duas disciplinas centrais da grade curricular dos militares: Estratégia e História Militar. Os principais estudiosos de Clausewitz também aparecem nos currículos dos cursos, entre eles: Aron, Liddell Hart, Fuller, Meira Mattos e outros. Contudo, a leitura de Clausewitz entre os alunos da Escola é ainda seletiva e superficial, focada em apenas alguns poucos conceitos de Clausewitz, os quais foram apropriados para explicar um determinado contexto histórico: a Guerra do Iraque, iniciada no ano de 2003. Nesta conjuntura, Clausewitz teve sua atualidade contestada pelos militares brasileiros, que acreditavam que a teoria de guerra deste autor não poderia abranger o novo tipo de guerra que surgia, aquelas em que a submissão militar à política parece não mais ser um fator determinante. Tal ideia esteve presente nos textos publicados no periódico da Escola, a *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos*.

Acreditamos na importância e atualidade dos pensamentos de Clausewitz e ansiamos por uma ampliação e fortalecimento no relacionamento entre o prussiano e os militares brasileiros, no qual os conceitos deste sejam melhores compreendidos e analisados e, não apenas mencionados. Ainda observamos que se faz necessário que Clausewitz seja

compreendido a partir da conjuntura histórica na qual estava inserido, da Revolução Francesa, das batalhas napoleônicas, das intensas transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais passavam as sociedades europeias. A fim de que Clausewitz não tenha mais os seus pensamentos deturpados é indispensável uma leitura profunda de suas obras, sobretudo, *Da Guerra* e, uma análise minuciosa do contexto histórico no qual este viveu.

## Referências

- ALVES, Vágner Camilo. O poder militar norte-americano e o panorama estratégico pós-Guerra Fria. **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro**, v.2, série III, 2003.
- ARON, Raymond. **Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- ARRUDA, Antônio. **ESG: história de sua doutrina**. São Paulo, 1980.
- ATENCIO, Jorge. **Que es la geopolítica**. 2ª edição, Buenos Aires, Pleamar, 1975.
- BARNABÉ, Israel; MINUCCI, Carolina de Andrade Silva. Guerra do Iraque: Clinton e Bush – uma análise comportamental. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, n.8, p.21-44, 2008.
- BASSFORD, Christopher. Jomini and Clausewitz: their interaction. IN: **23º Meeting of the Consortium on Revolutionary Europe**, Georgia State University, 1993.
- BASSFORD, Chistopher. **Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815 – 1945**. Oxford University Press, New York, 1994.
- BASSFORD, Christopher; VILLACRES, Edward. Reclaiming the Clausewitzian Trinity. **Parameters**, Autumn, 1995.
- BERTAZZO, Juliana. A nova agenda internacional de segurança põe a democracia brasileira em risco? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.2, n.50, p.25-41, 2007.
- BRESSER-PEREIRA. O gigante fora do tempo: a guerra do Iraque e o sistema global. **Política Externa**, n.12, p.43-62, 2003.
- BUZAN, Barry. As implicações do 11 de setembro para o estudo das Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, v.24, n.2, p.233-265, 2002.
- CANCELLA, KARINA. A defesa da prática esportiva como elemento de preparação dos militares por meio das publicações institucionais “Revista Marítima Brasileira” e “Revista Militar”. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH**, 2012, p.1-10.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In. FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1985.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. A controvérsia do Ministério da Defesa. **A Defesa Nacional**, n.757, p.63-67, 1992.
- CASTRO, Paulo César de. ECEME: 96 anos de altos estudos militares. **Revista do Exército Brasileiro**, p.11-13, 2002.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. A nova missão das Forças Armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.54, p.115-128, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados: o abuso de poder e o ataque à democracia**. – 2ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Princípios da Guerra**. Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1947.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Martins Fontes. São Paulo, 1979.

CREVELD, Martin. **The transformation of war**. New York: The Free Press, 1991.

FREITAS, Jorge Manuel de Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2004.

FULLER, John Frederick Charles. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

GAT, Azar. **The Origins of Military Thought from the Enlightenment to Clausewitz**. Inglaterra: Oxford, 1989.

GUIMARÃES, Marco Aurélio. **Análise da política de meio ambiente e da diretriz estratégica de gestão ambiental no exército brasileiro**. Dissertação de Mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1984-2007)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEONARD, Roger Ashley. **Clausewitz, Trechos de Sua Obra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

LOUREIRO DOS SANTOS, José. Alguns destaques estratégicos do consulado Bush. **Relações Internacionais**, n.19, p.11-20, 2008.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Pela vinda da missão militar alemã ao Brasil. **Anais das Jornadas 2007**, 2007, p.1-10.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O Desenvolvimento do Exército e as Relações Militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LUNARDI, Enrique Antuña. **La Importancia de los Valores Inmateriales en la Guerra según Clausewitz**. Monografia. Escola de Comando e Estado-Maior – ECEME, Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, Otávio Luiz. O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação o superior e a repressão ao movimento estudantil no Brasil. **Revista eletrônica Cadernos de História**, n.2, p.1-21, 2006. Disponível em: < [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria) >. Acesso em 20 de Agosto de 2012.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988.

Manual Básico da ESG, 2009, volume I. Disponível em: <http://www.esg.br/producao-intelectual/>.

MARQUES, ADRIANA. Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia Política**, n.20, p.69-85, 2003.

MARTELO, David. Estudo Introdutório. In: **JOMINI, Compêndio da Arte da Guerra**. Edições Sílabo, Lisboa, 2009.

MARTINS FILHO, João R.; ZIRKER, Daniel. The Brazilian Military and the the new world order. **Journal of Political and Military Sociology**, v.24, p.31-55, 1996.

MARTINS FILHO, João R. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo a frente, dois passos atrás. **Revista Olhar**, n.4, p.1-17, 2000.

MARTINS FILHO, João R. A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira. In: **Novas ameaças: dimensões e perspectivas: desafios para a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MARTINS FILHO, João R. As Forças Armadas Brasileiras no pós-guerra fria. **Revista Tensões Mundiais**, v. 2, n. 3, jul/dez. 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – v. 23, p. 39-50, 2008.

McCANN, Frank. Influência Estrangeira no Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, p.83-116, 1985.

McCANN, Frank. **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Estratégias Militares Dominantes – sugestões para uma estratégia militar brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 4, p. 75-92, 1981.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1995 – (Coleção Estado e Política).

MORAES, Márcia. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo. Uma leitura da revista A Defesa Nacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A revista *A Defesa Nacional* e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937). **Anais do XIV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011, p.1-15.

OLIVEIRA, Rodrigo Pérez. A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a “questão militar” e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo. **Anais do XV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Rio de Janeiro, 2012, p.1-23.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio de Oliveira. **A nova ordem mundial e a guerra assimétrica. III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial & Estudos de Defesa – UNIFA**, 2010, p.1-14.

PARET, Peter. Clausewitz. In: **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

RAPOPORT, Anatole. Prefácio. In: **Da Guerra**. São Paulo, 1975.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Em torno de uma definição de “terrorismo”. **Universia Brasil**, p.1-2, 2005.

SANTOS, Francisco Ruas. **Marechal Castello Branco – seu pensamento militar**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Ed., 2004.

SARAIVA, Rodrigo Motta. **Legítima defesa ou represália? O uso da força no conflito armado de 2001 no Afeganistão**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009.

SCHNEIDER, Fernand. **História das Doutrinas Militares**. São Paulo: Difusão Editorial, 1975.

SHY, John. Jomini. In: **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas. **A transformação da guerra na passagem do século XXI. Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2003.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Editora Universidade de Brasília, 1981.



SILVA, Golbery do Couto e. **Aspectos Geopolíticos do Brasil**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1957.

STRACHAN, Hew. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SUMMERS, Harry. Clausewitz and Strategy Today. **Naval War College Review**, v. XXXVI, pp.40-46, 1983.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira Vidigal. O novo ordenamento internacional. In: **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança** (Coleção Pensamento Brasileiro sobre defesa e segurança). Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

ZIRKER, DANIEL. “Estratégia de Segurança Nacional” dos EUA e pensamento militar brasileiro: imaginando o futuro próximo. **Revista Tensões Mundiais**, v.3, n.4, p.130-176, 2007.

**Artigos dos periódicos militares: *A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro e Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos***

ABREU, Gustavo de Souza. Reflexões sobre a doutrina de resistência. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 140, p. 24-32, 2003.

AGUILAR, Sérgio. Questões do terrorismo internacional. **Revista do Exército Brasileiro**, v.141, p. 37-46, 2004.

ALMEIDA, Nelson O’ de. Forças Armadas: apenas segurança externa? **A Defesa Nacional**, n. 742, p. 23-34, 1989.

ALVES, Leonardo Ramalho Rodrigues. Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra? **A Defesa Nacional**, n.805, p.15-21, 2006.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. A guerra do Golfo – reflexões. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.5, p.56-62, 2003.

CASTRO, Fábio Benvenuto Castro. Os conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.14, p.70-78, 2007.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. Clausewitz, o Plano Schlieffen e o princípio do objetivo. **A Defesa Nacional**, n.745, p. 108-120, 1989.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. Exército em crise? **A Defesa Nacional**, n.751, p. 12-23, 1991.

COSTA, Sérgio Paulo Muniz. Uma História da Guerra. **A Defesa Nacional**, n.773, p. 127-28, 1996.

DA SILVA, João Cesar Zambão da Silva. Política e Estratégia nos conflitos do século XX. **A Defesa Nacional**, n.793, p.59-64, 2002.

FIGUEIREDO, Diogo de Oliveira. Novos-velhos problemas estratégicos do Exército. **Revista do Exército Brasileiro**, v.131, p. 31-37, 1994.

MEIRA MATTOS, Carlos de. Estratégia: origens, fundamentos, desdobramentos no espaço e no tempo. **Revista do Exército Brasileiro**, v. 141, p.32-35, 2004.

MIRANDA, André Luis Novaes. Os objetivos políticos da Segunda Guerra do Golfo e as estratégias utilizadas – uma análise atualizada. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.6, p.89-96, 2003.

NASCIMENTO, Ronaldo Paz do. As ações psicológicas e os teóricos da guerra. **A Defesa Nacional**, n.767, p.71-92, 1995.

NEVES, Luiz Felipe da Silva Neves. Considerações sobre a guerra. **A Defesa Nacional**, n.783, p.5-12, 1999.

O Templo de Diana. **A Defesa Nacional**, n.791, p.149-151, 2001.

PEDROSA, Fernando Vêloso Gomes. Os desafios da paz, as Forças Armadas e os conflitos do futuro. **A Defesa Nacional**, n.785, p.108-115, 1999.

PEREIRA, Valmir Fonseca Azevedo. Aplicação dos conceitos de Clausewitz nos principais conflitos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial. **A Defesa Nacional**, n.756, p.7-16, 1992.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. O conflito de 4º Geração e a evolução da guerra irregular. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.16, p.16-33, 2007.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. A estratégia indireta, a guerra irregular e a defesa da Amazônia. **A Defesa Nacional**, n.756, p.85-89, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Para além do aeroporto de Bagdá. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.14, p. 79-83, 2007.